

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

BRUNO DA SILVA RODRIGUES

“CIDADÃO LIMPEZA, CIDADE BELEZA”: discurso e governamentalidade do corpo populacional pelo dispositivo de segurança

SÃO LUIS

2021

BRUNO DA SILVA RODRIGUES

“CIDADÃO LIMPEZA, CIDADE BELEZA”: discurso e governamentalidade do corpo populacional a partir do dispositivo de segurança

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras, sob a orientação da Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim.

Área de concentração: Estudos da linguagem.

Linha de pesquisa: Estudos de linguagem e práticas discursivas.

SÃO LUIS

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

da Silva Rodrigues, Bruno.

CIDADÃO LIMPEZA, CIDADE BELEZA : discurso e governamentalidade do corpo populacional pelo dispositivo de segurança / Bruno da Silva Rodrigues. - 2021.

108 p.

Orientador(a): Ilza do Socorro Galvão Cutrim.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Biopolítica. 2. Cidade. 3. Discurso. 4. Dispositivo. 5. Governamentalidade. I. do Socorro Galvão Cutrim, Ilza. II. Título.

BRUNO DA SILVA RODRIGUES

“CIDADÃO LIMPEZA, CIDADE BELEZA”: discurso e governamentalidade do corpo populacional a partir do dispositivo de segurança

Dissertação de Mestrado apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), da Universidade Federal do Maranhão, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Estudos de linguagem e práticas discursivas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ilza do Socorro Galvão Cutrim.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim (orientadora)
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Maria Regina Baracuhy Leite
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão

A higiene é soberana contra os vícios da alma... um povo amigo da limpeza, o é da ordem e da disciplina. (CORBIN, 1987, p. 185)

AGRADECIMENTOS

Direciono os meus mais sinceros agradecimentos aos que, de algum modo, contribuíram com o desenvolvimento desta dissertação. Eu agradeço:

- À professora Doutora Ilza Galvão Cutrim, pela orientação, paciência e compreensão, por todas as contribuições e sugestões de leituras que me foram dadas, pelos encontros presenciais (em 2019) e virtuais (em 2020-2021), pelo olhar atento e, sobretudo, por me iniciar nas leituras de Michel Foucault e na pesquisa, ainda na graduação, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).
- Agradeço à professora Doutora Mônica da Silva Cruz pelas contribuições, pelas conversas e pelas sugestões de leituras, que foram fundamentais na construção deste trabalho.
- Agradeço à professora Doutora Regina Baracuhy, pelas valiosas sugestões na banca de qualificação.
- Agradeço aos integrantes do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso (GPELD) pelos momentos de leitura e diálogos compartilhados.
- Agradeço à minha família.
- Um agradecimento especial aos meus amigos Ana Durans, pela parceria em todos os momentos, e Marcos Vinícius, pelas contribuições e apoio durante o processo de escrita deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo verificar como a prefeitura de São Luís estabelece uma prática política de governamentalidade do corpo populacional por meio de campanhas em prol da limpeza urbana a fim de fabricar - discursivamente e não discursivamente - um sujeito morador ideal para a cidade, o “cidadão limpeza”. Para tanto, analisamos um conjunto de treze textos sincréticos de campanhas que apresentam ações desenvolvidas pelo poder executivo municipal, publicadas na rede social *Instagram* da prefeitura, no período entre os anos de 2015 e 2020, portanto, na gestão do prefeito Edivaldo de Holanda Braga Júnior. Entre elas, destacamos a desativação do Aterro da Ribeira, no ano de 2015, a construção de *Ecopontos* em diferentes bairros da cidade, as campanhas “Mais limpeza, mais saúde”, “Cidadão Limpeza, Cidade Beleza” e “coleta seletiva”. Esse conjunto de textos está organizado em quatro séries enunciativas, a saber: limpeza e saúde, limpeza e sustentabilidade, limpeza e economia, limpeza e cidadania. Ancoramo-nos nos Estudos Discursivos Foucaultianos a partir de seu método arqueogenalógico. Enquanto a arqueologia pretende descrever o discurso para revelar como o saber nele aparece regulado, a genealogia quer mostrar como, nas práticas discursivas, há uma relação entre saber e poder. Concluimos que a prefeitura de São Luís, ao produzir e fazer circular imagens que abordam o tema da limpeza articulando-o aos discursos médico-higienistas e aos discursos sobre sustentabilidade, busca agir sobre a conduta do morador a fim de transformá-lo em um “cidadão limpeza”. Consideramos que esses enunciados que a prefeitura faz circular só podem produzir efeitos positivos porque funcionam no interior do dispositivo de segurança, pois por meio da limpeza, a gestão municipal procurar gerir a vida da população minunciosamente. Nesse sentido, articulamos as noções de biopolítica e dispositivo desenvolvidas por Foucault para pensar como a prefeitura de São Luís opera o governo do corpo da população.

Palavras-chave: discurso, dispositivo, governamentalidade, biopolítica, cidade, *instagram*.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo verificar como el ayuntamiento de São Luís establece una práctica política de gubernamentalidad del cuerpo de la población a través de campañas a favor de la limpieza urbana para fabricar, discursiva y no discursivamente, un sujeto morador ideal para la ciudad, el “ciudadano limpieza”. Para ello, analizamos un conjunto de trece textos sincréticos de campañas que presentan acciones desarrolladas por el poder ejecutivo municipal, publicados en la red social *Instagram* del ayuntamiento, en el período comprendido entre los años 2015 y 2020, por lo tanto, en la gestión del alcalde Edivaldo de Holanda Braga Júnior. Entre ellos, destacamos la desactivación del “Aterro da Ribeira”, en 2015, la construcción de ecopuntos en diferentes barrios de la ciudad, las campañas “Más limpieza, más salud”, “Ciudadano Limpieza, Ciudad Belleza” y “Recogida selectiva”. Este conjunto de textos se organiza en cuatro series enunciativas, a saber: limpieza y salud, limpieza y sostenibilidad, limpieza y economía, limpieza y ciudadanía. Estamos anclados en los Estudios Discursivos Foucaultianos basados en su método arqueogenealógico. Mientras la arqueología pretende describir el discurso para revelar como el saber aparece regulado, la genealogía quiere mostrar como, en las practicas discursivas, existe una relación entre saber y poder. Concluimos que el Ayuntamiento de São Luís, al producir y difundir imágenes que abordan el tema de la limpieza, articulándolo con discursos médico-higienistas y discursos sobre sostenibilidad, busca actuar sobre la conducta del residente para transformarlo en un “ciudadano limpieza”. Consideramos que estas declaraciones que hace circular el ayuntamiento solo pueden producir efectos positivos porque funcionan dentro del dispositivo de seguridad, porque a través de la limpieza, la gestión municipal trata de gestionar en detalle la vida de la población. En este sentido, articulamos las nociones de biopolítica y dispositivo desarrollado por Foucault para pensar como el ayuntamiento de São Luís opera el gobierno del cuerpo de la población.

Palabras clave: discurso, dispositivo, gubernamentalidad, biopolítica, ciudad, *instagram*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bichos do lixo	72
Figura 2: Lixo, saúde e cidade	76
Figura 3: Programa “Mais limpeza, mais saúde” na Feirinha de São Luís.....	78
Figura 4: Apresentação do primeiro Eco ponto de São Luís	80
Figura 5: Dia Mundial do Meio Ambiente	82
Figura 6: Decomposição dos resíduos em anos	84
Figura 7: Os manguezais e a sustentabilidade	85
Figura 8: Coleta seletiva e renda para os catadores	87
Figura 9: Apresentação do primeiro Galpão de triagem de resíduos sólidos	88
Figura 10: Separação da população de São Luís por meio do meme “você não”	91
Figura 11: Dicas de como se tornar um “cidadão limpeza”	92
Figura 12: A prefeitura e o controle dos corpos	97
Figura 13: Apresentação da ação “Coleta seletiva”	98

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	11
2. CAPÍTULO 1 - UMA ARQUEOGENEALOGIA DO “CIDADÃO LIMPEZA”.....	20
2.1 Os discursos higienistas e os discursos sobre a sustentabilidade: uma abordagem arqueológica	21
2.2 Um retorno à fase genealógica de Foucault.....	28
2.3 História da Governamentalidade.....	45
3. CAPÍTULO 2 - O DISPOSITIVO COMO INSTRUMENTO BIOPOLÍTICO: A LIMPEZA EM FOCO.....	50
3.1 O dispositivo em Michel Foucault.....	50
3.2 O dispositivo em Deleuze e em Agamben	52
3.3 A limpeza no interior do dispositivo de segurança	54
4. CAPÍTULO 3 - A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO “CIDADÃO LIMPEZA” NO INSTAGRAM OFICIAL DA PREFEITURA DE SÃO LUÍS	66
4.1 Limpeza e Saúde	67
4.2 Limpeza e Sustentabilidade	76
4.3 Limpeza e Economia	83
4.4 Limpeza e Cidadania.....	86
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS	101

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Iniciamos a escrita deste trabalho apresentando algumas considerações sobre a nossa maneira de compreender a cidade. Em primeiro lugar, não a tomamos tão somente como um espaço composto de bens, conjuntos arquitetônicos e pessoas, antes a compreendemos como um lugar habitado por diferentes subjetividades e atravessado por diferentes saberes e poderes. Enxergamos a cidade em sua complexidade, como um lugar de circulação e de relações entre corpos e coisas. Por conseguinte, a consideramos também como um lugar de constituição do sujeito, uma vez que todos nós somos tocados e invadidos (SARGENTINI, SOUZA, FERNANDES JUNIOR, 2016), nos mais diversos e mínimos lugares por uma profusão de enunciados que ela nos oferece.

Desse modo, por ser um espaço “privilegiado”, a cidade, desde a sua “invenção”, tornou-se objeto de diferentes artes de governar ao longo da história, ou seja, desde a forma de governo empreendida pelo poder do soberano, pautado na figura do rei que estava autorizado a fazer morrer ou deixar viver, até as práticas mais modernas de governo. Evidentemente, o olhar sobre ela também sofreu deslizamentos.

No velho direito de soberania, por exemplo, ela era vista como um lugar que acomodava os corpos que deveriam lutar pelo território. Posteriormente, a partir de uma série de acontecimentos, ela passou a ser considerada em sua complexidade, em suas relações com outros elementos, tais como o clima, as crises econômicas, as epidemias, as riquezas etc. Nesse contexto, instala-se uma nova tecnologia de poder que, ao invés de fazer morrer e deixar viver, procura fazer viver ou deixar morrer; trata-se da biopolítica que, segundo Michel Foucault – um dos mais importantes filósofos da França do século XX – aparece no final do século XVIII.

Deve-se a essa nova tecnologia de poder o fato de que, na modernidade, principalmente a partir do século XIX, o Estado vai procurar exercer poder sobre a cidade a fim de agir sobre a conduta dos corpos que nela habitam. Esses corpos conformam o que Michel Foucault chama de população, aqui compreendida “como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2010, 206).

Michel Foucault faz um inventário histórico de diferentes formas de governo no ocidente. Conforme a sua aula intitulada “*A governamentalidade*”, ministrada em seu curso *Securité, Territoire et Population* no Collège de France nos anos de 1977 e 1978, seu projeto sobre as diferentes artes de governar, que chamará de governamentalidade, passa a ser

empreendido logo após ter pensado nos problemas colocados pela população, principalmente, aqueles resultantes do salto populacional nas cidades.

Neste empreendimento, Foucault (2008) pontua que a concepção de população sofreu deslocamentos significativos na história. Em sua obra *A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, por exemplo, o filósofo observa que a população deixa de ser vista apenas como uma potência do soberano e passa a ser compreendida mais como uma finalidade e, concomitantemente, como um instrumento nas mãos do governo para que este lograsse outros fins, principalmente o desenvolvimento econômico, de modo que era necessário prolongar a vida dos indivíduos.

Para Foucault (2010), a tecnologia de poder responsável pela manutenção e otimização da vida é a biopolítica, considerada um exercício de poder que visa gerir, administrar a vida nos mínimos detalhes. Em linhas gerais, a biopolítica diz respeito a uma forma de governo que tem como alvo a vida da população.

Partindo das considerações de Foucault (2008, 2010) acerca da biopolítica, podemos afirmar que em programas, campanhas, entre outras ações desenvolvidas pelo governo do estado e pela prefeitura de São Luís-Maranhão é possível identificar uma natureza biopolítica, pois levam em conta a vida da população, seja em relação à segurança nas ruas e/ou no trânsito, seja em relação à saúde.

Neste estudo, porém, nos ocuparemos apenas das ações desenvolvidas pela gestão municipal apresentadas na rede social *Instagram* da prefeitura de São Luís entre os anos de 2015 e 2020, portanto, ainda sob a gestão de Edivaldo de Holanda Braga Júnior, que abordam o tema da limpeza. A nossa escolha por esta mídia digital se dá por observarmos, em nossas análises, que o *Instagram* é a rede social do poder executivo municipal que apresenta, no geral, maior engajamento, ou seja, maior número de seguidores e comentários nas publicações. Atualmente, ultrapassa a marca de 250 mil seguidores, numa demonstração de poder que os órgãos governamentais possuem para atuar sobre a população.

No tocante à biopolítica, somos levados, inicialmente, a considerá-la apenas em sua positividade, já que objetiva gerir a vida, prolongá-la e otimizá-la. Michel Foucault não tinha por objetivo nos mostrar o quanto esta forma moderna de poder é boa ou má. Ao tratar da biopolítica, pretendia chamar atenção para o momento em que a nossa sociedade passou a considerar os processos biológicos que caracterizam a vida dos seres humanos enquanto espécie como uma questão crucial para a tomada de decisões políticas. Isso se intensifica, conforme destaca Foucault (1988), no final século XVIII em decorrência da expansão demográfica e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico e agrícola.

Isto posto, apontamos que nós não pretendemos discutir se as ações desenvolvidas pela prefeitura que levam em consideração o tema da limpeza na capital são boas ou más. Interessamos muito mais observar quais são os discursos materializados no processo e as suas condições de possibilidade; em outras palavras, a razão pela qual a prefeitura mobiliza certos discursos e não outros em seu lugar nas campanhas que apresenta no *Instagram*. Buscamos ainda verificar como estes discursos se articulam ao dispositivo de segurança.

Justificamos a nossa escolha diante das ações recorrentes tomadas pela prefeitura de São Luís que abordam o tema da limpeza e que ganharam grande visibilidade em 2015, nas diversas mídias locais (em programas e propagandas de tv, em entrevistas com o prefeito na tv, em jornais, nas redes sociais), o que despertou o nosso interesse em analisar a profusão de enunciados sobre a temática. Esses enunciados, se analisados em conjunto, podem ser considerados, conforme aponta Foucault (2019a), como discursos, daí ser possível verificar quais são os discursos materializados nas campanhas desenvolvidas pela prefeitura que abordam o referido tema.

Com isso, não queremos dizer, evidentemente, que não se falava em limpeza na cidade de São Luís antes do ano de 2015, mas sim que a partir desse ano houve uma explosão discursiva sobre esse tema tendo em vista diversos acontecimentos como a desativação do Aterro da Ribeira, as campanhas de valorização dos agentes de limpeza, construção dos ecopontos, entre outros. Também não estamos querendo dizer que os enunciados que circulam nas redes sociais e na cidade são novos, pois conforme Foucault (2019a), a novidade situa-se no entorno. É essa novidade “marginalizada” que pretendemos descrever. Assim sendo, este trabalho pretende ainda realizar um gesto cartográfico na medida em que procuramos mostrar as relações entre poder e saber que permeiam os discursos que possuem a limpeza como objeto.

Sobre como a explosão de discursos produz novas práticas sociais, em *História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber*, Foucault (1988) explica que houve, desde o século XVII, uma maior profusão de discursos sobre o sexo. Não podemos deixar de mencionar que este tipo de discurso era alvo de diversos dispositivos de poder e de controle; sua materialidade era e continua, em certo grau, sendo temida. Mas, o que chama a nossa atenção é a maneira como este autor considerou essa explosão discursiva sobre o sexo, considerando-a não como um fenômeno quantitativo, mas sim como produtora de novas práticas sociais.

Foucault (1988, p. 37) cita como exemplo algumas transformações possibilitadas pelos discursos sobre o sexo no campo do direito e da medicina, a saber, a “multiplicação de condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental [...] organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos [...] e sobretudo, os

médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação”. Desse modo, corroborando com o que está posto n’*A Arqueologia do Saber*, o discurso é prática.

Nesta dissertação, seguimos o mesmo princípio: nós não nos ateremos aos “números da limpeza”. Eles nos auxiliam no sentido de delimitar o período para análise. Interessa-nos muito mais analisar as estratégias discursivas mobilizadas pela prefeitura, quando apresenta campanhas nas redes sociais, por exemplo, e as estratégias não discursivas, quando enuncia por meio da própria disposição do espaço da cidade. Interessa-nos, ainda, verificar os efeitos produzidos entre o discursivo e o não discursivo que procuram fabricar um *sujeito morador ideal* para a cidade.

Quando falamos de *estratégias* neste estudo, não nos referimos ao conjunto de medidas e campanhas desenvolvidas pela prefeitura em si ou aos eventos organizados por ela, mas sim aos jogos enunciativos que são mobilizados quando essas ações são apresentadas para o morador a partir da rede social *Instagram*.

Para citar algumas das ações tomadas pelo poder executivo municipal publicadas com bastante frequência no *Instagram*, apontamos a desativação do Aterro da Ribeira no ano de 2015, considerada pela gestão municipal, numa matéria publicada no site oficial da prefeitura de São Luís, na aba *Agências de Notícias*, como um marco histórico¹ para São Luís e a construção de *ecopontos* em diferentes bairros da capital, inclusive em bairros periféricos. De acordo com a gestão municipal, os ecopontos são implantados em lugares onde se percebe uma cultura de descarte irregular e que o objetivo de sua instalação nesses pontos é garantir mais saúde e qualidade de vida para a população, a preservação do meio ambiente e uma cidade mais limpa e aprazível.

O *Instagram*, rede social que prioriza textos verbo-visuais, serviu como uma ferramenta bastante eficiente na apresentação das ações desenvolvidas pela prefeitura e, sobretudo, no processo de aproximação entre o poder executivo municipal e a população, pois é um suporte que possibilita interação e dinamicidade entre os usuários.

Na esteira de Sargentini (2015), que considera as redes sociais como suporte do discurso político, entendemos que pelo *Instagram*, a prefeitura de São Luís apresenta o trabalho que desenvolve e aproxima-se do morador, também um eleitor, como também dita regras de condutas de modo bastante sutil ao recorrer, por exemplo, aos *memes* que viralizaram na internet.

¹ Ver matéria publicada no site da prefeitura na aba Agência de Notícias. Disponível em: <<http://www.agenciasaoluís.com.br/noticia/13867/>> . Acesso em: 20 de abril de 2019.

No que tange ao tema da limpeza, observamos que a prefeitura publicou, com maior frequência, uma série de imagens principalmente nos anos de 2015, 2017 e 2018. O ano de 2015² foi marcado pela desativação do Aterro da Ribeira; 2017 foi um ano marcado pela ampliação do número de ecopontos, totalizando, até aquele momento, oito ecopontos para a cidade; e 2018 foi um ano marcado pelo lançamento, no início do mês de fevereiro, da campanha “*Cidadão limpeza, cidade beleza*”.

Destacamos que os ecopontos são importantes para a compreensão deste trabalho como um estudo que pretende analisar a discursividade não apenas em termos do que é dito pelo homem, mas também pelo que é feito, produzido. Consideramos que esses equipamentos funciona(ra)m como um motor discursivo, pois por meio deles, diversos jornais impressos e televisivos começaram a falar sobre o descarte adequado do lixo, dos resíduos sólidos e sua relação com a saúde e a sustentabilidade na cidade de São Luís. De modo que serão tomados, neste trabalho, como um acontecimento discursivo no sentido de Foucault (2019a), pois os ecopontos e os dizeres sobre eles, ou seja, a relação entre o discursivo e o não discursivo nos permitem pensar o discurso em suas regras e condições de aparecimento. A presença destes ecopontos destinados a recolher os resíduos sólidos possibilitaram uma série de outros acontecimentos, como campanhas de valorização do agente de limpeza, programas como o “*Mais limpeza, mais saúde*”, “*Cidadão limpeza, cidade beleza*”, eventos como o *I e o II Encontro Municipal Lixo Zero*, entre outros, que estabelecem, entre si, uma regularidade temática, a saber, a promoção da saúde e da sustentabilidade a partir da limpeza da cidade.

Dito isso, demarcamos o lugar teórico no qual nos situamos. Neste estudo, nos ancoramos teórica e metodologicamente nos Estudos Discursivos Foucaultianos, a partir de diferentes noções e conceitos materializados em diferentes livros, cursos e entrevistas (1988, 2008, 2014, 2015, 2019a, 2019b, 2019c). Assumimos a perspectiva arqueogenealógica, método formado na e pela articulação entre as fases arqueológica e genealógica de Michel Foucault. Isso significa que além de nos ocuparmos das condições de emergência de discursos que possuem a limpeza como objeto, buscamos compreender as relações entre os saberes e os poderes que fazem com que determinados discursos irrompam em nossa sociedade e não outros em seu lugar. Fazer uma análise discursiva, no sentido de Foucault, parte da compreensão de que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que

² No ano de 2015, 2017 e 2019 foram publicadas, respectivamente, 44, 34 e 50 imagens no Instagram oficial da prefeitura de São Luís que abordavam o tema da limpeza de forma direta ou “indireta”, conforme uma pesquisa que fizemos no Instagram.

não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 31). Em outras palavras, é preciso reconhecer que poder e saber estão diretamente implicados.

Destacamos que a limpeza não será tomada como um discurso, por isso, até aqui, nos referimos a ela apenas como um tema. Isso porque Foucault adverte n’*A Arqueologia do Saber* (1969) que não devemos abusar deste conceito, pois o discurso é algo muito amplo, complexo e possui certa raridade, diferente da frase e do ato de fala. Por isso, a limpeza é compreendida, neste estudo, como um objeto de discurso (FOUCAULT, 2019a), tendo em vista que diferentes discursos a tomam como objeto, isto é, se referem a ela, como o da saúde, o da higiene e o discurso sobre a sustentabilidade. Considerar a limpeza enquanto um tema ou objeto de discurso significa também compreendê-la como uma unidade num feixe de relações, pois ela se relaciona, constantemente, com outros temas e é tomada por discursos que circulam em diferentes formações discursivas. Ela só pode funcionar nessas condições.

Diante dessas considerações, nossa pesquisa tem como objetivo geral verificar como a prefeitura de São Luís estabelece uma prática política de governamentalidade do corpo populacional por meio de campanhas em prol da limpeza urbana a fim de fabricar - discursivamente e não discursivamente - um sujeito morador ideal para a cidade, o “cidadão limpeza”. Para tanto, propomos as seguintes perguntas para nortear nossa pesquisa: como a prefeitura de São Luís objetiva o morador da cidade de São Luís em um “*cidadão limpeza*” e o subjetiva na medida em que o leva a reconhecer-se nessa posição sujeito considerando o tema da limpeza? E, ainda, como a prefeitura de São Luís estabelece o governo da população valendo-se do dispositivo de segurança? Quais redes de relações podem ser estabelecidas entre o tema da limpeza, o discurso higienista, os discursos sobre sustentabilidade e o dispositivo de segurança?

Nosso objetivo geral nos ajuda a pensar em como o sujeito morador de São Luís está sendo produzido/fabricado por meio dos discursos e dispositivos, no sentido de Foucault (1988), como o da mídia e o de segurança, a que este tema se alia, se apoia. Os discursos sobre a higiene e sobre a sustentabilidade estão atrelados a estes dispositivos que auxiliam no governo do corpo populacional, para então, assegurar e produzir longevidade.

Ressaltamos que o nosso objeto de estudo são as técnicas que, atravessadas por outros dispositivos, inclusive o da mídia, em especial a digital, são engendradas quando a prefeitura de São Luís apresenta as ações desenvolvidas que abordam o tema da limpeza para o morador. Tendo dito isso, destacamos, então, os objetivos específicos desta pesquisa: i) analisar os acontecimentos que possibilitaram a emergência da noção de sustentabilidade e sua relação com os discursos higienistas; ii) investigar como os discursos sobre a higiene e, principalmente,

sobre a sustentabilidade se apoiam no dispositivo de segurança e iii) verificar como o poder público – a prefeitura de São Luís – exerce o governo do corpo *população*.

O *corpus* que tomamos para análise está composto de textos sincréticos publicados na rede social *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís entre os anos de 2015 a 2020 relacionados, de alguma forma, ao tema da limpeza da cidade. Entre os anos referidos, temos um total de 192 imagens publicadas no *Instagram*. As publicações desta rede social serão agrupadas, nesta dissertação, a partir de uma regularidade temática e serão dispostas em quatro séries enunciativas (FOUCAULT, 2019a), a saber, limpeza e saúde; limpeza e sustentabilidade; limpeza e economia e limpeza e cidadania. Neste trabalho, tomaremos apenas um conjunto de 13 imagens publicadas no *Instagram*.

A escolha por este período de tempo (2015-2020) e da nossa temática se justifica pelo fato de percebermos, como já destacamos, uma maior profusão discursiva sobre o tema da limpeza desde o ano de 2015. Os enunciados relacionados a esse tema circularam e foram materializados em diferentes lugares de São Luís, como em lixeiras espalhadas pela cidade, principalmente em pontos turísticos; em programas televisivos; em chaveiros; nos caminhões que auxiliam na coleta do lixo; nos ecopontos etc.

Justificamos a importância deste estudo na medida em que se propõe a direcionar o nosso olhar para as questões do presente, do cotidiano, para questões que parecem não significar tanto, que parecem não possuir uma história, para questões, aparentemente, evidentes. Em outras palavras, para as histórias “quase imóveis ao olhar” (FOUCAULT, 2019a, p. 4) que podem funcionar como uma arqueologia para outros saberes, assim como a história da sexualidade funcionou em relação à psicanálise (FOUCAULT, 1988). Além disso, consideramos que esta pesquisa pode contribuir com as discussões sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades.

Nosso trabalho toca, ainda, de alguma maneira, numa história da limpeza que se desenvolve na cidade de São Luís. Essa história da limpeza que se intensificou no século XVIII e que ainda está em curso. No nosso século, por exemplo, está apoiada em outros saberes e poderes, como veremos. Daí provém ainda a relevância deste empreendimento: é preciso pensar em quem somos nós hoje a partir da história da limpeza que, por alguma razão, parece manter uma homogeneidade global: todos devem buscá-la e mantê-la. Enunciados como “sou pobre, mas sou limpinha” demonstram essa busca incansável de todos pela limpeza.

Feita a explanação do objeto, da teoria e do método empregado neste estudo, apresentamos agora a forma como este trabalho está estruturado.

No primeiro capítulo, discorremos, sucintamente, sobre a arqueogenealogia foucaultiana segundo três obras que compõem a fase arqueológica e três obras que compõem a fase genealógica. Nelas, Foucault desenvolve algumas noções e conceitos que nos orientam neste estudo, tais como o de discurso, poder, governamentalidade e o de biopolítica. Nosso objetivo, em consonância com o primeiro objetivo específico desta pesquisa, é verificar, na esteira desses estudos foucaultianos, como o objeto limpeza se articula aos discursos higienistas e, posteriormente, aos discursos sobre sustentabilidade e como se dá essa movência nas relações entre o homem e o meio a partir da produção de novos saberes e novas formas de se exercer o poder. Verificamos ainda como estas categorias – higiene e sustentabilidade – emergiram em nossa sociedade e alcançaram um status de verdade, de cientificidade, e como se constituíram em um saber-poder que dita como devemos agir e viver.

No segundo capítulo, discorremos sobre as redes de relações que se estabelecem entre os enunciados mobilizados pela prefeitura de São Luís que abordam o tema da limpeza e os discursos sobre a sustentabilidade considerando o dispositivo de segurança. Para tanto, além de tratarmos sobre o dispositivo em Michel Foucault, recorreremos a Deleuze (1990) e Agamben (2005). A partir de Deleuze (1990), analisamos as linhas que permeiam os discursos sobre a sustentabilidade e como se relacionam com o tema da limpeza. Com Agamben (2005), buscamos, para além de compreender o que seria o dispositivo em Foucault, refletir sobre como nós, sujeitos modernos, somos capturados por dispositivos de naturezas variáveis sem nos darmos conta.

No terceiro capítulo, analisamos o *corpus* por nós selecionado. Ele está composto, como já dissemos, por um conjunto de 13 textos sincréticos publicados na rede social *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís. Estes textos estão agrupados em quatro séries enunciativas, a saber: limpeza e saúde; limpeza e sustentabilidade, limpeza e economia e limpeza e cidadania. Neste capítulo, respondemos às questões norteadoras deste estudo, correspondendo, por conseguinte, aos objetivos gerais e específicos desta pesquisa.

Nas considerações finais desta pesquisa, procuramos demonstrar que a prefeitura, ao relacionar a limpeza à saúde, à sustentabilidade, à economia e à cidadania, objetiva conscientizar os moradores da cidade de São Luís por meio da responsabilização e procura fabricar um sujeito morador “ideal” para a cidade por meio de práticas de governamentalidade. Neste momento, discutimos ainda sobre as relações que podem ser estabelecidas entre esse sujeito requisitado pelo poder executivo municipal e o neoliberalismo enquanto racionalidade política.

Consideramos importante destacar que este estudo não tem a finalidade de esgotar o que pode e/ou deve ser dito sobre a limpeza enquanto objeto de discurso. Desse modo, encontra-se em aberto e, portanto, sujeito a novos gestos de leitura.

CAPÍTULO 1

UMA ARQUEOGENEALOGIA DO “CIDADÃO LIMPEZA”

Neste capítulo, apresentamos a trajetória filosófica de Michel Foucault. De acordo com vários estudiosos do discurso, entre eles, Gregolin (2006) e Veiga-Neto (2003), o conjunto de sua obra pode ser dividido, para fins didáticos, em três épocas. Em cada época, o filósofo francês dirige o seu olhar para questões diferentes, como veremos, mas sempre buscando responder a sua questão nuclear: quem somos nós hoje (FOUCAULT, 1995).

Por considerarmos, neste estudo, o método arqueogenealógico de Michel Foucault, discorreremos, principalmente, sobre as duas primeiras épocas buscando relacioná-las com o nosso objeto de pesquisa, isto é, iremos observar as estratégias discursivas e não discursivas mobilizadas pela prefeitura de São Luís que, ao levarem em conta o tema da limpeza, objetivam e subjetivam o morador da capital do estado do Maranhão em um “cidadão limpeza”, operando, assim, o governo do corpo populacional.

Segundo Boas (2002), a primeira fase dos estudos de Foucault pode ser delimitada entre os anos de 1961 e 1969. As obras escritas nesse período compõem o que se chama de arqueologia foucaultiana, entre elas, destacamos *A História da Loucura na Idade Clássica* (1961); *As Palavras e as Coisas* (1966) e *A Arqueologia do Saber* (1969). Na fase arqueológica, ele está interessado nas ciências que tomam o homem como objeto. Para tanto, analisa discursos que tomam e constituem o homem em sujeito seguindo o critério da descontinuidade histórica.

Conforme explica Machado (1979), os discursos são uma dispersão. Assim sendo, analisar discursos num movimento arqueológico é fazer uma descrição da dispersão. Foi o que Michel Foucault fez com maestria em todas as obras que compõem a primeira fase. Nelas, ele questiona sobre como determinados saberes alcançaram o estatuto de cientificidade e não outros, os quais chama, em *A Arqueologia do Saber*, de conhecimentos imperfeitos. Neste momento, Foucault estava interessado em compreender a razão pela qual alguns saberes eram privilegiados e não outros em seu lugar. Posteriormente, Foucault entende que o saber só alcança o estatuto de ciência porque existe um outro elemento que o coaduna, o poder. Dessa forma, empreende uma análise das articulações entre o poder e o saber.

O segundo momento é o da genealogia e abarca o período que vai de 1970 até a morte de Foucault, em 1984. Os primeiros textos voltavam-se para uma genealogia do poder, como a *Ordem do Discurso* (1971); *Vigiar e Punir* (1975) e *A História da Sexualidade 1: A Vontade de*

Saber (1976). Os últimos, por outro lado, se dirigem para uma genealogia da ética, que constituem a terceira fase de Foucault. Nesta fase, ele investiga, a subjetivação a partir de técnicas de si. Deste momento, destacamos *A História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres* (1984) e *A História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si* (1984).

Embora tenhamos citado a última fase do filósofo, este estudo fica delimitado às duas primeiras épocas que constituem o que se chama de método arqueogenealógico, método que movimentava as noções e conceitos desenvolvidos na arqueologia e na genealogia foucaultiana. Todavia, embora nosso estudo não esteja focado na terceira fase, não descartamos a possibilidade de que, em algum momento desta pesquisa, apareçam questões empreendidas nessa época, tampouco descartamos a possibilidade de se pensar este trabalho a partir dela.

Isto posto, apresentamos a organização deste capítulo que se divide em dois momentos. No primeiro, discorreremos acerca da fase arqueológica destacando como ela se relaciona com o nosso objeto de investigação e, mais do que isso, como ela nos possibilita ver a constituição de um sujeito *morador ideal* para a cidade de São Luís hoje segundo a produção de um saber sobre a higiene e sobre a sustentabilidade.

Em seguida, direcionaremos nosso olhar para as questões desenvolvidas por Foucault na segunda fase, a genealógica. Discutimos, inicialmente, sobre algumas obras dessa época. Por meio delas, procuramos apresentar como o filósofo compreende as relações entre o poder e o saber, as noções de biopolítica e de biopoder. E abordamos ainda a questão da governamentalidade e sua relação com a biopolítica, categorias que sustentam este trabalho e que estão diretamente relacionadas com os dispositivos na concepção de Michel Foucault.

2.1 Os discursos higienistas e os discursos sobre a sustentabilidade: uma abordagem arqueológica

Antes de emprendermos uma discussão sobre os discursos higienistas e os discursos sobre a sustentabilidade, é necessário um breve preâmbulo sobre o método arqueológico proposto por Michel Foucault.

Na fase arqueológica, Foucault tenta construir uma história dos saberes que tomam o homem como objeto. Este método, conforme já destacado, pode ser observado a partir de seus três primeiros trabalhos, a saber, *A História da Loucura na Idade Clássica* (1962), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *As Palavras e as Coisas* (1966). Nestas obras, o filósofo analisa, respectivamente, as condições de aparição do discurso sobre o louco tratando de

entender a distinção entre razão e desrazão como um fato histórico, a constituição do saber médico no terreno da história e o nascimento das ciências humanas a fim de verificar as relações entre o discurso, os saberes e a história.

No seu primeiro empreendimento, Foucault (1972) busca verificar como a loucura era compreendida na época clássica para contrastar com o entendimento que se tem sobre ela na modernidade. Em outras palavras, procurava apontar as incompatibilidades do que era dito sobre ela nos séculos XVIII e XIX. Segundo este autor, o momento em que surge a separação da loucura e da razão situa-se entre os séculos XVII e XVIII, justamente quando se forma o saber psiquiátrico. É somente com a formação deste tipo de saber que a loucura passa a ser classificada como uma doença mental. Com a descoberta da loucura, o homem passa a expulsar o louco do convívio social.

No segundo empreendimento, Foucault (1977) busca verificar o momento em que se estabelece um discurso médico na modernidade. Ele observa que na racionalidade médica clássica, as doenças eram classificadas a partir dos sintomas. Na modernidade, por outro lado, o principal objeto de análise é a doença em si e o corpo doente.

No terceiro empreendimento, ele se ocupa do homem enquanto objeto e sujeito da ciência. Ele está interessado nas condições epistemológicas que possibilitaram que o homem se tornasse objeto das ciências humanas.

Entre os fios que se podem estabelecer entre essas três obras, destacamos o método arqueológico. Foucault, em seus três primeiros empreendimentos, busca compreender, no terreno da história, as condições de aparecimento da figura do louco, do discurso médico e do homem como objeto de estudo, bem como a constituição dos saberes acerca da loucura, da medicina e do homem, seguindo critérios que fazem parte do método desenvolvido por ele, a saber, a descontinuidade e a dispersão histórica.

Segundo Sargentini (2019), a arqueologia foi central para revolucionar a História, para questionar o poder do arquivo, para dar centralidade ao discurso. Esse método será melhor explicitado n' *A Arqueologia do Saber* (1969), onde o filósofo rebate algumas críticas e, principalmente, mantém um diálogo consigo mesmo acerca do seu próprio método. É n' *A Arqueologia do Saber*, inclusive, que ele esclarece o seu olhar sobre a história, o enunciado, o discurso, sobre o arquivo e até mesmo sobre o sujeito.

Para este autor, a história não deve ser considerada como uma categoria progressiva, como os historiadores tradicionais a concebiam, mas sim em sua descontinuidade. Ele não acreditava que a história deveria se ocupar apenas dos grandes acontecimentos, mas sim das práticas do cotidiano, dos saberes que estavam abaixo do limiar de cientificidade. Essas noções

sobre a história presentes no pensamento de Foucault “encontram campo fértil, particularmente, em importante corrente dos estudos da história, a Escola dos Annales” (SARGENTINI, 2004, p. 84) que nos anos 70 dará origem à Nova História.

Os postulados da Nova História, tal como nos apresenta Burke (1992), nos auxiliam a justificarmos a relevância deste estudo, uma vez que pensar as estratégias discursivas e não discursivas que irrompem na cidade de São Luís relacionadas ao tema da limpeza urbana significa refletir sobre quem é esse sujeito morador requisitado pelo poder executivo municipal hoje para a cidade. Significa ainda contribuir, de alguma maneira, com o desenvolvimento de uma história sobre a limpeza na cidade de São Luís. Essa cidade, neste estudo, é tomada como um espaço discursivo, pois ela mesma é atravessada pelos discursos e pode ser considerada como um lugar onde se articulam e se materializam diferentes enunciados.

O enunciado, como tudo em Foucault, não é uma noção de fácil compreensão, pois não é simplesmente um amontoado de palavras ou uma série de signos que produzem determinados sentidos. O enunciado é “o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem” (FOUCAULT, 2019a, p. 106). O enunciado é em si mesmo uma rede de relações, “tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2019a, p. 118) e “pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto e uma proposição a um conjunto dedutivo” (FOUCAULT, 2019a, p. 142).

O enunciado apoia-se sempre em um conjunto de signos, e caracteriza-se por quatro elementos básicos: um referente (um princípio de diferenciação), um sujeito (“posição” a ser ocupada), um campo associado (sua coexistência com outros enunciados) e uma materialidade específica – por tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas por meio de técnicas, práticas e relações sociais (2019a, p. 133).

O discurso, por outro lado, é formado a partir desses conjuntos de enunciados. O que também não é simples de compreender. Não podemos tomar discurso de modo trivial, pois eles “não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras” (FOUCAULT, 2019a, p. 59). O discurso em Foucault é tomado enquanto prática e enquanto acontecimento.

N’*A Arqueologia do Saber*, Foucault desenvolve ainda a ideia de arquivo. O arquivo não se refere à “soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como identidade mantida”, mas sim “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2019a, p. 157-158).

O sujeito, por outro lado, não é visto como um indivíduo qualquer, como um autor ou como alguém que diz algo a outrem, mas sim como uma posição. E essas “posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2019a, p. 63). Para Foucault, há um sujeito do discurso.

O método arqueológico, conforme aponta Gregolin (2006), envolve a escavação, a restauração e a exposição de discursos a fim de enxergar a positividade do saber em um determinado momento histórico. É importante destacar que essa escavação não remete a uma busca de algo que estava escondido, tampouco denota ir às origens dos discursos. O método se constitui na busca de elementos que possam ser articulados entre si e que fornecem um panorama coerente das condições de produção de um saber em certa época.

A presença do método arqueológico de Foucault neste estudo se justifica na medida em que nos ajuda a pensar e, sobretudo, a analisar as condições de possibilidade dos discursos sobre a higiene e sobre a sustentabilidade. Estes dois campos discursivos nos interessam pois possuem a limpeza como tema comum. Por meio de um movimento arqueológico, é possível verificar como esses saberes foram aceitos como verdades em nossa sociedade, isto é, como eles adquirem um caráter de cientificidade, como eles produzem uma positividade sobre como ser um “cidadão limpeza”, por meio da operacionalização de discursos que, pedagogicamente, ensinam como manter a cidade limpa.

Como já demonstrado a partir das três primeiras obras escritas por Michel Foucault, a história é quem possibilita as condições do nascimento do homem, da medicina e da psiquiatria. O que nos leva a considerar que é a história que permite também que o tema da limpeza e os discursos sobre a higiene e sobre a sustentabilidade irrompem de modo distinto em diferentes épocas. É importante destacar que a arqueologia compreende os discursos enquanto práticas descontínuas que obedecem a certas regras. Nessa esteira, uma pergunta se apresenta para nós: quais regras e quais acontecimentos-que, em sua dispersão, regeram o aparecimento da higiene e, posteriormente, da sustentabilidade como um discurso?

Foucault entende o acontecimento como uma irrupção de uma singularidade histórica. E nos adverte que “é preciso estar pronto para acolher o discurso em sua irrupção de acontecimentos” (FOUCAULT, 2019a, p. 31). Afinal, o presente não é evidente. Nada do que está posto é evidente; tudo possui uma história.

Nessa perspectiva, buscamos acolher, a partir de agora, o discurso sobre a higiene, ou melhor, a sua irrupção e acontecimentalização: como ele, enquanto prática, modificou o homem, a cidade e a sociedade. Mas antes, apontamos que, neste estudo, limpeza e higiene não são sinônimos. Destacamos também que quando falamos em higiene não estamos nos referindo

aos estudos sobre a higienização da cidade por meio da exclusão de pessoas “infames” (FOUCAULT, 2003), mas no sentido lato: coleta do lixo e dos resíduos sólidos na cidade.

Dito isso, observamos que o tema da limpeza ainda se apoia, em certa medida, nos discursos que circula(ra)m, num primeiro momento, sobre a higiene, mas, majoritariamente, enunciam de um lugar construído pelos discursos sobre a sustentabilidade. Nesse contexto, analisamos, inicialmente, as condições de produção dos discursos higienistas e em seguida dos discursos sobre a sustentabilidade.

Conforme aponta Costa (2013), na Europa, durante o século XVIII, começou a ser elaborada uma política pública que levava em conta a higiene, denominada de neo-hipocratismo, pois estava pautada nas ideias de Hipócrates. Ainda conforme Costa (2013, p. 52), “as descobertas na Física, na Fisiologia e na Química permitiram à higiene se apoiar em bases científicas”. Segundo a autora,

[...] Termos da Anatomia e da Fisiologia humanas foram usados para analisar fenômenos urbanos, estabelecendo analogias entre as funções do corpo humano e as do corpo social. Durante toda a segunda metade do século XVIII, o mundo das ciências vai assistir à grande síntese das teses médico-sanitaristas com as políticas públicas. (COSTA, 2013, p. 52)

Nesse contexto, observa-se, a partir do pensamento de Foucault, como essas discussões sobre a higiene, apoiada em saberes considerados científicos e, conseqüentemente, por poderes de diferentes naturezas, se multiplicaram em nossa sociedade. Desse modo, a higiene passou a se capilarizar em todo o corpo social. Daí decorrem os esforços dos médicos higienistas que propunham a medicalização do espaço e da sociedade ao sugerirem, por exemplo, novos modos de organização das cidades:

[...] Os médicos e os higienistas, baseados nas teorias que relacionavam a doença com o meio ambiente, propõem a medicalização do espaço e da sociedade, sugerindo normas de comportamento e de organização das cidades: localização mais adequada para os equipamentos urbanos; regras para a construção de habitações, hospitais, cemitérios, escolas, repartições públicas, praças, jardins, etc.; intervenção nos ambientes considerados doentes e mesmo migração temporária da população nas estações consideradas mais propensas às epidemias. Os tratados de higiene pública passam a sugerir normas para a construção das moradias. (COSTA, 2013, p. 52)

Esses tratados de higiene pública, imbuídos de uma prática biopolítica, se capilarizaram no ocidente. Após o século XIX, nenhuma intervenção urbana na sociedade ocidental foi feita sem levar em conta as doutrinas higienistas.

Foucault (1986, p. 54), por exemplo, discorre, em *A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, sobre a formação de uma medicina do sexo, no século XIX, que “arvorava-

se em instância soberana dos imperativos da higiene”. Em *Vigiar e Punir* (2005), discorre ainda sobre a limpeza do soldado e da organização do espaço escolar levando em consideração, entre outros elementos, a limpeza do aluno. Já em seu texto, *O Nascimento da Medicina Social*³, Foucault trata sobre a medicina urbana. Segundo este autor, ela:

[...] com seus métodos de vigilância, de hospitalização etc., não é mais do que um aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena que tinha sido realizado no final da Idade Média, nos séculos XVI e XVII. A higiene pública é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande medicina urbana que aparece na segunda metade do século XVIII e se desenvolve sobretudo na França. (FOUCAULT, 2019b, p. 157)

Foucault propõe uma diferença entre salubridade e saúde. A primeira diz respeito ao estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos que permitem a melhor saúde possível. A segunda – a saúde – é o objetivo da primeira. Ainda conforme Foucault:

[...] Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio. (FOUCAULT, 2019b, p. 163)

Com o desenvolvimento das cidades, tornou-se cada vez mais necessário o fortalecimento de uma medicina urbana. Para Foucault (2019b, p. 162), ela “não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência”. Daí justifica-se a necessidade das teses higienistas atravessando a cidade e modificando-a.

A higiene, articulada a diferentes saberes e dispositivos de poder, funcionou, por muito tempo, como um dos principais regimes de saúde das populações, uma vez que o discurso higienizador era considerado verdadeiro (VEYNE, 2011). Segundo Costa (2013, p. 64), “entre 1851 e 1912, quatorze conferências sanitárias internacionais vão acontecer regularmente a cada sete anos”, fato que corrobora com a ideia de “verdade” configurada pelos discursos médico-higienistas.

No entanto, os discursos sofrem deslizamentos ao longo da história. No final do século XIX, irrompe outro tipo de discurso que também levava em conta a manutenção da vida, possibilitado pelo mesmo dispositivo, a saber, o de segurança. Ele irrompe em outras condições

³ Conferência realizada no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em outubro de 1974.

históricas, sociais e econômicas, num mundo globalizado e cada vez mais capitalista que busca atender a lógica do mercado, pautado cada vez mais na política econômica neoliberal enquanto racionalidade política (BROWN, 2019). Estamos falando da sustentabilidade.

Desde a segunda metade do século XIX, surge uma maior preocupação sobre como o homem poderia viver num mundo contaminado, como os filhos e/ou os netos daquela geração lidariam com o futuro. Num sentido mais amplo, como poderiam sobreviver. Essas questões foram possibilitadas, principalmente por meio da observação e frequência de alguns desastres ambientais, como as chuvas ácidas causadas pela excessiva contaminação de poluentes no ar e a poluição nuclear, conforme aponta Machado (2005). Esses acontecimentos possibilitaram que a relação homem-natureza ocupasse um lugar importante entre os principais temas debatidos no mundo.

A partir dos acontecimentos que envolvem os desastres naturais, emergiram outros acontecimentos de naturezas discursivas e não discursivas, como as diversas conferências mundiais e eventos internacionais, como a Conferência de Estocolmo, em 1972; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), em 1989, conhecida como Rio-92; os documentos que firmavam compromissos de países desenvolvidos com a redução de gases tóxicos, como *Limits to Growth*, 1972, *Only one Earth* (1973) e o Protocolo de Kyoto (1997); órgãos governamentais, como as secretárias de meio ambiente, foram criados em diferentes países.

No que se refere ao Brasil, podemos destacar a Secretaria Especial do Meio Ambiente – Sema) e algumas leis, como a Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente cujo objetivo é proibir a poluição e obrigar o licenciamento e a regulamentação da utilização adequada dos recursos ambientais; a Lei nº 6.902/81, que estabelece as diretrizes para a criação das áreas de proteção ambiental e a Lei 7.735/98, que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) cuja finalidade primária é a fiscalização. Dessa relação entre os acontecimentos citados que levaram em conta a sustentabilidade, emergiram discussões sobre impactos do progresso na vida humana.

Em linhas gerais, os eventos sobre a higiene deram lugar aos eventos sobre a sustentabilidade, mas isso não significa que uma se sobrepõe a outra; elas coexistem, como demonstraremos em nossas análises.

Conforme Gregolin (2006, p. 86), “a arqueologia deve ocupar-se de uma população de acontecimentos dispersos, tentando explicar a heterogeneidade das novas configurações de saber, que ao emergirem e desaparecerem fortuitamente, são puro acontecimento”. Assim, uma época deve ser entendida como um emaranhado de continuidades e descontinuidades. É no

entremeio delas que o conceito de sustentabilidade passa a ser desenvolvido e passa a ser pulverizado em nossa sociedade exercendo uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2014) sobre como o homem deve se relacionar com o meio ambiente e como os países devem desenvolver-se de forma sustentável.

Por meio do método arqueológico, podemos afirmar que os discursos higienistas apoiavam-se, principalmente, no domínio do saber médico e biológico. Os discursos sobre a sustentabilidade, por outro lado, apoiam-se, para além destes, em outros campos, como o social e, principalmente, o econômico. Consideramos, pois, que os discursos que circulam sobre a sustentabilidade, advindos de diferentes campos do saber, revelam, conforme aponta Foucault em *A Ordem do Discurso* (2014, p. 10), que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”.

Talvez por isso não haja, até o início deste século, um conceito próprio e consensual para a sustentabilidade. Há somente noções que a colocam como um adjetivo do desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO, 2012) ou como um meio para alcançá-lo. Entendemos que a produção de saberes sobre a sustentabilidade está enredada em relações de poder. E é sobre o poder que Foucault se ocupa na fase denominada genealógica.

2.2 Um retorno à fase genealógica de Foucault

A segunda época de Foucault, como já vimos, é chamada de genealógica. Nela, o filósofo dirigiu seu olhar para o poder em sua relação com o saber e a produção dos discursos que circulam em nossa sociedade de controle (DELEUZE, 1992). A fim de acompanhar seu pensamento, tratamos, respectivamente, de três obras inseridas em sua segunda fase: *A Ordem do Discurso* (1971), *Vigiar e Punir* (1975) e *A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1988). Iniciemos, pois, com o texto⁴ de 1971.

Em *A Ordem do Discurso* (1971), obra que, segundo Gregolin (2006), marca a passagem da arqueologia para a genealogia, Foucault mergulhará nas discussões sobre os sistemas gerais

⁴ Primeira aula ministrada por Foucault no *Collège de France*. Ela foi proferida no dia 02 de dezembro de 1970 e publicada em 1971.

de controle dos discursos desenvolvidos pela sociedade ocidental. No início de sua aula inaugural, Foucault (2014a, p. 8-9) levanta a hipótese de que:

[...] em toda a sociedade a produção de discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Ele classifica esses procedimentos de controle em três grupos. No primeiro, denominado de procedimentos externos, estão incluídas a interdição, a segregação e a vontade de verdade. Segundo Foucault (2014a, p. 9), o mais evidente e o mais familiar é a interdição, pois como se sabe, “ninguém tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Por esta razão, a prefeitura de São Luís, a fim de evitar que os seus dizeres sobre a limpeza e a sustentabilidade ou mesmo evitar a invalidação desses dizeres, apoia-se, como veremos mais adiante, nas estatísticas, nos dados, em outros dizeres aceitos em nossa sociedade, como por exemplo o saber médico. Em relação à segregação, Foucault retorna à *História da Loucura* para exemplificar como a figura do louco passou (e passa) por esse procedimento de exclusão.

[...] Existe em nossa sociedade outro tipo de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição, penso na oposição razão e loucura. Desde a alta idade média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer a verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. (FOUCAULT, 2014a, p. 10-11)

Assim, falar de segregação pressupõe posições *sujeito* opostas. Neste trabalho, por exemplo, se estabelece uma separação entre o “cidadão limpeza” e o “cidadão sujeira”. A maioria das campanhas, conforme demonstramos em nossas análises situadas no capítulo III, estão direcionadas para os moradores que contribuem ou que procuram contribuir com a limpeza da cidade. Há também algumas que questionam o morador e o levam a refletir se ele realmente é um “cidadão limpeza”. Outras solicitam ainda que os bons cidadãos, isto é, os que zelam pela limpeza, denunciem aqueles que sujam a cidade.

Em relação à vontade de verdade, Foucault (2014a) recorre aos poetas gregos do século VI para mostrar as transformações na separação entre o falso e o verdadeiro.

[...] Porque, ainda nos poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro – no sentido forte e valorizado do termo –, o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado

por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual a sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino. Ora, eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência. (FOUCAULT, 2014a, p. 14-15)

A vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, entre outras. No entanto, “ela é também reconhecida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, redistribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2014a, p. 17). Foucault antecipa as reflexões que serão empreendidas em *Vigiar e Punir* para pensar como se configuram as vontades de verdade.

[...] Penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (FOUCAULT, 2014a, 19)

Quanto ao segundo grupo de procedimentos de controle do discurso, denominado de procedimentos internos, tem-se o comentário, o autor e a disciplina. Segundo Foucault, (2014a, p. 26), “o comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. [...] o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

O autor “não é entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas como um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de coerência” (FOUCAULT, 2014a, p. 26). Já a disciplina “não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade” (FOUCAULT, 2014a, p. 31).

O terceiro grupo de princípios de controle do discurso refere-se às práticas que têm como consequência o que Foucault chama de rarefação dos sujeitos que falam:

[...] trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam: ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. (FOUCAULT, 2014a, p. 36-37)

Os sujeitos que pronunciam os discursos são cerceados por regras que envolvem o ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e as apropriações sociais do discurso. Para Foucault (2014a, p. 36) “a forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual”:

[...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. (FOUCAULT, 2014a, p. 37)

Há ainda as sociedades de discurso, cuja função, conforme atesta Foucault (2014a, p. 37), “é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição”. As doutrinas constituem o inverso das sociedades de discurso, pois nas sociedades de discurso, o número de sujeitos que falam tende a difundir-se, enquanto o papel da doutrina é limitar o discurso apenas para alguns sujeitos.

No que se refere às apropriações sociais dos discursos, Foucault considera que toda sociedade possui instituições responsáveis pela distribuição dos discursos, e como exemplo destaca o sistema de educação. Para ele, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014a, p. 41). O discurso nada mais é do que “uma reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (FOUCAULT, 2014a, p. 46). E depende de alguns princípios de análise.

O primeiro deles é o princípio de inversão. Segundo este princípio, “lá onde, segundo a tradição, cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade [...] é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso” (FOUCAULT, 2014a, p. 49).

O segundo diz respeito ao princípio da descontinuidade. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem.

O terceiro princípio refere-se ao princípio de especificidade. O discurso “não é cúmplice de nosso conhecimento e, portanto, devemos concebê-lo como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 2014a, p. 49).

Por último, há, ainda, o princípio de exterioridade. Conforme Foucault (2014a, p. 50-51), não devemos nos concentrar no “núcleo interior e escondido do discurso, mas a partir do próprio discurso, de sua aparição, de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras”.

Entre as modalidades externas e internas, encontra-se como alvo o discurso. Afinal, como já apontamos, o discurso produz o poder-saber, e o homem, por sua vez, o teme, mas também o deseja. Este texto é importante para nós, pois além de mostrar uma série de procedimentos internos e externos, Foucault nos lega princípios para analisar discursos.

Por meio das considerações elaboradas por Foucault, em *A Ordem do Discurso*, consideramos que o discurso sobre a sustentabilidade exerce uma vontade de verdade na contemporaneidade e tende a exercer sobre outros discursos uma “espécie de pressão e como que um poder de coerção”. Isso pode ser percebido, inclusive no discurso *empresarial*, quando algumas empresas produzem campanhas a partir de “discursos sustentáveis” ou otimizam as embalagens de seus produtos a fim de venderem uma imagem “verde”, ecologicamente correta.

Tendo discorrido sobre *A ordem do Discurso*, obra que nos faz pensar sobre os procedimentos de controle e regulação dos discursos, daremos início às discussões propostas por Foucault em *Vigiar e Punir*.

Nessa obra, Foucault faz uma história do passado nos termos do presente ao analisar a prisão com todos os investimentos políticos sobre o corpo. Este texto é fundamental para a compreensão do poder e do corpo.

Na primeira parte, Foucault apresenta o desaparecimento do suplício, ou seja, como as graves punições corporais deixaram de ser aplicadas e deram lugar a uma anatomia política sobre o corpo. Mostra ainda como a punição vai se tornando a parte mais velada do processo penal. Antes, ela era espetacularizada, todos a presenciavam. Um exemplo é a execução de Damiens, condenado no dia 02 de março de 1757.

De modo geral, Foucault mostra que as práticas punitivas se tornaram pudicas ao longo do tempo e mostra como o corpo deixa de ser o alvo principal da repressão penal. O corpo deixa de ser tocado, e quando o é, é para atingir algo além dele, a alma. Segundo essa nova penalidade, o corpo é colocado num sistema de privações, de obrigações e de interdição. O sofrimento físico não é mais o elemento constitutivo da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos.

Ainda na primeira parte desta obra, Foucault (2014b, p. 26) explicita o objetivo de *Vigiar e Punir*: “uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma

genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade”.

Seu estudo obedece a quatro regras gerais: i) toma a punição como uma função social complexa, por isso não centra o estudo dos mecanismos punitivos apenas em seus efeitos repressivos; ii) analisa os métodos punitivos como técnicas que tem sua especificidade no campo mais geral de outros processos de poder; iii) coloca a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem; iv) verifica se esta entrada da alma no palco da justiça penal, e com ela a inserção na prática judiciária de todo um saber “científico” não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder.

Em síntese, Foucault (2014b, p. 27) trata de “estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto”.

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição; (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 2014b, p. 29)

Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos de violência ou da ideologia, conforme destaca Foucault (2014b). Pode muito bem ser direta, usar a força contra a força, pode ser calculada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e, no entanto, continuar a ser de ordem física a partir de estratégias. São essas estratégias que buscam a sujeição do sujeito morador que nos interessa, por isso, a presença desta obra nesta pesquisa.

Na segunda parte, dividida em dois capítulos, Foucault (2014b) passa a discorrer sobre a punição e sua função social. Segundo ele, os protestos contra o suplício se encontravam em toda parte na segunda metade do século XVIII. Os filósofos e os teóricos do direito, entre juristas e parlamentares, requeriam que se encontrasse outro modo de punir, era preciso “eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado; esse conflito frontal entre a vingança do príncipe e a cólera contida do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco” (FOUCAULT, 2014b, p. 73). Destaca ainda que, rapidamente, o suplício tornou-se intolerável. Nesse contexto, uma reforma em prol de uma penalidade suavizada tornou-se necessária. No entanto,

[...] o verdadeiro objetivo da reforma, e isso desde suas formulações mais gerais, não é tanto fundar um novo direito de punir a partir de princípios mais equitativos; mas estabelecer uma nova “economia” do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social (FOUCAULT, 2014b, p. 80).

Segundo Foucault, a reforma do direito criminal deve ser lida como uma estratégia para o condicionamento do poder de castigar, seguindo modalidades que o tornam mais regular, mais eficaz, mais constante e melhor detalhado em seus efeitos e, simultaneamente, menos custoso economicamente e politicamente. Foucault observa que o direito de castigar foi trasladado da vingança do soberano à defesa da sociedade, mas se encontra organizado com elementos tão fortes, que se torna quase mais terrível, afinal, não se tratava de castigar menos, mas sim de castigar da forma mais eficaz.

Já no final do primeiro capítulo da segunda parte, Foucault anuncia que o corpo entrará em cena novamente, só que dessa vez de modo diferente, já não é um corpo supliciado, como outrora:

[...] Essa semiotécnica das punições, esse “poder ideológico” é que, pelo menos em parte, vai ficar suspenso e será substituído por uma nova uma nova anatomia política em que o corpo novamente, mas numa forma inédita, será o personagem principal. (...) Um exame da nova arte de punir mostra bem a substituição da semiotécnica punitiva por uma nova política do corpo. (FOUCAULT, 2014b, p.101).

O corpo supliciado é substituído por uma grande arquitetura fechada, complexa e hierarquizada que se integra no corpo do aparato estatal. Para Foucault (2014b, p. 114), “uma materialidade totalmente diferente, uma física do poder totalmente diferente, uma maneira de investir o corpo do homem totalmente diferente” aparece. Refere-se à prisão, que por sua vez, vai funcionar como um aparato de saber à medida que esses corpos passam a ser observados. Por meio da prisão, a relação entre poder e saber torna-se mais evidente em nossa sociedade.

No final da segunda parte, Foucault (2014b) nos mostra que ao final do século XVIII nos encontramos ante três maneiras de organizar o poder de castigar. A primeira se apoiava no velho direito monárquico, a segunda no projeto dos juristas e a terceira no projeto da instituição carcerária. Em seguida, mostra como o castigo é visto em cada uma delas:

[...] poderíamos dizer que, no direito monárquico, a punição é um cerimonial de soberania; ela utiliza as marcas rituais da vingança que aplica sobre o corpo do condenado; e se estende aos olhos dos espectadores um efeito de terror tanto mais intenso por ser descontínuo, irregular e sempre acima de suas próprias leis, a presença física do soberano e de seu poder. No projeto dos juristas reformadores, a punição é um procedimento para requalificar os indivíduos como sujeitos de direito [...] no projeto de instituição carcerária que se elabora, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processos de treinamento do corpo - não sinais - com os

traços que deixa, sob a forma de hábitos, no comportamento; e ela supõe a implantação de um poder específico de gestão da pena (FOUCAULT, 2014b, p. 130).

Após discutir sobre estas três modalidades segundo as quais se exerce o poder de castigar, Foucault (2014b) aponta que o problema que se coloca, a partir de agora, é pensar como a terceira tecnologia de poder se impôs e como se deu de forma tão rápida em nossa sociedade. Daí passa a pensar na disciplina.

No primeiro ponto da terceira parte de *Vigiar e Punir*, discute sobre os corpos dóceis a partir da figura do soldado e nos mostra como esse corpo é construído a fim de nos levar a refletir sobre como o nosso corpo é fabricado na sociedade. No curso da idade clássica, houve todo um descobrimento do corpo como objeto do poder e este, por sua vez, busca docilizá-lo, torná-lo útil. Um corpo é dócil quando ele pode ser utilizado, submetido e fabricado. Partindo da ideia de que o interesse pelo corpo dócil não é novo, Foucault se questiona sobre o interesse pelo corpo docilizado no século XVIII. Questiona-se sobre o que há de novo imbuído nesse interesse antigo. Segundo ele, embora o corpo tenha sido desde a idade clássica objeto de interesse estando, portanto, capturado por poderes que impõem coações, interdições ou obrigações, há várias coisas novas nestas técnicas sobre o corpo. Entre elas, situam-se questões relacionadas com o que chama de *escala de controle*, em primeiro lugar, *objeto de controle* e por fim, a *modalidade*.

No que se refere à *escala de controle*, o corpo deixa de ser tratado em massa e passa a ser trabalhado em suas partes. Em relação ao *objeto de controle*, este já não se direciona para os elementos significantes da conduta ou linguagem do corpo, mas sim para a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna. Quanto à *modalidade*, implica uma coerção ininterrupta. É nesse contexto que Foucault (2014b, p. 135) conceitua disciplina: “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade é o que se pode chamar as disciplinas”, consideradas por ele como fórmulas gerais de dominação.

O momento histórico das disciplinas se dá no momento em que nasce uma arte do corpo humano que não se direciona somente para o aumento de suas habilidades ou tornar mais pesada a sua sujeição, mas sim no que se refere à formação de um vínculo que no mesmo mecanismo o torna tão mais obediente quanto mais útil e vice-versa. Dessa forma, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2014b, p. 135). A disciplina, por seu turno, fabrica corpos dóceis, submissos e aumenta a força do corpo em termos de utilidade econômica e a diminui em termos de obediência política.

Essa anatomia política se inseriu algumas vezes de forma mais lenta, outras de forma mais rápida, em diferentes espaços, entres eles, a escola, os hospitais e a organização militar. Ao falar das disciplinas, Foucault objetiva fazer menos uma história das diferentes instituições disciplinares, e mais apontar, por meio de uma série de exemplos, algumas das técnicas essenciais que se generalizaram mais facilmente, consideradas como “técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que possuem sua importância” (FOUCAULT, 2014b, p. 136) posto que definem uma nova microfísica do poder.

Foucault, na terceira parte de sua obra, continua tratando da disciplina e toma como exemplo a fábrica para pensar na distribuição dos indivíduos nos espaços físicos. Observa alguns princípios como o de clausura e de localização em relação ao controle da atividade nesse espaço para mostrar que a disciplina deixa de ser vista simplesmente como uma arte de distribuir corpos, de extrair ou acumular o tempo dos corpos, para ser considerada como uma mecânica que compõe forças para obter um aparato eficaz que constitui o que ela chama de poder disciplinar. Segundo Foucault (2014b), o poder disciplinar é um poder que ao invés de retirar, tem como função principal direcionar condutas.

Ele observa que o poder disciplinar se exerce tornando-se invisível e ao mesmo tempo impõe àqueles a quem submete um princípio de visibilidade. Na disciplina são os submetidos que devem ser vistos. Nesse sentido, o poder disciplinar fabrica o indivíduo ao tomá-lo como objeto e instrumento, simultaneamente. O que mantém o indivíduo disciplinado é o fato de existir um olhar sobre ele, o fato de ser visto de maneira ininterrupta.

Nesse sentido, Foucault conclui que o indivíduo é fabricado por essa tecnologia específica de poder chamada de disciplina e desmistifica a ideia de que os efeitos de poder estejam sempre relacionados a termos negativos, afinal, o poder não apenas exclui, reprime, rejeita, censura, oculta. O poder deve ser compreendido em sua positividade, pois “o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade” (FOUCAULT, 2014b, p. 189).

Já no último capítulo que compõe a terceira parte de *Vigiar e Punir*, Foucault passa a discorrer sobre o panóptico de Bentham, uma figura arquitetural com a seguinte composição:

[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: está vazada de largas janelas que se abrem sobre a fase interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. (FOUCAULT, 2014b, p. 194)

Este dispositivo dispõe de unidades espaciais que permitem ver sem cessar e reconhecer imediatamente. Nas palavras do filósofo, o maior efeito do panóptico é o seu funcionamento automático, uma vez que da torre central se pode ver tudo sem que o indivíduo que vigia seja visto. O que nos interessa aqui é a natureza do panóptico, uma vez que podemos observar resquícios dele em práticas sociais “modernas”, inclusive no espaço da cidade de São Luís, conforme demonstraremos em nossas análises. Foucault (2014b) destaca que ele é um intensificador para qualquer aparato de poder. Isso porque o panóptico garante economia em material e tempo, garante ainda a sua eficácia por seu caráter preventivo e por seu funcionamento contínuo a partir de seus mecanismos automáticos.

Segundo Foucault (2014b), o panoptismo é o princípio geral de uma nova anatomia política cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas sim as relações de disciplina. Daí passa a refletir sobre o que chama de sociedade disciplinaria, cuja formação remete a certos processos históricos amplos no interior dos quais toma um lugar econômico, jurídico-político e científico. Ela põe em jogo as relações de poder da maneira mais discreta possível.

Na última parte da obra, o filósofo passa a analisar a prisão a partir de sua natureza disciplinar em diferentes geografias, discute ainda sobre seu fracasso e “eficácia”, no entanto, não nos deteremos a estas questões, uma vez que ele discorre, especificamente, acerca da prisão, ainda que a partir de sua natureza “disciplinadora”.

O que mais nos interessa em *Vigiar e Punir* é a passagem do corpo na história, ou melhor, como o corpo passou a ser produzido numa sociedade disciplinar. Essas considerações sobre o corpo são extremamente importantes para que possamos compreendê-lo não apenas em sua individualização, compartimentalização, mas em conjunto, enquanto população. Além disso, as considerações foucaultianas apresentadas em *Vigiar e Punir* são importantes, neste estudo, pois elas facilitam a compreensão do dispositivo de segurança, uma vez que este último parte, de algum modo, da disciplina.

Tendo dito isto, partimos então para *A História da sexualidade I: A Vontade de Saber*. Nesta obra, Foucault toma o sexo, mais especificamente, a sexualidade, como um objeto para pensar nas relações que ela estabelece com outras coisas. A partir desse volume d’*A História da Sexualidade*, procuramos observar a maneira como o filósofo francês trata a sexualidade como um dispositivo que modifica as práticas do cotidiano, retoma as discussões sobre a biopolítica e abre caminho para as discussões acerca do dispositivo.

A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber está dividida em cinco partes. Nela, Foucault (1988, p. 86) toma a sexualidade como objeto de investigação para pensar nas “relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo”. Na primeira parte – *Nós, vitorianos*

– Foucault (1988, p. 9) relata que no início século XVII os corpos “pavoneavam”, mas que “um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até que as noites monótonas da burguesia vitoriana” passou a encerrá-la cuidadosamente. No entanto, Foucault observa que a repressão que deveria, supostamente, interditar os discursos sobre o sexo, que deveria condená-los ao desaparecimento, funcionou, na realidade, de modo contrário: o sexo foi colocado em discurso. As formas de repressão fizeram com que houvesse uma maior proliferação de discursos sobre o sexo, o proibido tornou-se atrativo.

Foucault mostra, na primeira parte de sua obra, que houve uma maior produção discursiva sobre o sexo. Em seguida, apresenta o que gostaria de realizar no seu empreendimento. Segundo ele:

[...] Trata-se, em suma, de interrogar o caso de uma sociedade que desde há mais de um século se fustiga ruidosamente por sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar. Gostaria de passar em revista não somente esses discursos, mas ainda a vontade que os conduz e a intenção estratégica que os sustenta. (FOUCAULT, 1988, p. 14)

Assim, Foucault (1988) busca analisar as relações entre o sexo, o poder e os discursos. Após de ter pensado na produção discursiva sobre o sexo, se dirige para as redes de produção de poder, que incitam e interditam os discursos sobre ele. Para tanto, levanta uma hipótese que chama de “repressiva” e a partir dela elenca três dúvidas: i) a repressão do sexo seria, mesmo, uma evidência histórica? ii) a mecânica do poder e, em particular, a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa, seria mesmo, essencialmente de ordem repressiva? iii) o discurso crítico que se dirige à repressão viria cruzar com um mecanismo de poder, que funcionara até então sem contestação, para barrar-lhe a via, ou faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia (e sem dúvida disfarça) chamando-o “repressão?”. Essas dúvidas – opostas à hipótese repressiva – objetivam “recolocá-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII” (FOUCAULT, 1988, p. 16). Em resumo, Foucault (1988) busca determinar o regime de poder-saber-prazer que sustenta em nós o discurso sobre a sexualidade humana.

Foucault (1988) responde a essas questões ao longo da obra, mas segundo ele o ponto importante a se determinar não é “se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a ‘vontade de saber’ que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento” (FOUCAULT, 1988, p. 17). O que lhe interessa é buscar as instâncias de produção discursiva, de produção de

poder e das produções de saber. Dito de outro modo, procura fazer a história dessas instâncias e de suas transformações a partir de fatos históricos.

Na segunda parte – a hipótese repressiva – Foucault, inicialmente, trata sobre a incitação dos discursos. O século XVII seria o início de uma época de repressão própria das sociedades burguesas e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados. No entanto, observa “que em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva” (FOUCAULT, 1988, p. 21).

Um dos elementos que coloca o sexo em discurso é a confissão em sua relação com o sexo, já que a confissão era um imperativo apresentado pela igreja. A pastoral cristã “inscreveu como dever fundamental a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra” (FOUCAULT, 1988, p. 24).

Quando, em nossa pesquisa, pensamos no conjunto de medidas tomadas pela prefeitura de São Luís, seja a partir do personagem “cidadão limpeza” que interroga o morador, seja pelas indagações direcionadas ao morador na rede social *Instagram*, é possível, de maneira analógica, perceber como a confissão se pulverizou na sociedade. À medida que o morador responde às questões, o tema da limpeza é posto em discurso.

Foucault reitera a sua maneira de fazer história em *A História da sexualidade I: A Vontade de Saber*, ao inscrever, por exemplo, um autor inglês anônimo como uma figura central na história da sexualidade moderna. Isso nos mostra que embora esteja pensando em outras questões, há um diálogo no conjunto formado por sua obra, o que reforça a possibilidade de se trabalhar com o método arqueogenealógico.

Foucault (1988) observa que a partir da época clássica houve uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo e que essa focalização do discurso no sexo se dá através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com a interdição. Afinal, ao invés de uma censura sobre o sexo, “constitui-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 26). Por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo sob uma forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais. Em razão disso, passa a se formular outros discursos sobre o sexo, entre eles, o discurso da racionalidade médica.

Nessa direção, “cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo.” (FOUCAULT, 1988, p. 27) O sexo deixa de ser julgado ou tolerado para ser gerido. Portanto, se estabelece aí uma relação com o que Foucault

(1988) afirma ser uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, o surgimento da população como problema econômico e político.

Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com indivíduos, nem mesmo com um povo, mas com uma população com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias, a saber: a natalidade, a morbidade, a esperança de vida, a fecundidade, o estado de saúde, a incidência das doenças, a forma de alimentação e de habitat. Foucault (1988, p. 28) destaca, ainda, que “é a primeira vez que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e a sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas a maneira como cada qual usa o seu sexo.” Aqui, há um prenúncio do que o filósofo trata no último capítulo da obra em questão: da biopolítica.

Mas antes, Foucault discorre sobre a arquitetura das escolas para pensá-la como uma nova forma de dizer sobre o sexo, o que se poderia chamar, segundo ele, de discurso interno da instituição.

[...] Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. (FOUCAULT 1988, p. 30)

Desde o século XVIII, “o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado” (FOUCAULT, 1988, p. 34). Há uma relação direta entre essa explosão discursiva sobre o sexo e o poder, pois os discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder nem mesmo contra ele, mas exatamente lá onde o poder se exerce. É nesse sentido que Foucault (1988, p. 34) afirma que o sexo foi obrigado a ter “uma existência discursiva”.

Segundo Foucault, seria um erro levar em consideração a proliferação de discursos sobre o sexo apenas como um simples fenômeno quantitativo, afinal, a partir deles multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental, entre outras práticas. No que se refere ao nosso objeto de pesquisa, seria um erro, parafraseando Foucault, atentarmos-nos à proliferação dos discursos sobre a limpeza da cidade de São Luís considerando somente aspectos quantitativos. Para não incorrerem nesse erro procuramos analisar esse fenômeno enquanto produtor de novas práticas sociais.

Na terceira parte da obra, Foucault retorna ao tema da confissão. Segundo ele (1988, p. 58), “a confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder” e no Ocidente passou a ser uma das técnicas mais valorizadas para produzir a verdade.

[...] A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e

nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. (FOUCAULT, 1988, p. 59)

O que mais nos interessa na terceira parte desta obra são as discussões empreendidas por Foucault sobre a confissão. Ele mostra como o Ocidente moderno a fez funcionar nos esquemas de regularidade científica; reflete como a obrigação da confissão nos é imposta a partir de diferentes pontos, que já está tão profundamente incorporada em nossa sociedade que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage; e, principalmente, a compreensão de que o “discurso de verdade produzido pela confissão adquire efeito, não em quem o recebe, mas sim naquele de quem é extorquido” (FOUCAULT, 1988, p. 62). Desse modo, compreendemos que quando o cidadão responde aos questionamentos feitos pela prefeitura, o efeito recai não sobre a prefeitura, mas sobre o morador, pois ao confessar sobre suas atitudes, há a possibilidade de perceber em si mesmo qual o papel que desempenha na cidade, bem como a sua relação com a limpeza no espaço urbano.

Na quarta parte de *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, Foucault se volta para o dispositivo da sexualidade e para o poder. Em relação ao dispositivo da sexualidade, o que mais nos interessa é a configuração dos dispositivos. Daremos ênfase, neste momento, para o seu olhar sobre o poder, pois ele busca analisar a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo em termos de poder.

É preciso dizer que Foucault não entende o poder como um conjunto de instituições que procuram garantir a sujeição dos cidadãos, dos corpos, mas sim como uma multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem. O poder para Foucault não é entendido como “um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou um grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro” (FOUCAULT, 1988, p. 88). Para ele:

[...] A condição de possibilidade do poder, em todo caso, o ponto de vista que permite tornar seu exercício inteligível até em seus efeitos mais "periféricos" e, também, enseja empregar seus mecanismos como chave de inteligibilidade do campo social, não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania de onde partiriam formas derivadas e descendentes; é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis. (FOUCAULT, 1988, p. 89)

Nessa direção, Foucault passa então a discutir sobre o poder como uma categoria onipresente, isso porque o poder se (re)produz a todo o momento e em todas as relações. O

poder “está em toda parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1988, p. 89). O poder não é uma instituição, o poder é o nome dado a uma situação estratégica complexa.

Foucault (1988) elabora algumas proposições sobre o poder: (i) o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar, mas sim ele se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; (ii) as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações, como os processos econômicos, relações de conhecimentos, etc., mas lhes são imanentes; (iii) o poder vem de baixo, isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social; (iv) as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas:

[...] Se, de fato, são inteligíveis, não é porque sejam efeito, em termos de causalidade, de uma outra instância que as explique, mas porque atravessadas de fora a fora por um cálculo: não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou da decisão de um sujeito, individualmente; não busquemos a equipe que preside sua racionalidade; nem a casta que governa, nem os grupos que controlam os aparelhos do Estado, nem aqueles que tomam as decisões econômicas mais importantes, gerem o conjunto da rede de poderes que funciona em uma sociedade (e a faz funcionar); a racionalidade do poder é a das táticas muitas vezes bem explícitas no nível limitado em que se inscrevem – cinismo local do poder – que, encadeando-se entre si, invocando-se e se propagando, encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos de conjunto: lá, a lógica ainda é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver mais ninguém para tê-las concebido e poucos para formulá-las: caráter implícito das grandes estratégias anônimas, quase mudas, que coordenam táticas loquazes, cujos "inventores" ou responsáveis quase nunca são hipócritas. (FOUCAULT, 1988, p. 90-91)

Há também a proposição segundo a qual (v) onde há poder, há resistência. Para Foucault (1988) há pontos de resistência presentes em toda a rede de poder.

[...] Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 91)

É “nesse campo das correlações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 92). É a partir dessas considerações que Deleuze (2013) afirma que as teses de Foucault sobre o poder desenvolvem-se a partir de três rubricas: o poder não essencialmente repressivo; o poder como algo que se exerce antes de se possuir e como um elemento que passa tanto pelos dominados quanto pelos dominantes.

A questão que deve ser colocada em relação ao poder em Foucault não é *sobre* o que ele é exatamente, mas sim *como* ele se exerce. Após traçar as suas considerações sobre o poder, Foucault (1988) passa a relacioná-lo ao sexo a fim de verificar quais são as relações de poder mais imediatas em relação ao sexo e ao discurso. A análise feita por ele é bastante interessante, mas não abordaremos sobre ela neste texto, uma vez que o que nos interessa é compreender como “o discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 1988, p. 96).

Após esboçar as suas considerações sobre o poder e relacioná-lo ao sexo, Foucault passa a discutir sobre o dispositivo da sexualidade. A “sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico” (FOUCAULT, 1988, p. 100). Para chegar a este dispositivo, objeto de seu interesse, Foucault, pela primeira vez, fala sobre o dispositivo de aliança. Este dispositivo relaciona-se com o “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens” (FOUCAULT, 1988, p. 100). Para Foucault (1988, p. 101), o dispositivo de aliança “perdeu importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte suficiente”. Isso resulta na invenção e instalação, por parte das sociedades ocidentais, sobretudo no século XVIII, de um novo dispositivo, o da sexualidade.

Foucault diferencia-os, no entanto não os exploramos nesta dissertação pois o que nos interessa, de fato, é observar a maneira pela qual o arqueólogo demonstra como o dispositivo da sexualidade passa a penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada, minuciosa, e, principalmente, como esse dispositivo passa a ser utilizado como um instrumento para controlar as populações de modo cada vez mais global.

No último capítulo – direito de morte e poder sobre a vida – Foucault passa a tratar sobre o que mais nos interessa nessa obra, ou seja, a biopolítica. Inicia o capítulo relatando que durante muito tempo “um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte” (FOUCAULT, 1988, p. 127). Este poderia ser exercido de forma indireta, quando o rei entrava numa guerra, por exemplo, e os súditos deveriam defender o Estado, ou direta, quando algum indivíduo infringia as leis do rei e, como consequência, perdia a vida a título de castigo.

Nesse tipo de sociedade, o poder era “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 1988, p. 128). Entretanto, a partir da época clássica, “o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida”. (FOUCAULT, 1988, p. 128). Instala-se uma nova tecnologia de poder. As guerras, por exemplo,

deixam de ser travadas em nome do soberano a ser defendido e passam a ser travadas em nome da existência de todos.

Assim, o poder passa a se exercer “ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (FOUCAULT, 1988, p. 129). Nesse sentido, o direito de deixar morrer ou viver dá lugar a um poder de causar a vida, de mantê-la, mas também de geri-la minunciosamente.

Esse poder sobre a vida se desenvolveu desde o século XVII por meio de duas formas principais que constituem dois polos. O primeiro a ser formado “centrou-se no corpo enquanto máquina” (FOUCAULT, 1988, p. 131). Aqui Foucault estabelece um diálogo com as discussões sobre o corpo fabricado, adestrado e dócil de *Vigiar e Punir*, dito em outros termos, com o corpo atravessado por diferentes procedimentos de poder que requerem um corpo útil.

O segundo, por seu turno, se formou um pouco mais tarde, por volta do século XVIII. Este “centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (FOUCAULT, 1988, p. 131), tais como, “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar (FOUCAULT, 1988, p. 131).

O poder sobre a vida foi organizado a partir desses dois polos: as disciplinas do corpo e as regulações da população. Ambos caracterizam um poder cuja função “é investir sobre a vida, de cima a baixo” (FOUCAULT, 1988, p. 131). O século XVIII representa a entrada da vida na história, isto é, a “entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder” (FOUCAULT, 1988, p. 133). Com isso, a vida passa a ser levada em conta por meio de procedimentos de poder e de saber que tentam regulamentá-la, prolongá-la, como também geri-la.

Nesse contexto, entra em cena a “era de um biopoder” (FOUCAULT, 1988, p. 132), elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que este sistema “só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 132).

Foucault (1988) dá continuidade a seu empreendimento relacionando à biopolítica com o dispositivo da sexualidade, em outras palavras, como a sexualidade está ligada à vida e aos processos econômicos. Questão que também não trataremos aqui, pois correríamos o risco de nos afastarmos da nossa proposta: a relação que pode ser estabelecida entre a limpeza e a biopolítica.

A partir da análise das três obras situadas na genealogia de Foucault, é possível perceber que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo do saber. Que “o poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2019c, p. 239), que o poder dá lugar a um saber possível e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Segundo Deleuze (2013, p. 81) “entre o poder e o saber, há diferença de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro”.

Nesse sentido, “enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descritas, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade” (FOUCAULT, 2019c, p. 270). Na perspectiva arqueológica, tenta-se determinar as condições que possibilitaram a emergência de um determinado discurso e nenhum outro em seu lugar, na genealógica, por outro lado, trata-se de determinar as relações de poder que controlam a forma de circulação desse discurso.

Partimos agora para outra noção desenvolvida por Foucault: a governamentalidade. Para tanto, analisaremos uma de suas aulas ministradas no *Collège de France* a fim de relacioná-la com a noção de biopolítica. Segundo Ruiz (2012), Foucault resgata o conceito de biopolítica criado pelo pensador sueco Rudolph Kjellen e, por meio dele, realiza uma arqueologia dos saberes e práticas modernos que fizeram da vida humana um objeto útil de governo.

2.3 História da Governamentalidade

Michel Foucault aponta, no fim de sua aula intitulada *La governamentalità*⁵, a possibilidade de substituir o título do curso *Securité, territoire et population*, ministrado no *Collège de France* nos anos de 1977 e 1978, por *História da Governamentalidade*, caso tivesse que escolher um título mais preciso. A partir desta aula, buscamos verificar como este filósofo desenvolve uma história das formas de governar e, principalmente, como concebe o termo governamentalidade e qual a sua relação com o conceito de biopolítica.

Foucault (2019d) afirma que é levado a pensar no problema do governo logo após ter pensado no problema da população, que já abordamos quando tratamos da biopolítica. Para tanto, instaura a série segurança-população-governo. Destaca que, a partir do século XVI, se

⁵ Aula que compõe o curso Segurança, Território, População ministrada no Collège de France no dia 1º de fevereiro de 1978.

percebe o desenvolvimento de uma série considerável de tratados que deixam de serem vistos apenas como conselhos ao príncipe e passam a se apresentar como artes de governar.

[...] De modo geral, o problema do governo aparece no século XVI com relação a questões bastante diferentes e sob múltiplos aspectos: problema do governo de si mesmo [...]; problema do governo das almas e das condutas [...]; problema do governo das crianças [...]; enfim, problema do governo dos Estados pelos príncipes. (FOUCAULT, 2019d, p. 407)

Todos esses problemas se situam na convergência de dois processos: um ligado à superação do sistema feudal e o outro ligado às questões relacionadas “ao modo como se quer ser espiritualmente dirigido para alcançar a salvação” (FOUCAULT, 2019d, p. 408). É no encontro desses dois processos que se coloca o problema de como ser governado da melhor forma possível.

A obra *O príncipe*, de Maquiavel⁶, é apresentada por Foucault numa posição de contraste ao que ele chama de literatura antimaquiavélica. Dito de outro modo, é por meio das relações entre o conjunto de obras antimaquiavélicas, dentre elas uma obra de Guillaume de La Perrière, intitulada *Le miroir politique*, publicada em 1567, e *O príncipe* que ele pensa a questão do problema do governo.

A partir do diálogo estabelecido com este autor do século XVI, Foucault observa que há muitas formas de governo, a exemplo, a do pai de família, a do superior de um convento, a do pedagogo e a do professor na relação com a criança ou com o discípulo, entre outros, e que o governo do Estado é apenas umas das modalidades, mas atesta “que todos esses governos estão dentro do Estado ou da sociedade” (FOUCAULT, 2019d, p. 411), uma vez que é no interior do Estado que o pai de família, por exemplo, vai governar a sua família.

Diante disso, Foucault passa a dialogar com François de La Mothe Le Vayer, por meio de um texto publicado em 1653, intitulado *L'Economique du Prince*. E concorda com Le Vayer quando aponta que há três tipos de governo: o governo de si mesmo, em referência à moral, a arte de governar uma família como se deve, em referência à economia e a ciência de bem governar o estado, em referência à política.

Em suas análises, a família aparece como elemento central desde o aparecimento das primeiras formas de governo. Além disso, observa também que é a partir dela e da arte de governo específica da família que toda a vasta literatura que se ocupa do problema do governo busca pensar no governo do Estado, ou seja, numa forma de reproduzir e/ou adaptar os tipos de

⁶ A primeira edição foi publicada postumamente em 1532.

relações entre o pai e sua família para o interior da gestão do Estado. Nessa direção, Foucault aponta que se encontra em Quesnay o momento em que aparece a noção de governo econômico, não mais visto numa relação direta com a família.

[...] A palavra economia designava, no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para a nossa história. Eis portanto o que significa governar e ser governado. (FOUCAULT, 2019d, p. 414)

A partir dessas considerações de governo numa perspectiva econômica, Foucault volta à obra de Guillaume de La Perrière e se detém, exatamente, ao momento em que o escritor francês afirma que o governo é a íntegra disposição das coisas, das quais se toma o encargo de conduzi-las até um fim conveniente. E o que significa a palavra “coisa”? Ao refletir sobre isso, percebe que enquanto em *O Príncipe*, de Maquiavel, o governo se referia ao território, na literatura antimachiavélica de La Perrière, a definição de governo se distingue, já que não se refere ao território de nenhum modo, mas sim às coisas. Daí, passa a analisar o que significa dispor as coisas:

[...] Não creio que se trate de opor coisas a homens, mas de mostrar que aquilo a que o governo se refere é não um território, e sim um conjunto de homens e coisas. Estas coisas, de que o governo deve se encarregar são os homens, mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade etc.; os homens em suas relações com essas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que sejam os acidentes ou as desgraças como a fome, as epidemia, a morte etc. (FOUCAULT, 2019d. p. 415)

Nesse sentido, governar é, portanto, governar as coisas a fim de conduzi-las a um fim conveniente, ao bem comum. Foucault pontua ainda que o sentido dado ao verbo “dispor” é importante porque permitia que o poder soberano alcançasse seu fim, ou seja, a obediência às leis era a própria lei. Na nova percepção de governar “não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas” (FOUCAULT, 2019d, p. 418). Essa maneira de utilizar as leis de modo estratégico nos interessa, pois na forma moderna de governar é preciso mais do que impor uma lei, é preciso garantir sua positividade, ou seja, os mecanismos de adesão que a fazem funcionar.

Houve uma série de acontecimentos que bloquearam essa arte de governar – a que se ocupa das disposições das coisas –, e impedisse que ela se desenvolvesse durante todo o século XVII: guerras, rebeliões rurais e urbanas, crises financeiras, entre outros. Mas outros acontecimentos possibilitaram sua retomada, dentre eles, a expansão demográfica no século XVIII. O desbloqueio da arte de governar ligou-se à emergência do problema da população, à

emergência do que se veria como uma ciência do governo. Por consequência, há uma espécie de reorientação da economia, a família deixa de ser o núcleo definitivamente e a população aparece.

[...] A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, ante o governo, daquilo que ela quer e, inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses as aspirações individuais daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. (FOUCAULT, 2019d, p. 426)

É nessa perspectiva que Foucault vê o nascimento do sujeito população que, em suas relações com o território e a riqueza, constituirá a economia política enquanto ciência. O que Foucault pretendia quando se propôs a inventariar sobre o problema do governo era desenvolver uma história da governamentalidade, compreendida, por ele, como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica e complexa de poder, que tem como alvo a população, por forma principal de saber, a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. [...] a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência desse tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 2019d, p. 429).

Foucault (2019d) dá um efeito de conclusão à aula, afirmando que vivemos na era da governamentalidade desde o século XVIII, e resume, de maneira geral, as grandes economias de poder no Ocidente, a saber:

[...] O estado de justiça, nascido numa territorialidade de tipo feudal e que corresponderia, grosso modo, a uma solução da lei; em segundo lugar, o Estado administrativo, nascido em uma territorialidade de tipo fronteiriço nos séculos XV-XVI e que corresponderia a uma sociedade de regulamento e de disciplina; finalmente, um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, em que o território que ela ocupa é apenas um componente. (FOUCAULT, 2019d, p. 430-431)

O “Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2019d, p. 431).

Conforme Baracuhy (2018), a governamentalidade possui uma dupla dimensão, pois diz respeito tanto ao governo da população quanto ao governo de si. Nesta dissertação, trabalhamos, essencialmente, com a primeira, uma vez que procuramos analisar como a população da cidade de São Luís é objetivada e subjetivada pela prefeitura. Por outro lado, consideramos que as

práticas de governamentalidade que possuem a população como alvo funcionam mais e melhor quando o sujeito governa a si mesmo. É por isso que o poder executivo municipal solicita que o morador seja o administrador de si mesmo no que diz respeito à gestão do lixo e dos resíduos sólidos.

Em nossas análises, buscamos verificar de que modo a administração pública de São Luís estabelece o governo do corpo populacional por meio do tema da limpeza ao recorrer aos discursos higienistas e, principalmente, aos discursos que circulam no campo da sustentabilidade a fim de gerir a vida, isto é, de exercer uma biopolítica sobre o corpo população.

No entanto, não compreendemos a biopolítica apenas como uma forma de administrar a vida da população, a tomamos, principalmente, como um mecanismo que busca conduzi-la, controlá-la e utilizá-la como um instrumento, pois conforme pontua Martins e Peixoto Junior (2009), o poder disciplinar, discutido quando abordamos a obra *Vigiar e Punir*, pode ser considerado como uma dimensão do biopoder. Assim, há a necessidade do desenvolvimento de uma série de dispositivos que auxiliem nessa governamentalidade do sujeito população. É sobre eles que tratamos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

O DISPOSITIVO COMO INSTRUMENTO BIOPOLÍTICO: A LIMPEZA EM FOCO

Neste capítulo, discutimos as relações entre o discurso higienista, o discurso sobre a sustentabilidade e o dispositivo, mais especificamente, o de segurança. Para tanto, recorreremos às três primeiras aulas ministradas por Michel Foucault e que compõem o curso *Segurança, Território e População* (1977-1978), e também recorreremos a Gilles Deleuze (1990) e ao italiano Giorgio Agamben (2005).

Inicialmente, tratamos sobre como Foucault compreende o dispositivo de modo geral. Em seguida, a partir do texto de Deleuze, *O que é um dispositivo?* procuramos pensar, a partir das linhas apontadas, quais são as que atravessam tanto a noção de higiene quanto a de sustentabilidade. Ainda neste tópico, buscamos pensar com Agamben (2005), por meio do seu texto com título semelhante ao de Deleuze, o que Foucault entende por dispositivo e como nos tornamos sujeitos capturados por ele.

Posteriormente, retornamos a Michel Foucault a fim de compreender o que ele entende por dispositivo de segurança. Por fim, relacionamos o dispositivo de segurança com as discussões sobre a higiene e sobre a sustentabilidade, destacando como os discursos funcionam e agem no interior do dispositivo de segurança. É nesse sentido que consideramos que este dispositivo pode ser tomado como um instrumento biopolítico.

3.1 O dispositivo em Michel Foucault

Segundo Muchail (2004, p. 15), Foucault “abandona, praticamente, a noção de episteme”, conceito que aparece frequentemente na primeira época, principalmente em *As palavras e as Coisas* (1966) e n’*A Arqueologia do Saber* (1969), e passa a utilizar a noção de dispositivo. Mas antes de iniciarmos as discussões sobre o dispositivo, faz-se necessário que abordemos também a questão da episteme.

Em *As palavras e as Coisas*, Foucault trabalhava com essa noção para diferenciar, em especial, dois momentos históricos, a episteme clássica e episteme moderna. Conforme Foucault (2019a, p. 231):

[...] Por episteme entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à

epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas. A episteme não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas.

No entanto, desde *As palavras e as Coisas* é possível depreender que ao mobilizar a noção de episteme, Foucault estava tratando também do saber, ou melhor, das condições de emergência de todo e qualquer saber, pois é a episteme que define as condições de possibilidade de todo o saber.

Como já vimos, a atenção do Foucault da primeira fase voltava-se, principalmente, para às questões relativas ao discurso, à história e ao saber, logo, a noção de episteme é também empreendida nesse momento. A episteme permite compreender o jogo das coações e das limitações que, em um momento determinado, se impõem ao discurso. A episteme “não é o que se pode saber em uma época, tendo em conta insuficiências técnicas, hábitos mentais, ou limites colocados pela tradição; é aquilo que, na positividade das práticas discursivas, torna possível a existência das figuras epistemológicas e das ciências” (FOUCAULT, 2019a, p. 232).

O dispositivo, por seu turno, aparece na segunda fase dos estudos de Foucault. Nesta época, como já vimos, o filósofo dirigia o seu olhar para a questão do poder. Podemos considerar que a noção de episteme está diretamente ligada ao saber, enquanto a noção de dispositivo se relaciona à analítica do poder.

Conforme Deleuze (1990), a noção de dispositivo deve ser compreendida a partir das relações que se estabelecem no próprio pensamento de Foucault e no conjunto de sua obra. Dito de outro modo, devemos considerar não apenas os livros escritos, mas também as entrevistas concedidas por ele. Inclusive, apesar do termo dispositivo aparecer com frequência em *A História da Sexualidade I: a vontade de saber*, é somente numa entrevista concedida em 1977, intitulada *Le Jeu de Michel Foucault*⁷, que ele esboça o que seria o dispositivo.

Nesta entrevista, Foucault trata, especificamente, sobre a obra *A História da Sexualidade I: a vontade de saber*, publicada em 1976. Ele é questionado, desde o início, sobre o sentido e a função metodológica do conceito de dispositivo. Como resposta, pela primeira vez explícita o que entende, de fato, por dispositivo:

[...] Por este termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas,

⁷ Entrevista publicada nos *Dits Ecrits tome III* texte n° 206. Podemos encontrá-la ainda no livro *A microfísica do Poder* (1979) sob o título “*Sobre a história da Sexualidade*”.

decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. (FOUCAULT, 2019e, p. 364-365)

Na entrevista, Foucault ainda é interrogado acerca do abandono do termo *episteme* e sua substituição pela noção de dispositivo. Como resposta, afirma que o que chama de dispositivo “é algo mais geral que compreende a *èpistémè*. Ou melhor, que a *èpistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos” (FOUCAULT, 2019e, p. 367).

Nesse sentido, o dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e ligado a uma configuração de saber que dele nasce. É por isso que Foucault (2019e) considera que o dispositivo possui uma função estratégica dominante, pois produzem verdades que, por sua vez, colocam em prática determinados modos de comportamento que produzem as subjetividades dos sujeitos.

Como podemos perceber, o conceito de dispositivo é complexo, por isso, tomamos os textos de Deleuze (1990) e Agamben (2005) para torná-lo mais compreensivo. Estes autores buscam trabalhá-lo a partir do pensamento foucaultiano. Deleuze (1990), por exemplo, mostra que o dispositivo é uma categoria atravessada e constituída por uma série de linhas. Agamben (2005), por outro lado, o trata como uma categoria que não só captura o sujeito, mas que sobretudo, o constitui a partir de várias relações. Ambos operacionalizam esta noção e a utilizam como uma ferramenta para realizar o que Foucault sempre buscou fazer: diagnosticar o presente.

3.2 O dispositivo em Deleuze e em Agamben

Gilles Deleuze (1990) inicia seu texto *¿Qué es un dispositivo?* afirmando que a filosofia de Foucault muitas vezes se apresenta como uma análise de dispositivos concretos, que de alguma maneira é materializado na sociedade a partir de diferentes práticas. Para este autor, o dispositivo:

[...] É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o

sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada linha está quebrada e submetida a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações. (DELEUZE, 1990, p. 155)

Deleuze (1990) pensa o dispositivo a partir das pistas que Foucault deixa ao longo de sua trajetória filosófica e materializa a noção de dispositivo por meio do que chama de dimensões ou linhas. Essas linhas não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no. Para Deleuze, os dispositivos têm como componentes as “linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição” (DELEUZE, 1990, p. 158).

Deleuze (1990) explica cada uma dessas linhas a partir de exemplos já mobilizados por Foucault em seus textos. Com relação às linhas de visibilidade e às linhas de enunciação, por exemplo, toma a prisão para explicar as linhas de visibilidade, pois nela, por meio do panóptico, é possível ver sem ser visto. O corpo criminoso é atravessado por essas linhas. Quanto às linhas de enunciação, verifica que a própria arquitetura da prisão, de algum modo, passa a enunciar.

Um dispositivo implica ainda as linhas de forças. Essas linhas “retificam as curvas anteriores, traçam tangentes, envolvem os trajetos de uma linha com outra linha, operam idas e vindas entre o ver e o dizer e, inversamente, agem como setas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras” (DELEUZE, 1990, p. 156). A linha de força passa por todos os lugares de um dispositivo. Ela relaciona-se à ideia do poder sob a ótica de Foucault, pois não pode ser localizada.

Por fim, as linhas de objetivação/subjetivação consistem em “um processo, uma produção de subjetividade num dispositivo em que ela está para se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou o faça possível. É uma linha de fuga. Escapa às linhas anteriores, *escapallhes*” (DELEUZE, 1990, p. 157). A subjetivação é da dimensão do “si mesmo” e é produzida na e pela transposição das linhas.

Deleuze (1990) considera que o homem pertence a certos dispositivos e que nós agimos no interior deles. Nesse sentido, é importante distinguir, em todo o dispositivo, o que somos, o que deixaremos de ser e o que nos tornaremos. É nessa direção que Giorgio Agamben (2005) trabalha. Em seu texto, com título semelhante ao de Deleuze, discute, inicialmente, sobre a noção de dispositivo para depois pensá-lo em um contexto histórico mais amplo.

Conforme Agamben (2005), Foucault usa com frequência este termo, principalmente, a partir da metade dos anos 70, portanto, momento em que o filósofo francês começa a se ocupar daquilo que chamava de governamentalidade. Para Agamben, o dispositivo:

1) É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder. 3) É algo de geral (um *reseau*, uma "rede") porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico. (AGAMBEN, 2005, p. 9-10)

O dispositivo é qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Nesse sentido, além de demonstrar, de certo modo, a natureza do dispositivo, demonstra também o caráter subjetivador que eles possuem ou exercem, pois para Agamben (2005), há os seres vivos e os dispositivos. E, entre os dois, como terceiro, estão os sujeitos.

O sujeito é o resultado “da relação e, por assim dizer, do corpo-a-corpo entre os vivos e os dispositivos” (AGAMBEN, 2005, p. 13). Os dispositivos, conforme aponta este autor, existem desde o aparecimento do *homo sapiens*, mas considera que na modernidade não há um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo.

Assim, Agamben redireciona o nosso olhar para o presente, para o contemporâneo, momento, em que segundo ele, o poder, principalmente, o governamental, “se encontra diante do corpo social mais dócil e frágil que tenha notícia na história da humanidade” (AGAMBEN, 2015, p. 15), pois o homem moderno executa tudo o que lhe é dito para fazer e deixa que sua saúde, lazer, trabalho, alimentação, desejos, dentre outros gestos do cotidiano, como por exemplo a forma de acondicionar e descartar o lixo, sejam controlados, vigiados, geridos, governamentalizados.

A partir das contribuições de Deleuze e Agamben, procuramos compreender de que forma o discurso higienista e os discursos que circulam no campo da sustentabilidade se relacionam e agem por meio dos dispositivos de segurança e no interior deles. Mas, antes, faz-se necessário retornarmos a Michel Foucault para que compreendamos a maneira pela qual ele concebe o dispositivo de segurança, como está configurado e como atua em nossa sociedade.

3.3 A limpeza no interior do dispositivo de segurança

Neste tópico, apresentamos uma discussão sobre como a limpeza se constitui como parte do dispositivo de segurança. Para tanto, recorreremos às discussões de Michel Foucault sobre esse dispositivo.

Michel Foucault lança mão da noção de dispositivo desde *Vigiar e Punir*, seja para tratar do dispositivo enquanto maquinaria, isto é, do panóptico, seja para tratar do dispositivo disciplinar. Este último é indispensável para que possamos compreender o dispositivo de segurança.

Em sua obra *A História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault volta a discutir sobre os dispositivos, dessa vez sobre o de aliança e o de sexualidade. Já em relação ao dispositivo de segurança, suas considerações aparecem apenas em seu curso *Segurança, Território, População*, ministrado no *Collège de France*.

Na primeira aula do curso, que data de 11 de janeiro de 1978, apresenta, inicialmente, o que compreende por segurança. Para tanto, mobiliza um exemplo modulado em três mecanismos, a saber, o legal ou jurídico; o disciplinar, tal como abordado em *Vigiar e Punir*, e o terceiro, que de certo modo, reúne as duas primeiras modalidades e as articula. Segundo Foucault, “a terceira forma é a que caracterizaria não mais o código legal, não mais o mecanismo disciplinar; mas o dispositivo de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 8).

O dispositivo de segurança foi responsável pela inserção de fenômenos como o roubo, numa série de acontecimentos prováveis, pois era necessário compreender o que levou o indivíduo a roubar. Nesta direção, por meio do aparecimento deste dispositivo, “as reações do poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo” (FOUCAULT, 2008, p. 9). Daí surge questões como: até que ponto vale a pena punir? Qual seria a melhor forma de punição?

Foucault entende que os mecanismos disciplinares não aparecem exatamente no século XVIII, mas já estavam presentes no interior do código jurídico legal.

[...] Os mecanismos de segurança também são antiquíssimos como mecanismos. Eu também poderia dizer, inversamente, que, se tomarmos os mecanismos de segurança tais como se tenta desenvolvê-los na época contemporânea, é absolutamente evidente que isso não constitui de maneira nenhuma uma colocação entre parênteses ou uma anulação das estruturas jurídico-legais ou dos mecanismos disciplinares. Ao contrário, tomem por exemplo o que acontece atualmente, ainda na ordem penal, nessa ordem da segurança. O conjunto das medidas legislativas, dos decretos, dos regulamentos, das circulares que permitem implantar os mecanismos de segurança, esse conjunto é cada vez mais gigantesco. (FOUCAULT, 2008, p. 10-11)

Desse modo, Foucault (2008) conclui que há uma verdadeira inflação do código jurídico-legal para fazer o sistema de segurança funcionar e que o poder disciplinar também é amplamente ativado e fecundado pelo estabelecimento desses mecanismos de segurança. Nesse sentido, não há a era do legal, a era do disciplinar e a era da segurança; elas funcionam em conjunto, elas coexistem. O que há é uma série de edifícios complexos nos quais o que vai

mudar são as próprias técnicas. Como demonstração, Foucault recorre a alguns acontecimentos, a saber, a lepra, a peste e a varíola.

Durante a Idade Média, a lepra promovia uma separação entre os sadios e os leprosos; o corpo doente era enviado para outros espaços fora da cidade. Era, portanto, excluído imediatamente. Essa exclusão se fazia essencialmente “por um conjunto mais uma vez jurídico, de leis, de regulamentos, conjunto religioso também de rituais, que em todo caso traziam uma divisão, e uma divisão de tipo binário entre os que eram leprosos e os que não eram”. (FOUCAULT, 2008, p. 13)

Em relação à peste, nos séculos XVI e XVII, há uma modificação. O corpo doente deixou de ser excluído. Os regulamentos relativos à peste agiam de uma maneira diferente e possuíam outros instrumentos. Esses regulamentos buscavam:

[...] quadrilhar literalmente as regiões, as cidades no interior das quais existe a peste, com uma regulamentação indicando as pessoas quando podem sair, como, a que horas, o que devem fazer em casa, que tipo de alimentação devem ter, proibindo-lhes este ou aquele tipo de contato, obrigando-as a se apresentar a inspetores, a abrir a casa aos inspetores. (FOUCAULT, 2008, p. 14)

Assim, por meio da percepção desse “novo” modo de tratar o corpo doente, Foucault observa a presença de um sistema de natureza disciplinar funcionando por meio de uma polícia do corpo, compreendida aqui como um conjunto de regras e disposições que visavam fazer o estado crescer. O corpo acometido pela peste era atravessado por esse conjunto de regulamentos, inclusive os relacionados à higiene pública, uma vez que a peste estava ligada à falta de higiene na cidade. A cidade, foco de doenças, é também um lugar de miasmas e de morte.

O terceiro exemplo mobilizado por Foucault para demonstrar o mecanismo de segurança é a varíola, mais exatamente as práticas de inoculação. Para ele, o problema fundamental, nesse caso, já era outro:

[...] vai ser o de saber quantas pessoas pegaram varíola, com que idade, com quais efeitos, qual a mortalidade, quais as lesões ou quais as sequelas, que riscos se corre fazendo-se inocular, qual a probabilidade de um indivíduo vir a morrer ou pegar varíola apesar da inoculação, quais os efeitos estatísticos sobre a população em geral, em suma, todo um problema que já não é o da exclusão, como na lepra, que já não é o da quarentena, como na peste, que vai ser o problema das epidemias e das campanhas médicas por meio das quais se tentam jugular os fenômenos, tanto os epidêmicos quanto os endêmicos. (FOUCAULT, 2008, p. 14)

Assim sendo, em relação à varíola, Foucault observa as marcas não apenas do mecanismo disciplinar, como também do conjunto legislativo. E é justamente por meio das relações entre estes dois mecanismos que o dispositivo de segurança vai ser formado. Não se trata de uma sucessão da lei para a disciplina e da disciplina para a segurança, pois “a segurança

é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (FOUCAULT, 2008, p. 14).

Nesse contexto, há uma entrada dos mecanismos de segurança no interior de outros mecanismos, como os de controle social, bem como os que têm por função modificar o destino biológico da espécie. Foucault (2008) apresenta quatro características gerais dos dispositivos de segurança, a saber, os espaços de segurança, o problema do tratamento do aleatório, a forma de normalização e a correlação entre a técnica de segurança e a população.

Para pensar nas diferentes maneiras de tratamento do espaço pela soberania, disciplina e segurança, ele toma cidades como exemplo. Num primeiro momento, recorre a um texto escrito por Alexandre Le Maître, *La Métropolitée*, e observa como a cidade, especialmente, a capital-cidade, foi pensada em função das relações de soberania que se exercem sobre um território.

Posteriormente, toma uma pequena cidade francesa chamada Richelieu, construída em “forma do acampamento romano que, na época, acabava de ser reutilizada na instituição militar como instrumento fundamental de disciplina” (FOUCAULT, 2008, p. 21):

[...] no caso precedente, *La Métropolitée* de Le Maître, a organização da cidade era pensada essencialmente dentro da categoria mais geral, mais global do território. Era por meio de um macrocosmo que se procurava pensar a cidade, com uma espécie de abridor do outro lado, já que o próprio Estado era pensado como um edifício. Enfim, era todo esse jogo entre o macrocosmo e o microcosmo que perpassava pela problemática da relação entre a cidade, a soberania e o território. Já no caso dessas cidades construídas com base na figura do acampamento, podemos dizer que a cidade é pensada de início, não a partir do maior que ela, o território, mas a partir do menor que ela, a partir de uma figura geométrica que é uma espécie de módulo arquitetônico, a saber, o quadrado ou o retângulo por sua vez subdivididos, por cruces, em outros quadrados ou outros retângulos (FOUCAULT, 2008, p. 21-22).

O que Foucault pretende mostrar com o exemplo da cidade de Richelieu é que o próprio espaço da cidade passa, de algum modo, a comunicar a partir da subdivisão espacial.

[...] Numa cidade como Richelieu, por exemplo, vocês têm uma rua mediana, que divide efetivamente em dois retângulos o retângulo da cidade, e outras ruas, algumas delas paralelas a essa rua mediana, outras perpendiculares, mas que estão em distâncias diferentes, umas mais próximas, outras mais afastadas, de tal modo que a cidade é subdividida, sim, em retângulos, mas em retângulos que são, uns grandes, outros pequenos, com uma gradação do maior ao menor. Os retângulos maiores, isto é, o maior espaçamento das ruas, se encontram num extremo da cidade, e os menores, a quadrícula mais estreita, estão ao contrário no outro extremo da cidade. Do lado dos retângulos maiores, onde a trama é larga, onde as ruas são largas, é aí que as pessoas devem morar. Já onde a trama é mais estreita, é aí que devem estar o comércio, os artesãos, as lojas, é aí também que deve haver uma praça em que se realizarão as feiras. E esse bairro comercial – vê-se bem como o problema da circulação [...], quanto mais estabelecimentos comerciais houver, mais deve haver circulação, quanto mais estabelecimentos houver, mais deve haver superfície na rua e possibilidades de percorrer a rua etc. –, esse bairro comercial é margeado, de um lado, pela igreja, do outro pelo mercado coberto. E do lado das moradias, do bairro residencial, em que os retângulos são mais largos, haverá duas categorias de casas, as que dão para a rua principal ou para as ruas paralelas à principal, que vão ser casas de um certo número

de andares, dois creio, com mansarda e, nas ruas perpendiculares, as casas menores, de um só andar: diferença de status social, diferença de fortuna etc. (FOUCAULT, 2008, p. 22)

Podemos encontrar em Richelieu um tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço a partir da “constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 23), isto é, da disciplina.

A cidade de Nantes é outro exemplo de urbanizações reais de cidades que existiam efetivamente no século XVIII. O projeto de Nantes revelava uma preocupação com a questão da circulação. O problema de Nantes era “desfazer as aglomerações desordenadas, abrir espaço para as novas funções econômicas e administrativas, regulamentar as relações com o entorno rural e, enfim, prever o crescimento” (FOUCAULT, 2008, p. 23). A cidade, a partir de sua organização espacial, isto é, dos eixos que a atravessam e de suas ruas largas, buscava assegurar quatro funções:

[...] Primeira, a higiene, o arejamento, eliminar todas aquelas espécies de bolsões em que se acumulavam os miasmas mórbidos nos bairros demasiado apertados, em que as moradias eram demasiado apinhadas. Função de higiene, portanto. Segunda, garantir o comércio interior da cidade. Terceira, articular essa rede de ruas com estradas externas de modo que as mercadorias de fora pudessem chegar ou ser enviadas, mas isso sem abandonar as necessidades do controle aduaneiro. E, por fim – o que era um dos problemas importantes das cidades no século XVIII –, possibilitar a vigilância a partir do momento em que a supressão das muralhas, tornada necessária pelo desenvolvimento económico, fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos etc. (FOUCAULT, 2008, p. 24)

Assim, planejar uma cidade considerando os mecanismos de segurança significava organizar a circulação, eliminar o que era perigoso nela, separar e otimizar a boa circulação da circulação inadequada.

A disciplina, conforme explica Foucault (2008), trabalha num espaço vazio, artificial, que vai ser inteiramente construído. A segurança, por outro lado, vai trabalhar com a disposição do espaço, com o escoamento das águas, com as ilhas, com o ar etc. Por isso ela trabalha a partir de dados.

Há uma diferença basilar entre uma cidade disciplinar e uma cidade de segurança. Enquanto a primeira busca, por meio do dado, atingir, de certo modo, a perfeição, a última, por outro lado, busca “maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira

possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos” (FOUCAULT, 2008, p. 25-26).

Nesse sentido, a cidade de segurança trabalha com probabilidades, uma vez que não trabalha apenas com dados naturais; considera a polifuncionalidade dos elementos que compõem o espaço e trabalha com o futuro. A cidade, em seu planejamento, não vai ser concebida em função de uma percepção estática que garantiria instantaneamente a perfeição da função, ao contrário, vai se abrir para um futuro não exatamente controlado nem controlável.

A soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo. A disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos e a segurança, por outro lado, vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos levando em consideração a probabilidade. É a partir da tomada de cidades como exemplos, mais especificamente, a maneira como foram projetadas e/ou construídas que Foucault trata do dispositivo de segurança. Para ele, esse dispositivo planeja o meio como aquilo em que se faz a circulação. Daí relaciona-o à biopolítica ao perceber que os mecanismos de segurança são uma “técnica política que se dirigiria ao meio” (FOUCAULT, 2008, p. 30). O meio é

[...] um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. Por exemplo, quanto maior a aglomeração desordenada, mais haverá miasmas, mais se ficará doente. Quanto mais se ficar doente, mais se morrerá, claro. Quanto mais se morrer mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas etc. Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio. E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania –, em vez de atingi-los como urna multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que urna série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008, p. 28)

Na segunda aula, Foucault aponta as características gerais do dispositivo de segurança a partir da relação do governo com o acontecimento e toma como exemplo a escassez alimentar. A escassez é um estado de raridade que faz com que os preços dos alimentos subam. Quanto mais os preços sobem, mais os que detêm os objetos escassos procuram estocá-los buscando, conseqüentemente, que os preços subam ainda mais. No entanto, chega ao ponto em que as

necessidades mais elementares da população deixam de ser atendidas, o que pode provocar algum tipo de revolta, principalmente no meio urbano.

A escassez alimentar se torna, para os governantes, “o tipo de acontecimento a evitar”. Pela análise da “história do cereal”, Foucault (2008, p. 48) mostra como vai se estabelecer um dispositivo de segurança que possui como objetivo evitar que as revoltas urbanas aconteçam.

Foucault destaca ainda as diferenças entre os mecanismos que funcionavam na soberania, na disciplina e os dispositivos de segurança. A segurança vai trabalhar na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros. Forma bastante diferente da lei que trabalhava no imaginário e da disciplina que trabalhava no complementar da realidade. De modo geral:

[...] a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos da segurança (FOUCAULT, 2008, p. 61).

Na terceira aula – e última que será tratada por nós – Foucault busca demonstrar como tanto a disciplina quanto a segurança tratam de modo diferente a normalização. O problema desta vez é “mostrar como, a partir e abaixo, nas margens e talvez até mesmo na contramão de um sistema da lei se desenvolvem técnicas de normalização” (FOUCAULT, 2008, p. 74). Ele aponta, inicialmente, como se dá a normalização disciplinar e, em seguida, mostra em que consiste a normalização na segurança.

[...] A disciplina, é claro, analisa, decompõe, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Ela os decompõe em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e modificá-los, de outro. [...] a disciplina classifica os elementos assim identificados em função de objetivos determinados. Quais são os melhores gestos a fazer para obter determinado resultado? Qual é o melhor gesto a fazer para carregar o fuzil, qual a melhor posição a tomar? Quais são os operários mais aptos para determinada tarefa, as crianças mais aptas para obter determinado resultado? [...] a disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros. Ou seja, é a partir daí que se faz a demarcação entre o normal e o anormal. A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tomar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. (FOUCAULT, 2008, p. 74-75)

Há um caráter primitivamente prescritivo da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis. O que acontece nas técnicas disciplinares “se trata muito mais de uma normação do que de

normalização” (FOUCAULT, 2008, p. 75). No que se refere aos dispositivos de segurança, a varíola e as práticas de vacinação são tomadas como objetos para demonstrar como este dispositivo se configura:

[...] O sistema disciplinar, no fundo, aquele que vemos aplicado nos regulamentos de epidemia, ou também nos regulamentos aplicados às doenças endêmicas, como a lepra, esses mecanismos disciplinares a que tendem? Em primeiro lugar, é claro, a tratar a doença no doente, em todo doente que se apresentar, na medida em que ela puder ser curada; e, em segundo lugar, anular o contágio pelo isolamento dos indivíduos não doentes em relação aos que estão doentes. Já o dispositivo que aparece com a variolização-vacinação vai consistir em quê? Não, em absoluto, em fazer essa demarcação entre doentes e não-doentes, vai consistir em levar em conta o conjunto sem descontinuidade, sem ruptura, dos doentes e não-doentes, isto é, em outras palavras, a população, e em ver nessa população qual é o coeficiente de morbidade provável, ou de mortalidade provável, isto é, o que é normalmente esperado, em matéria de acometimento da doença, em matéria de morte ligada à doença, nessa população (FOUCAULT, 2008, p. 81).

Há um sistema que se dá de maneira inversa ao que se empregava a propósito das disciplinas, já que “nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal” (FOUCAULT, 2008, p. 82). Nos mecanismos de segurança, por outro lado, há uma identificação do normal e do anormal. Isto é, “a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação as outras e em fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas as que são mais favoráveis” (FOUCAULT, 2008, p. 82). São essas distribuições que vão servir de norma. A norma “está em jogo no interior das normalidades diferenciais” (FOUCAULT, 2008, p. 83). A norma se deduz do normal e é a partir do estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Assim, Foucault observa que nos mecanismos de segurança não há mais o que compreende por norma, há que chamar de normalização.

O dispositivo de segurança possui as seguintes características: ele organiza e planeja o meio; funciona como um instrumento “anti-revolta”, em especial na cidade, e não trabalha a partir do adestramento do corpo por meio de uma norma, mas sim através da normalização. A escassez alimentar e as epidemias se relacionam de alguma forma com o fenômeno da cidade.

[...] Todos eles se encaixam, portanto, no primeiro dos problemas que procurei esboçar, porque afinal de contas o problema da escassez alimentar e do cereal é o problema da cidade-mercado, o problema do contágio e das doenças epidêmicas, é o problema da cidade como foco de doenças. A cidade como mercado também é a cidade como lugar de revolta; a cidade, foco de doenças, é a cidade como lugar de miasmas e de morte. De qualquer modo, o problema da cidade é que está, acredito, no âmago desses diferentes exemplos de mecanismos de segurança. (FOUCAULT, 2008, p. 83).

Na medida em que a cidade colocava problemas econômicos e políticos, problemas de técnica de governo que eram, ao mesmo tempo, novos e específicos no século XVIII, aparece também uma complexa tecnologia das seguranças. Dito de outro modo, a partir do momento em que a cidade se tornou um problema foi preciso resolvê-lo, daí se dá o desenvolvimento de mecanismos de poder cuja forma deve ser encontrada nos “mecanismos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 84). Mas é importante destacar que a cidade se torna um problema porque está diretamente relacionada com o aparecimento da população enquanto fenômeno.

Desse modo, os mecanismos de segurança que aparecem no século XVIII não tratam mais da segurança do príncipe, nem do território, mas sim da população e também daqueles que a governam. Foucault aponta algumas características do que chama de mecanismos de segurança:

[...] Sejam as novas formas de pesquisa urbanística, seja a maneira de impedir a escassez ou, pelo menos, de controlá-la, sejam as maneiras de prevenir as epidemias, seja lá como for, esses mecanismos têm o seguinte em comum: eles tentam fazer uns e outros agirem, mas sem que se trate, de maneira nenhuma, em todo caso não primeiramente e de modo fundamental, de uma relação de obediência entre uma vontade superior, a do soberano, e as vontades que lhe seriam submetidas. Trata-se ao contrário de fazer os elementos de realidade funcionarem uns em relação aos outros. Em outras palavras, não é ao eixo da relação soberano-súditos que o mecanismo de segurança deve se conectar, garantindo a obediência total e, de certa forma, passiva dos indivíduos ao seu soberano. (FOUCAULT, 2008, p. 86).

Esses mecanismos não se conectam com o eixo soberano-súditos e, portanto, não podem funcionar no formato de proibição. Diferente dos mecanismos da lei e da disciplina, os mecanismos de segurança não tendem “a repercutir da maneira mais homogênea e mais contínua, mais exaustiva possível, a vontade de um sobre os outros” (FOUCAULT, 2008, p. 86). Isso porque já não é do território que se trata, mas sim da população em seu sentido *lato*, isto é, considerando seus fenômenos e seus processos próprios, diferente de outrora, onde era compreendida como “o movimento pelo qual, após algum grande desastre, fosse ele a epidemia, a guerra ou a escassez alimentar [...] os homens morriam numa rapidez, numa intensidade espetacular, o movimento pelo qual se repovoava um território que tinha se tornado deserto (FOUCAULT, 2008, p. 88).

Nesse sentido, diferente do que ocorria numa sociedade meramente disciplinar na qual vingava a ideia de um poder que assumia a forma de vigilância exaustiva dos indivíduos, é um conjunto de mecanismos que vão tornar pertinentes, para o governo e para os que governam, fenômenos bem específicos, que não são exatamente os fenômenos individuais. Segundo Foucault (2008, p. 87), “é uma maneira bem diferente de fazer funcionar a relação

coletivo/indivíduo, totalidade do corpo social/fragmentação elementar, é uma maneira diferente que vai agir no que chamo de população”.

A população, para este autor, é considerada um personagem político absolutamente novo em sua positividade. Antes, como assinalamos, era compreendida numa relação de mortes e repovoamento, como fenômeno quantitativo nas mãos do soberano representando força e poder. No século XVIII, por outro lado, passa a ser compreendida como um fenômeno complexo, em relação a uma série de outras coisas, como o clima, a fome, a mortalidade, a natalidade, o sexo etc.

O olhar sobre a população começa a se transformar no século XVII em função do cameralismo e do mercantilismo, pois nesse momento, a população passa a ser considerada como um elemento fundamental na dinâmica do poder dos Estados assim que começou a ser vista como uma força produtiva, portanto, produtora de riquezas para o Estado. As coisas mudam ainda mais no século XVIII, a partir dos fisiocratas, que diferente dos cameralistas e dos mercantilistas, que ainda a consideravam, em certo grau, como uma coleção de súditos de um soberano, passam a considerá-la enquanto um fenômeno:

[...] era na relação entre a vontade do soberano e a vontade submissa das pessoas que se situava o projeto mercantilista, cameralista ou colbertiano, se preferirem. Ora, acredito que, com os fisiocratas – de uma maneira geral, com os economistas do século XVIII - a população vai parar de aparecer como urna coleção de súditos de direito, como urna coleção de vontades submetidas que devem obedecer à vontade do soberano por intermédio de regulamentos, leis, decretos etc. Ela vai ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural (FOUCAULT, 2008, p. 92).

Desse modo, a população, no século XVIII, deixa de ser compreendida como a simples soma de indivíduos que habitam o território, e passa a ser considerada como um fenômeno que está diretamente relacionado como uma série de variáveis, tais como o clima, entre outros fenômenos:

[...] varia com a intensidade do comércio, e da atividade de circulação das riquezas. Varia, é claro, de acordo com as leis a que é submetida: por exemplo, os impostos, as leis sobre o casamento. Varia também com os hábitos das pessoas, por exemplo, a maneira como se dá o dote das filhas, a maneira como se asseguram os direitos de primogenitura, a maneira como se criam as crianças, como são ou não confiadas a uma ama. A população varia com os valores morais ou religiosos que são reconhecidos a este ou aquele tipo de conduta: por exemplo, valorização ético-religiosa do celibato dos padres e dos monges. Ela varia também e principalmente com, é claro, o estado dos meios de subsistência, e é aí que encontramos o célebre aforismo de Mirabeau, que diz que a população nunca irá variar além, e não pode, em caso algum, ir além dos limites que lhe são estabelecidos pela quantidade dos meios de subsistência (FOUCAULT, 2008, p. 93)

Assim, Foucault (2008) observa que no caso da população tem-se algo diferente de uma coleção de indivíduos, uma vez que ela passa a ser entendida em suas variáveis, por meio de

seus acidentes e acasos, e a coloca como um sujeito-objeto. A partir do momento em que a população aparece como sujeito-objeto parou-se de fazer a análise das riquezas e abriu-se um novo domínio de saber que é a economia política.

Nesse sentido, é por meio da constituição da população como correlato das técnicas de poder que se tornou possível a irrupção de uma série de domínios de objetos para saberes possíveis, considerando que “esses saberes recortavam sem cessar novos objetos que a população pôde se constituir, se continuar, se manter como correlativo privilegiado dos modernos mecanismos de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 103).

Procuramos, até aqui, tornar mais claro o conceito de dispositivo, tão caro a Foucault, pensando, principalmente, no dispositivo de segurança, pois consideramos que o discurso médico-higienista e os discursos sobre a sustentabilidade não são apenas atravessados pelo dispositivo de segurança, mas se constituem e funcionam no interior dele. Por isso faz tanto sentido desejarmos ser sujeitos “higiênicos” e “sustentáveis”.

A prefeitura de São Luís, ao recorrer não somente aos discursos higienistas, ao relacionar limpeza à saúde, como também aos discursos sobre a sustentabilidade, produz efeitos que, de algum modo, podem fazer com que os moradores sintam o desejo de se tornarem “cidadãos limpeza”. Isso pode acontecer a partir de dois processos particulares: pelo medo das doenças que podem ser provocadas pela sujeira e pelo desejo de fazer parte do grupo seletivo dos “cidadãos limpeza”. Por meio do medo ou do desejo, a prefeitura busca modificar a conduta do morador. Esse efeito só pode ocorrer porque existem dispositivos, dentre eles, o de segurança, que atrelado à biopolítica, funciona como um instrumento de gerenciamento da vida.

É por meio da articulação entre a biopolítica, enquanto uma arte governamental que atua sobre o corpo populacional, e o dispositivo de segurança como instrumento, que podemos falar em uma segurança da vida. Esses mecanismos buscam normalizá-la, isto é, determinar como o homem deve viver em sociedade, não por meio da lei, mas por uma indução do desejo. O desejo de ser um “*cidadão limpeza*” é induzido pelas campanhas realizadas pela prefeitura, conforme observamos em nosso capítulo de análise.

Compreendemos que o biopoder não poderia ser exercido sobre o corpo da população sem o desenvolvimento do dispositivo de segurança. Não há biopolítica sem a existência de perigos/riscos sociais. É por essa razão que essa tecnologia de poder que busca prolongar a vida aparece, historicamente, juntamente com a população enquanto fenômeno. O problema da população na cidade, como uma emergência histórica, requer o desenvolvimento desse mecanismo de poder.

Mas não nos enganemos, esse gerenciamento da vida, que se dá por meio dos discursos médico-higienistas e dos discursos que circulam em nossa sociedade sobre a sustentabilidade não pretendem impor apenas “a vida do agora e a vida do amanhã”, respectivamente. O discurso da sustentabilidade, bem mais que o discurso higienista, é atravessado por diferentes poderes cujo propósito busca, quase sempre, o desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO 3

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO “*CIDADÃO LIMPEZA*” NO *INSTAGRAM* OFICIAL DA PREFEITURA DE SÃO LUÍS

Neste capítulo, analisamos o *corpus* da nossa pesquisa com o objetivo de demonstrar como a prefeitura de São Luís, por meio dos “discursos verdes”, exerce uma biopolítica que atua sobre o corpo populacional com o objetivo de torná-lo limpo visando não somente mais saúde e sustentabilidade, mas também mais economia e mais riquezas para o município e, consequentemente, para o país.

Ele está composto por um conjunto de 13 textos sincréticos publicados na rede social *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís. Estes textos estão agrupados em quatro séries enunciativas (FOUCAULT, 2019a) orientadas por uma regularidade temática a saber: limpeza e saúde; limpeza e sustentabilidade; limpeza e economia; limpeza e cidadania. As séries foram organizadas levando em consideração a descontinuidade histórica, por isso, os textos verbo-visuais que as compõem não atendem a uma ordem cronológica. Foram produzidas e publicadas em diferentes momentos históricos.

A primeira série enunciativa está composta por três textos sincréticos. O primeiro deles (Figura 1) faz parte da campanha *Bichos do Lixo*; o segundo (Figura 2) faz parte da campanha *Cidadão limpeza, cidade beleza*; o terceiro (Figura 3) integra a campanha *Mais limpeza, mais saúde*.

A segunda série é composta por quatro textos sincréticos. O primeiro (Figura 4) apresenta o primeiro ecoponto da cidade de São Luís. O segundo (Figura 5) mobiliza o dia mundial do meio ambiente. O terceiro (Figura 6) informa a quantidade de anos necessários para que alguns resíduos sólidos se decomponham na natureza. O quarto (Figura 7) apresenta algumas consequências para o ecossistema caso o lixo seja descartado de maneira incorreta.

A terceira série é composta por dois textos sincréticos. O primeiro deles (Figura 8) procura destacar a importância do descarte irregular para as famílias de cooperativas de reciclagem. Já o segundo (Figura 9), apresenta o primeiro galpão de triagem de materiais recicláveis da capital.

A quarta série enunciativa é composta por textos sincréticos. O primeiro deles (Figura 10) atualiza o meme “você não”. O segundo (Figura 11) integra a campanha *Cidadão limpeza, cidade beleza* e apresenta modos de ser um “cidadão limpeza” por meio de quatro dicas. O

terceiro (Figura 12) informa meios para que o morador denuncie a prática do descarte irregular. O quarto faz parte da campanha *Coleta seletiva*.

Ressaltamos que os discursos materializados nestas séries podem se relacionar, sendo assim, procuramos verificar quais discursos predominam. Para analisá-las, conforme já apontamos, recorreremos às noções e conceitos desenvolvidos por Michel Foucault nas fases arqueológica e genealógica.

Mas antes, é mister apontar o lugar da imagem no conjunto da obra de Michel Foucault. Consideramos, por meio de sua análise do quadro “*Las Meninas*”, de Velásquez, em *As palavras e as Coisas*, que as imagens obedecem a uma ordem do olhar e que significam na e pela história. Desse modo, elas podem ser tomadas como enunciados, uma vez que não são elementos destituídos de função enunciativa, uma vez que possuem objetos definidos, campos associados e materializam discursos. Nesse sentido, a nossa maneira de interpretar os textos sincréticos que compõem o nosso *corpus* está pautada nas considerações foucaultianas sobre o enunciado e sobre o discurso.

Apontada a nossa maneira de interpretar os textos sincréticos que analisamos, chamamos a atenção para o *Instagram*. Tomamos esta rede social como um suporte que, ao materializar certos discursos e não outros em seu lugar, auxilia o governo do corpo populacional.

A prefeitura de São Luís atua sobre a população por meio dessa rede social ao passar as suas regras de conduta para o morador de modo bastante sutil, para tanto mobiliza o gênero meme (ARRUDA; ARRUDA; ARAUJO, 2017) e faz uso da linguagem informal a fim de aproximar-se do morador. Neste sentido, a própria linguagem funciona como uma estratégia de governamentalidade.

4.1 Limpeza e Saúde

Iniciamos nossas análises a partir da série enunciativa *limpeza e saúde*, por reconhecermos haver uma relação estreita entre o tema da limpeza e as questões sobre higiene na história. As discussões sobre higiene surgem quando o homem percebe que a ausência da limpeza, seja ela individual ou coletiva, poderia provocar diferentes doenças. Além disso, observamos que é uma das séries mais mobilizadas pela prefeitura de São Luís a fim de modificar a conduta do morador.

Foucault, n’*A Arqueologia do Saber*, nos mostra que devemos compreender os enunciados em sua singularidade. Isto significa que, neste trabalho, não estamos fazendo uma

análise da língua enquanto estrutura, na perspectiva de Saussure (2006), muito menos do pensamento, posto que a análise discursiva foucaultiana não tem por objetivo investigar o que pretendia ser dito, mas o que foi efetivamente dito e materializado. Não procuramos revelar os efeitos que a gestão municipal de São Luís pretende construir ao produzir e veicular as imagens, aqui analisadas por nós, mas sim verificar o que está sendo colocado em discurso, por isso as interpretamos a partir de suas relações com a história. Numa análise discursiva, na esteira de Foucault, partimos da materialidade, pois os enunciados têm essa necessidade; a materialidade é constitutiva do próprio enunciado, que “precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (FOUCAULT, 2019a, p. 123). Desse modo, procuramos verificar como um determinado enunciado tenha surgido e não outro em seu lugar.

Considerando que o discurso precisa ter materialidade linguística, não para existir, mas para irromper e circular, para entrar em rede, entendemos que a análise da estrutura é menos para pensar nos efeitos que são produzidos pelo “real” da língua e mais para compreender como os sentidos produzidos pela estrutura linguística podem sofrer movências na história. Dito isso, analisamos o primeiro texto sincrético (Figura 1), que compõe a campanha “*Bichos do lixo*”, uma das ações desenvolvidas pelo poder executivo municipal de São Luís:

Figura 1 – Bichos do lixo



Fonte: *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís ⁸.

⁸ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/60jdtqzMeN/>>. Acesso em: 18 de jul. de 2020.

A Figura 1, datada de 25 de agosto de 2015, foi produzida e publicada no final do primeiro mandato da gestão do prefeito Edivaldo de Holanda Braga Júnior, e faz parte da campanha “*Bichos do lixo*”. O bicho destacado é a mosca e algumas doenças transmitidas por ela (febre tifóide, cólera, amebíase, giardíase, lombriga). No conjunto da imagem, em que predomina a cor azul, o inseto é colocado em destaque tanto pela proporção de tamanho, quanto pelo círculo vermelho que o rodeia. Além da mosca, a prefeitura produziu outras imagens semelhantes apresentando outras doenças provocadas por outros insetos, tais como ratos e pulgões (leptospirose e tifo), mosquitos (malária, febre amarela, dengue, Zika e leishmaniose) e baratas (febre tifoide, cólera e giardíase). Em nosso trabalho, analisamos somente a campanha em que aparece a mosca por considerá-la representativa de todo o conjunto.

Na parte inferior da imagem, centralizado, encontra-se o *slogan* da prefeitura de São Luís – “*capital de todos os maranhenses*”. Esse *slogan*, presente nas campanhas da prefeitura em prol de uma cidade limpa e saudável, faz funcionar uma ideia de inclusão: a capital é de todos e também a responsabilidade por uma cidade limpa e saudável. No canto inferior direito há outro enunciado-com bastante destaque, “*Menos lixo, mais saúde*”, campanha criada pela prefeitura no ano de 2015. Este enunciado funciona em consonância com o enunciado “*Bichos do lixo*” e, por meio deles, a prefeitura busca conscientizar o morador a partir da relação limpeza e saúde, oposta à relação sujeira e doenças.

O enunciado “*Menos lixo, mais saúde*” ainda está acompanhado da *hashtag* “*#Eu FaçoAMinhaParte*”. Esta *hashtag* aparece novamente na legenda acompanhada da *hashtag* “*#MenosLixoMaisSaude*”. De acordo com Leitão e Gomes (2017), as *hashtags* são marcadores e indexadores. No caso em análise, elas permitem, por exemplo, que a prefeitura de São Luís crie uma rede por meio de *links* e amplie o seu alcance na internet, uma vez que as *hashtags* funcionam como uma palavra-chave. O uso de *hashtags* surgiu no *Twitter*, sendo posteriormente incorporado a diversas outras plataformas, entre elas, o Instagram (LEITÃO & GOMES, 2017).

Na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, podemos considerá-las como mais um elemento que possibilita o acúmulo dos enunciados (FOUCAULT, 2019a, p. 150). Esse tipo de análise supõe considerar a remanência dos enunciados, uma vez que estes, por meio das *hashtags*, se conservam na rede de computadores; supõe que os enunciados sejam abordados na aditividade, isto é, em suas relações com outros enunciados, pois entram em rede; supõe ainda levar em consideração a recorrência, uma vez que estes enunciados indexados por *hashtags* remetem a enunciados anteriores. Assim sendo, esses marcadores constroem uma rede

discursiva com enunciados que dizem sobre o mesmo objeto de discurso, reforçando ou contrapondo determinados enunciados.

Na legenda, texto que geralmente acompanha imagens publicadas nas redes sociais, a prefeitura pergunta: “*você sabia? Muitos animais que causam doenças graves se alimentam do lixo que você joga fora. Vamos combater esse mal! Descarte seu lixo corretamente*”.

Nessa materialidade, há um uso da linguagem que se realiza pelo apelo do poder público à população, por meio de um nós inclusivo (*vamos*), que abrange a prefeitura e a população para assumirem práticas responsáveis de combate a insetos e doenças por meio do descarte correto do lixo. A prefeitura usa um tom informativo no diálogo que mantém com o morador da cidade (*Você sabia?*) ao apresentar-lhe o nome de diferentes doenças que podem ser provocadas pelo descarte irregular do lixo. Para tanto, recorre ao saber médico, sanitário, que se relaciona, via campo associado, com o discurso da saúde, com o discurso pedagógico que ensina a não descartar o lixo indevidamente ao mesmo tempo em que positiva o discurso da limpeza por meio de ações saudáveis. Assim, a conduta da população é orientada pela positividade do poder.

Quando o homem percebeu que a ausência da limpeza provocava doenças, as questões sobre a higiene, não somente a individual como também a coletiva, emergiram, mas só ganharam destaque quando passaram a se apoiar em bases científicas pelas descobertas dos campos da física, da fisiologia e da química.

Considerando que o enunciado não existe isoladamente, mas está sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso, entendemos que a higiene está situada em um campo associado com a medicina e passa a funcionar dentro desse campo, instituindo-se em um saber.

Consideramos a higiene como um saber, tendo em vista que “o saber é um conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência” (FOUCAULT, 2019a, p. 219). O saber não chega a ser uma ciência, pois não possui uma estrutura de idealidade definida e seu sistema de relações é menos estrito, mas também ele não é um conjunto de conhecimentos acumulados provenientes de tradições. A ciência, por outro lado, localiza-se em um campo de saber (FOUCAULT, 2019a).

O saber sobre a higiene, quando associado à medicina, resulta em um discurso considerado verdadeiro que mostra, com base em dados, quais doenças podem ser transmitidas por insetos e outros animais perante a falta de higiene.

Durante toda a segunda metade do século XVIII, as teses médico-sanitaristas vão orientar uma série de políticas públicas em relação à higiene pública, nesse sentido, a ideia de

que o discurso deve ser considerado como uma prática é reforçada. Foucault (2019b) relata que existia em Paris o “Cemitério dos Inocentes”, onde os cadáveres das pessoas que não eram ricas o suficiente ou notáveis para merecer um túmulo individual eram jogados uns sobre os outros. As pessoas acreditavam que pela proximidade da água com o cemitério, ela apodrecia e transmitia uma série de doenças, o que gerou um pânico urbano e resultou na remoção dos cemitérios do espaço urbano e no deslocamento para lugares afastados da cidade.

Os cuidados da vida humana nas práticas médicas tomaram outros rumos na França em fins do século XVIII. A preocupação com a vida humana, a saúde e a doença produziram práticas políticas e médicas correlativas ao desenvolvimento urbano. No interior do discurso médico foram criados os princípios da administração de fluxos, frequências e distribuições para o governo da vida humana. É nessa direção que vai se instituir uma medicina urbana. Ela provém da higiene pública e esta, por sua vez, não é nada mais do que uma variação sofisticada do tema da quarentena, conforme atesta Foucault (2019b).

Essas práticas de governo estão pautadas nas teses médico-sanitaristas que vão constituir o que se entende por higiene pública, portanto, governo da população traduz-se em uma biopolítica. A biopolítica é uma forma de governo que busca administrar a vida do sujeito. A população, por sua vez, é, simultaneamente, o alvo e instrumento dessa tecnologia de poder.

No tocante a nosso objeto de estudo, podemos dizer que a prefeitura, ao produzir verdades a partir dos saberes que se apropria, exerce o governo da população ao relacionar limpeza à saúde, por meio de uma administração da vida do sujeito morador não pela repressão, mas pela intimidação e culpa, a fim de que ele não descarte o lixo de forma irregular. Há um tom discursivo que responsabiliza o sujeito-população não apenas pelo lixo descartado (“lixo que você joga fora”, “seu lixo”), mas também pelas doenças graves que são provocadas pelos bichos que se alimentam do lixo. Há, ainda, uma advertência: *“não dê chance para essa ameaça: descarte o lixo de maneira correta!* Se essas doenças ainda persistem na atualidade é porque os moradores não estão fazendo a parte que lhes cabe, ao contrário da prefeitura.

De modo bastante esquemático, com este enunciado (Figura 1), consideramos que a prefeitura, ao fazer uso das redes sociais para divulgar suas campanhas, busca muito mais do que apenas apresentar ao morador informações sobre as doenças que são provocadas por insetos, pelos “bichos do lixo”. Ela o leva a subjetivar-se como um “cidadão limpeza”. Na *hashtag* “#EuFaçoAMinhaParte”, há uma força performativa que expressa um efeito de poder o qual se inscreve nos corpos da população e constitui uma subjetividade. Esse enunciado “se funda na captura e inscrição enunciativa no corpo marcando e, portanto, produzindo um

indivíduo singular” (GIMBO, 2018, p. 264), que se reconhece como parceiro do poder público e de uma cidade limpa.

Produz a ideia de uma responsabilidade individual, que, ao mesmo tempo é coletiva, afinal, se todos fizerem a sua parte, a prefeitura atinge os efeitos desejados. Consideramos que há em torno desse enunciado um apelo ao cuidado de si (sujeito morador) e ao cuidado do outro (população em geral), gerenciado pelo poder público, por tecnologias que possuem grande alcance (as mídias) em prol de mais saúde, e por que não dizer, mais economia à instituição governamental, que poderá aplicar seus recursos também em outras pastas como educação, moradia.

As tecnologias “não são apenas ferramentas de descrição do mundo”. Elas são

formas novas de criação e desconstrução da realidade. Quando alguém atua por meio dessas chamadas "redes sociais" não está simplesmente reportando algo, mas está também gerando, engendrando, transformando o real - alterando, de forma inédita, o ativismo político e social e os modos de participação no discurso. (COSTA-MOURA, 2014, p. 146).

A *hashtag* #EuFaçoAMinhaParte é uma estratégia de governamentalidade que institui um discurso de constituição do “bom cidadão” e se realiza no corpo população.

Nossa segunda análise (Figura 2) faz parte da campanha “Cidadão limpeza, cidade beleza”.

Figura 2 – Lixo, saúde e cidade



Fonte: *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís ⁹

⁹ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/BjFYsPPhVky/> Acesso em 02 de maio de 2020.

Essa imagem (Figura 2) data de 22 de maio de 2018. Em caixa alta, tem destaque a pergunta: “O QUE O LIXO DESCARTADO DE FORMA INCORRETA PODE TRAZER?” Em seguida dá duas respostas: “*inúmeras doenças, infestações de ratos, baratas e a proliferação do mosquito Aedes Aegypti*” e “*enchentes e alagamentos*” causados pelo entupimento dos bueiros da cidade por conta do descarte irregular. Há ainda, na imagem, outra pergunta em caixa alta e com uma fonte ainda maior: “COMO EVITAR?” Como resposta, solicita que o morador faça a sua parte descartando o lixo de forma correta.

No centro da imagem, uma foto mostra o lixo descartado de forma irregular; em torno da imagem, duas moscas ganham destaque. O enunciado não verbal dialoga diretamente com a materialidade verbal. O inseto representa a falta de higiene e as doenças provocadas por ele por conta do contato com o lixo. Assim, a responsabilidade recai mais uma vez sobre o morador. Se o inseto transmite doenças é porque o morador descarta o lixo de modo inadequado. A foto, no centro da Figura 2, de uma rua da cidade com o lixo espalhado pelo chão, mantém um domínio associado com problemas que o lixo provoca: entupimento de bueiros e canais da cidade, que comumente acontece em cidades cujo lixo não é armazenado de forma adequada e, no período de enchentes, causa grandes transtornos.

Para reforçar essa ideia, na legenda, a prefeitura enuncia que “*o descarte incorreto além de poluir o meio ambiente provoca inúmeros problemas para você e para a cidade, ainda mais no período chuvoso. Portanto, ajude-nos a manter a cidade limpa, livre de doenças e alagamentos. Jogue lixo no lixo*”. Assim, convoca o morador a exercer um cuidado de si, mas também dos outros (*para você e para a cidade*) e solicita que o morador a ajude a manter a cidade limpa e livre de doenças.

As *hashtags* apresentadas agora são: “*#PresenteTodosOsDias*”, novo *slogan* da prefeitura, e “*#CidadaoLimpezaCidadeBeleza*”, que faz referência à nova campanha da prefeitura de São Luís.

Compreendemos que a campanha “*cidadão limpeza, cidade beleza*”, apresentada pela prefeitura no ano de 2018, pretende manter um diálogo mais direto com os moradores da cidade. Nas primeiras imagens analisadas, todos os moradores eram responsabilizados, indiretamente, nas campanhas. Na figura 1, por exemplo, a prefeitura individualiza o morador (“*O lixo que você joga fora*” e “*Descarte o seu lixo corretamente*”). Já na figura 2, pede que o morador faça a sua parte e que ajude a prefeitura a manter a cidade limpa, livre de doenças e alagamentos.

Para que esse diálogo seja mais direto, é instaurado no discurso do “*cidadão limpeza*”. E se há um “*cidadão limpeza*” há um “*cidadão sujeira*”, ou seja, há sujeitos sendo constituídos,

individualizados e distribuídos em práticas divisoras, em torno de um eixo de normalização. É normal ser um “cidadão limpeza”, mas o contrário disso não é aceitável.

O cidadão sujeira é apontado como um perigo social que deve ser evitado, pois a sujeira provoca doenças. É apresentado ainda como um indivíduo desprovido de educação e que, portanto, não deve viver em sociedade. O “cidadão sujeira” é aquele que ninguém quer ser. Daí, em parte, ocorre a subjetivação, pois o morador vai desejar fazer parte do grupo “cidadão limpeza”, já que a sujeira, em nossa sociedade, é rechaçada. Esse enunciado será melhor analisado na série enunciativa limpeza e cidadania.

Figura 3 – Programa mais limpeza mais saúde na feirinha de São Luís



Fonte: *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís¹⁰

Na Figura 3, que data de 25 de novembro de 2017, a prefeitura apresenta a campanha “Mais Limpeza, mais saúde” que atualiza o enunciado que já circulava no ano de 2015 (*Menos lixo, mais saúde*). Esta campanha foi criada no ano de 2016 e é coordenada pelo Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR) em parceria com diferentes secretarias municipais, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp), a Secretaria Municipal de Saúde (Semus) e a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh). Essa campanha buscava, além de combater o mosquito da dengue, a adesão da sociedade às ações de limpeza e urbanismo.

Na imagem, há lixeiras de tonéis de latão com diversas cores em referência à coleta seletiva, em conformidade com a Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001, do Conselho

¹⁰ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Bb9abFdgwQQ/>>. Acesso em 02 de maio de 2020.

Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece o código de cores para diferentes tipos de resíduos. A cor azul para papel/papelão; vermelho para plástico; verde para vidro; amarelo para metal; preto para madeira; laranja para resíduos perigosos; branco para resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde; roxo para resíduos radioativos; marrom para resíduos orgânicos e cinza para resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado, não passível de separação, o que já nos direciona para pensar a próxima série enunciativa: limpeza e sustentabilidade. Agentes de limpeza conversam com moradores. Em letras garrafais, o enunciado “MAIS LIMPEZA, MAIS SAÚDE”, acompanhado da *hashtag* #EuFaçoMinhaParte”, é estampado num *banner* que identifica o estande da prefeitura.

Esse estande de informação sobre a limpeza e sua relação com a saúde e com a sustentabilidade está exposto na “Feirinha de São Luís”, um evento idealizado e realizado pela prefeitura que reúne gastronomia de comidas típicas, artesanato local, produtos de agricultura familiar e programação cultural com apresentações teatrais, shows musicais de artistas maranhenses. A feirinha, realizada aos domingos na Praça Benedito Leite, das 7h às 15h, no centro histórico, é muito frequentada por moradores e turistas.

A feirinha é projetada para o lazer, para a festa, para a cultura, e, por extensão, funciona como um mecanismo de conscientização, de informação, definindo o sujeito que a frequenta. A gestão municipal faz uso da feirinha deixando claras suas regras de conduta sobre a limpeza ao dispor seu estande com informações sobre limpeza e saúde. Assim, ela funciona como um espaço que permite a programação da conduta do morador em sua relação com o lixo e/ou resíduos sólidos, pois manifesta seu poder institucional e define os sujeitos que a frequentam (BARACUHY, 2018).

A prefeitura gerencia a feirinha praticando uma governamentalidade valendo-se de sua aproximação com o morador, conforme é possível observar na imagem, em que várias pessoas recebem informações.

A prefeitura, conforme podemos observar nas Figuras 1, 2 e 3, trabalha a governamentalidade a partir da relação limpeza-saúde. Para tanto, a fim de produzir efeitos positivos, ou seja, a fim de obter adesão da população à campanha, aponta uma série de doenças que podem ser provocadas pelo lixo. As três imagens possuem em comum a presença da *hashtag* “#EuFaçoMinhaParte” e uma forma de governo de cunho biopolítico, pois fica evidente que a população é o alvo, que o corpo é uma realidade biopolítica e que a higiene, potencializada pela medicina, é uma estratégia biopolítica.

É por meio dos discursos sobre a higiene, associados à medicina, enquanto ciência, que a prefeitura busca transformar os indivíduos em sujeitos “cidadão limpeza”. Nesse sentido, os

discursos funcionam como técnicas de objetivação atuando “nos processos de (des)identificação dos sujeitos e na constituição das identidades coletivas que incluem esses sujeitos e que também os excluem” (SOUSA, 2015, p. 75). O morador da cidade de São Luís precisa colaborar com a prefeitura em prol de uma cidade mais limpa e saudável para todos. Precisa se render à ordem da limpeza e da saúde.

4.2 Limpeza e Sustentabilidade

Além da série limpeza e saúde, possibilitadas pelos discursos médico-higienistas, a prefeitura de São Luís mobiliza ainda a série limpeza e sustentabilidade. As discussões sobre a sustentabilidade são intensificadas no final do século XX e, de alguma forma, se sobrepõem à higiene. A sustentabilidade é objeto de discussão em todo o mundo e irrompe no momento em que o homem percebe que a natureza responde às ações humanas.

Observamos, no momento de seleção das imagens coletadas, que entre os anos de 2015 e 2016, a prefeitura tendia a produzir e a veicular imagens, inseridas na série limpeza e saúde, e em 2017 a tendência é filiar-se aos discursos que circulam no campo da sustentabilidade.

Em 2018, esta série enunciativa – limpeza e sustentabilidade – é intensificada pela criação da Lei Municipal Nº 6.321/2018, que trata sobre a gestão dos resíduos sólidos. Essa lei é uma exigência da Lei Federal Nº 12.305/2010¹¹, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, doravante PNRS.

É importante destacar que a lei municipal é baseada na lei federal, de modo que ambas possuem os mesmos princípios. Dentre eles, destacamos a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considera as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; o desenvolvimento sustentável; a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

Como parte da série limpeza e sustentabilidade, analisamos, a seguir, as Figuras 4, 5, 6 e 7:

¹¹ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm > Acesso em 12 de julho de 2020.

Figura 4 – Apresentação do primeiro ecoponto de São Luís



Fonte: Instagram oficial da prefeitura de São Luís¹²

Na figura 4, datada de 23 de maio de 2016, podemos observar alguns dos princípios presentes na PNRS. Nela, a prefeitura de São Luís apresenta o primeiro ecoponto da cidade, construído no mês de maio do mesmo ano. Os ecopontos são destinados a receber diferentes resíduos sólidos. A figura 4, majoritariamente, não verbal, apresenta apenas três elementos verbais: “meio ambiente”, o slogan da prefeitura de São Luís (“*capital de todos os maranhenses*”) e uma pergunta: “*Já conhece o Ecoponto?*”. Essa pergunta é um recurso que a prefeitura utiliza para provocar no morador uma consciência de limpeza e sustentabilidade. Durante muito tempo, os jornais locais entrevistaram moradores sobre como eles viam as condutas de pessoas que jogavam lixo em terrenos baldios e alguns justificavam essa atitude dizendo que enquanto a prefeitura não desenvolvesse uma política de descarte correto do lixo, a população não tinha outra opção.

Ao perguntar *Já conhece o Ecoponto?*, a prefeitura faz uma provocação a esse morador como se quisesse perguntar: e agora que temos uma política de descarte correto do lixo, você vai continuar agindo errado?

Como já vimos em outro momento, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001, estabelece o código de cores para diferentes tipos de resíduos. Em obediência a essas cores, os ecopontos estão

¹² Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BFxOXCZzMUI/>>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

pintados nas cores amarelo, azul, verde e vermelho, as cores mais comuns. As cores indicam que os ecopontos de São Luís recebem metais, papel, papelão, vidro e plástico. Houve uma mudança na política dos ecopontos, que passaram a receber sobras de materiais de construção, quando realizadas por moradores, pneus, sofás, camas, móveis velhos, louças quebradas, como vasos sanitários e pias, entre outros, não contemplados pela Resolução do CONAMA.

No site, a prefeitura revela que a construção dos ecopontos é uma diretriz da PNRS, porém não informa que os ecopontos são uma exigência sob pena de terem recursos provenientes da união reduzidos. No *Instagram* oficial da prefeitura, ambas as informações são silenciadas. Os silêncios “são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (FOUCAULT, 1988, p. 30). As publicações no *Instagram* sobre os ecopontos produzem um marketing político. Afinal, trata-se menos da cidade e mais de seu gerenciamento.

Os ecopontos são projetados para promoverem a sustentabilidade e combaterem a prática do descarte do lixo de modo irregular. Eles orientam a população sobre o descarte de material que não é possível ser recolhido pelo serviço que recolhe o lixo na porta das casas. Isso ocorre por uma série de estratégias, como a localização espacial desses equipamentos instalados, principalmente, em áreas da cidade onde ocorrem descartes de uma quantidade significativa de lixo (galhos de árvores, sobras de material de construção etc.) de maneira irregular, não adequada. Os ecopontos e os dizeres sobre eles possibilitaram que a prefeitura pudesse produzir e fazer circular outras discursividades sobre a cidade que, além de ser conhecida como Ilha do Amor, Cidade dos Azulejos, Atenas Brasileira, é agora, também, uma cidade sustentável. Irrompe, assim, outro adjetivo à capital.

Vale destacar que o termo sustentabilidade foi materializado pela primeira vez com a apresentação do primeiro ecoponto. Até então, os termos mais próximos foram “ecológico” e “desenvolvimento sustentável”.

O emprego das hashtags #sustentabilidade e #saúdeSLZ revela que, embora a prefeitura tenha se apropriado das discussões em torno da sustentabilidade para operar o governo do corpo da população de São Luís, precisa recorrer à saúde, ao lembrar que a ausência de limpeza além de prejudicar o meio ambiente, atrai os “bichos do lixo” e, por extensão, as doenças transmitidas por eles. A prefeitura mobiliza a sustentabilidade, mas não abandona a saúde no seu empreendimento. Não há o momento da saúde e o da sustentabilidade; eles estão relacionados. Às margens das discussões sobre a sustentabilidade, circulam também os enunciados que relacionam limpeza à saúde.

Figura 5 – Dia mundial do meio ambiente



Fonte: Instagram oficial da prefeitura de São Luís¹³

A Figura 5, datada de 5 de junho de 2017, apresenta a imagem do planeta terra envolvida por um par de mãos a fim de produzir a ideia de que a vida na terra depende de nós; está em nossas mãos a sustentabilidade do planeta que habitamos. Embora haja um nós inclusivo, a responsabilidade recai mais uma vez sobre os moradores. Essa responsabilização solicita que o morador da cidade de São Luís internalize que ele é um colaborador importante para a preservação da vida no planeta terra. A ideia de que todos estamos juntos, que atravessa empresas, instituições públicas e até a cidade, é potencializada na racionalidade neoliberal (BROWN, 2018). Na lógica neoliberal é preciso fundir os moradores numa iniciativa comum, neste caso, a manutenção da vida na terra.

Nas cores azul e verde, em caixa alta, aparece o dia 5 de junho, dia mundial do meio ambiente. Há ainda outro texto verbal, em branco e na diagonal: “preservar o meio ambiente é preservar a vida”. A partir dessa relação, a prefeitura pretende despertar uma conscientização sobre a limpeza por meio do discurso de preservação do meio ambiente, já que se o indivíduo for tocado por esse discurso, não descartará o lixo de forma irregular. Na legenda, temos o seguinte enunciado:

A nossa preocupação em fazer uma gestão amiga do meio ambiente é evidente, pois trabalhamos para garantir a sua preservação. Instalamos os ecopontos na cidade para diminuir o descarte irregular, rotineiramente realizamos a desobstrução de galerias e canais para evitar alagamentos, enchentes e o acúmulo de sujeiras, e continuamos com as ações de arborização nas praças de São Luís. Faça a sua parte, preserve o meio ambiente, preserve a sua vida.
 #PrefeituraSãoLuís
 #DiaDoMeioAmbiente

¹³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BU9VsnbA7mB/>>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

A gestão municipal enuncia, diretamente, que preservar o meio ambiente é preservar a vida. Desse modo, apresenta-se uma preocupação pela vida, não exatamente a vida de hoje, mas a do amanhã. Consideramos que esta maneira de considerar a vida é uma marca que diferencia as séries até aqui analisadas. O poder público mostra seus procedimentos de governamentalidade ao elencar ações gerenciadas e executadas em prol de uma vida com limpeza e sustentabilidade: instalação de ecopontos, desobstrução de galerias, arborização de praças, dando visibilidade a suas ações e, em contrapartida, faz um chamamento para que a população colabore: “Faça a sua parte, preserve o meio ambiente, preserve a sua vida”. Com esse apelo, a prefeitura age sobre a conduta do corpo populacional pelo dispositivo de segurança, afinal, a vida só é possível com saúde e com um planeta sustentável.

Ao final do enunciado, o uso das chamadas etiquetas de indexação, as *hashtags*, #PrefeituraSãoLuís e #DiaDoMeioAmbiente projetam um certo modo de dizer. A primeira aparece em todas as publicações da prefeitura e atua como uma reatualização da memória, lembrando a presença e atuação do poder público. A segunda projeta uma prática discursiva que também se atualiza pelo digital, pois circula e é replicada, produzindo o efeito do aqui e agora.

Figura 6 – Decomposição de resíduos em anos



Fonte: *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís¹⁴

A Figura 6 aparece duas vezes no Instagram da prefeitura de São Luís em meses diferentes do ano de 2018 (abril e setembro). Por meio dela, a prefeitura apresenta ao morador a quantidade necessária de anos para que um resíduo sólido se decomponha na natureza caso seja descartado de modo irregular. A imagem é composta de dois enunciados verbais. O

¹⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BhHNvBthOUj/>>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

primeiro é uma pergunta: “*que tal pensar melhor antes de jogar o lixo na rua?*”. No centro da imagem aparece ainda a *hashtag* “#recicle”. O efeito de sentido produzido pelo verbo no imperativo, utilizado geralmente para pedir e/ou ordenar, coaduna com o objetivo da prefeitura: que a população recicle, seja consciente, colabore, não jogue lixo nas ruas. Para tanto, na imagem, apresenta ainda os materiais mais comuns para reciclagem, em concordância com as cores dos ecopontos: plástico, papel, metal e vidro. Ao lado de cada resíduo, a prefeitura informa a quantidade necessária para que estes resíduos se decomponham totalmente se jogados de modo irregular. Na legenda:

Você sabe quanto tempo cada material demora para se decompor na natureza? Que tal começar a reciclar? Todos os dias recolhemos 300 toneladas de lixo descartados irregularmente. Esse número é alarmante! Temos 11 Ecopontos em São Luís e neles recebemos restos de poda, capina e de materiais de construção civil, eletrodomésticos sem uso, pneus velhos, óleo de cozinha e outros resíduos. Estamos fazendo a nossa parte e é importante que você faça a sua também, não jogando lixo em locais inadequados. O meio ambiente agradece.

Após informar o morador sobre a quantidade de tempo necessário para que um material se decomponha no meio ambiente, a prefeitura informa que está fazendo a sua parte, por isso, apresenta a quantidade de lixo recolhida diariamente na cidade (300 toneladas).

Esse enunciado estabelece uma correlação com os enunciados presentes em todas as demais campanhas, em que a prefeitura afirma estar fazendo a sua parte. Apresenta os ecopontos e requer que o morador faça a sua parte também. Afinal, de acordo com a PNRS, bem como pela lei municipal, os moradores precisam se responsabilizar pelos resíduos que geram. Em seguida, diz que o meio ambiente agradece, com isso produz um efeito bastante interessante, se o indivíduo fizer a sua parte, não é a prefeitura quem agradece, mas sim o meio ambiente. Uma vez que é dever de todos cuidá-lo e preservá-lo.

Figura 7 – Os manguezais e a sustentabilidade



Fonte: *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís¹⁵

¹⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BtMwXq2lif0/>>. Acesso em: 02 de maio de 2020

Na Figura 7, pertencente à série limpeza e sustentabilidade, a prefeitura de São Luís faz uso de uma linguagem apelativa como estratégia de governamentalidade: *Galera, os animais que habitam os nossos mangues estão em um período de reprodução, chamado de período do defeso. Portanto, é importante que todos tenhamos consciência da preservação destes locais, não somente neste período em especial, mas diariamente. Vamos combater o descarte irregular de lixo nestas áreas, pois tanto o meio ambiente quanto o desenvolvimento dos animais são prejudicados. Preservar, acima de tudo, é cuidar.* Faz uso dessa estratégia para chamar a atenção sobre a importância dos manguezais, ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés (SCHAEFFER, NOVELLI, 1995).

De acordo com algumas estimativas, “aproximadamente 25% dos manguezais brasileiros já tenham sido destruídos, tendo a aquicultura e a especulação imobiliária como suas principais causas” (PRATES, GONÇALVES, ROSA, 2012, p. 59). Ainda de acordo com estes autores, as maiores extensões de manguezais da costa brasileira ocorrem entre a desembocadura do rio Oiapoque, no extremo norte, e o Golfão Maranhense, formando uma barreira entre o mar, os campos alagados e a terra firme. Vale destacar que o Maranhão é o estado brasileiro com maior extensão de manguezais em território nacional.

A fim de modificar a conduta do morador, a prefeitura recorre à vida ameaçada dos manguezais para conscientizar a população sobre a importância da preservação desse ecossistema. Para isso, juntamente com a imagem em que caranguejos dividem espaço com sacolas plásticas e um balde plástico, lemos: *“Os manguezais estão cheios de vida”. “Não descarte lixo de forma irregular. Preservar é, acima de tudo, cuidar!”*

É importante destacar duas coisas: a primeira é que os manguezais são considerados áreas de preservação permanente, segundo o artigo 4º da Lei Federal nº 12.651/2012 (BRASIL, 2012); a segunda refere-se às principais práticas de degradação desses espaços pelo homem. Entre elas, destacamos a aquicultura, a especulação imobiliária e o desmatamento. Oliveira e Mochel (1999) destacam os derramamentos de óleos advindos de atividades portuárias na Baía de São Marcos¹⁶ e despejos de matadouros.

A prefeitura, ao apresentar apenas o descarte de resíduos sólidos como um perigo para os manguezais, busca, ainda que indiretamente, responsabilizar o morador, os “cidadãos sujeiras”. Ao mesmo tempo em que culpabiliza os moradores, esse discurso retira das grandes empresas, indústrias e porto o peso da responsabilidade maior.

¹⁶ A Baía de São Marcos está situada no litoral do estado do Maranhão, encontra-se dentro do Golfão Maranhense a sudoeste de São Luís (MA).

A partir das contribuições Pêcheux (2012), consideramos que os enunciados analisados até aqui são intrinsecamente possíveis de se tornarem outro. E Foucault (2019a) nos lembra que todo enunciado tem suas margens povoadas por outros enunciados. Nesse sentido, podemos considerar que o enunciado “*Mais limpeza, mais saúde*” pode significar uma série de outras coisas: mais turismo, mais economia, mais riquezas e pode se relacionar e se inserir em outros domínios, outras formações discursivas, como veremos adiante.

4.3 Limpeza e Economia

A presente série aparece nas imagens publicadas no *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís, de maneira tímida. Para esta série, destacamos apenas duas imagens (Figuras 8 e 9). Na Figura 8, que data de maio de 2017, a prefeitura desloca o enunciado “*mais limpeza, mais saúde*” para “*menos descarte irregular, mais renda*”, materializados na cor verde e amarelo, cores que representam resíduos sólidos de acordo com a resolução do CONAMA.

Figura 8 – Coleta seletiva e renda para catadores.



Fonte: *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís¹⁷

Na imagem, aparecem duas pessoas coletando os resíduos para serem transportados. Na legenda, a prefeitura enuncia:

“além de combater o descarte irregular na cidade, os ecopontos são de fundamental importância para as cooperativas de reciclagem de São Luís. Os cooperados passaram

¹⁷ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/BT7fNOxABaf/>>. Acesso em 02 de maio de 2020.

a receber um maior volume de material, garantindo mais trabalho e mais dinheiro para as famílias que têm na atividade a principal fonte de renda”.

Assim, reforçam a importância dos ecopontos, pois por meio deles, os cooperadores passaram a receber mais materiais, oportunizando mais trabalho e renda para os catadores de resíduos sólidos. Por meio da figura dos catadores, a prefeitura exerce uma governamentalidade ao tentar sensibilizar a população para descartar os resíduos de forma responsável e assim mover a economia ao produzir renda.

A governamentalidade define nossas ações. Quem somos nós: cidadãos limpeza ou cidadãos sujeira? O “cidadão limpeza” está inserido em uma grade de especificação que promove uma continuidade temática: ele descarta o lixo com responsabilidade, ele promove a limpeza, a saúde, a sustentabilidade. É aquele em que todos somos levados a nos tornar. Aquele que desejamos ser porque há constelações discursivas nos objetivando e nos subjetivando a nos tornar um exemplo de cidadãos em prol de um planeta sustentável.

No entanto, consideramos que na figura 8 o morador não é convocado somente a se sentir responsável apenas pela limpeza da cidade, pela saúde ou pelo meio ambiente, mas também pela renda de outros sujeitos. Assim, descartar o lixo corretamente significa manter a cidade limpa, cuidar do planeta e, por extensão, da vida dos homens e animais e ainda ajudar o próximo. Esse convite à responsabilização converte, discursiva e eticamente, o morador da cidade de São Luís num “cidadão limpeza”.

A Figura 9, apresenta o primeiro galpão de triagem de materiais recicláveis de São Luís, data de 23 de agosto de 2019.

Figura 9 – apresentação do primeiro galpão de triagem dos resíduos sólidos.



Fonte: *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís¹⁸

¹⁸ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B1gtBesleRF/>>. Acesso em 02 de maio de 2020.

Na legenda:

“Tem novidade vindo aí! Está em construção o primeiro galpão de triagem de materiais recicláveis da cidade. Um importante passo na gestão de resíduos sólidos, que visa fortalecer o combate ao descarte irregular, gerar renda aos catadores e melhorar a qualidade de vida da população. O equipamento, que funcionará anexo ao Ecoponto Centro, será entregue com toda a estrutura e maquinário necessários para que os catadores possam executar seu trabalho de forma segura, organizada e eficiente.”

Novamente, a prefeitura apresenta a figura dos catadores, mostrando uma preocupação com esses sujeitos. Mas não fala dos empresários que lucram a partir da reciclagem. Ao recorrer aos catadores, o enunciado destaca a ideia de que se fizermos a nossa parte, além de colaborar com a prefeitura em prol de uma cidade mais limpa e sustentável, estamos lutando contra as desigualdades sociais, pois se separarmos o lixo e utilizarmos os serviços prestados pela prefeitura, estaremos gerando mais renda para as famílias das cooperativas (Figura 8).

Na figura 9, a informação é que o galpão de triagem contará com toda estrutura e maquinário necessários para que os catadores possam trabalhar. A partir desse enunciado, podemos perceber como uma biopolítica, nos termos de Foucault (1988) se exerce. Esse tipo de governamentalidade utiliza a população e os corpos como mecanismos, pois a medida em que recorre à figura do catador, utiliza esse corpo como uma estratégia para que mais pessoas se tornem “cidadãos limpeza”. Desse modo, ao utilizarem os ecopontos, além de fazer parte de um grupo que preza pela saúde e pela sustentabilidade, a sociedade contribui com a renda dos catadores. No entanto, numa sociedade do consumo como a nossa (BAUMAN, 2008), há alguém lucrando muito mais. Nesse sentido, os catadores também funcionam como instrumentos não mãos de um governo que pretende fabricar “cidadãos limpeza”.

Em termos econômicos, podemos articular ainda outras relações: se há menos lixo descartado nas ruas, não haverá apenas mais saúde para a população e renda para os catadores, haverá ainda mais economia para o município, pois se a população está saudável, há menos gastos com profissionais que atuam no espaço hospitalar, com remédios, entre outros recursos. E se há menos lixo na rua, é possível reduzir a quantidade de agentes de limpeza também. Se a cidade é limpa e sustentável pode atrair mais turistas. Assim, limpeza não significa apenas mais saúde, mas uma série de outras coisas.

Nos últimos dez anos, por exemplo, circularam diversas notícias que mostravam como os resíduos sólidos se tornaram fonte de riqueza, como empresários viram o lixo como oportunidade de sucesso. Além disso, o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(IPEA), divulgado em 2010, revelou que o Brasil perdia cerca de 8 bilhões anualmente por não reciclar. Esses dados nos levam a considerar que as campanhas da prefeitura de São Luís, por atenderem a PNRS, de 2010, buscam reciclar mais, não simplesmente porque se preocupam com a natureza, mas, principalmente, porque os resíduos sólidos se tornaram fonte de riqueza a partir das grandes empresas de coleta e reciclagem destes resíduos.

Nessa direção, consideramos que há um olhar neoliberal incidindo sobre a nossa maneira de nos relacionarmos com os resíduos sólidos. De acordo com Brown (2019, p. 30), nessa racionalidade, “os princípios do mercado se tornam princípios de governo aplicados pelo e no Estado, mas também que circulam através de instituições e entidades em toda a sociedade”. Desse modo, depreendemos que a lógica do mercado perpassa as campanhas da prefeitura de São Luís que abordam o tema da limpeza quando esta instituição dá dicas de como ser um “cidadão limpeza”, como veremos na série seguinte, em que a maioria delas busca gerar a ideia de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos resíduos sólidos, um dos objetivos da PNRS.

Com esta consideração, não queremos dizer que ser um “cidadão limpeza” é algo negativo por ser também resultado de uma racionalidade neoliberal. O que pretendemos é refletir sobre esse sujeito requerido pela prefeitura de São Luís, pelo Estado. Será que nossas práticas relacionadas ao lixo e aos resíduos sólidos não estão sendo “assaltadas” por essa racionalidade que atende a lógica do mercado? Até que ponto ser um “cidadão limpeza” é resultado de uma série de dispositivos que atendem a uma governamentalidade neoliberal?

Foucault nos mostra que há uma relação direta entre a biopolítica e o capitalismo. Este se desenvolveu bem, a partir de técnicas biopolíticas, pois o investimento capitalista na vida humana tem por objetivo controlá-la e torná-la produtiva. É nesse sentido que os dispositivos aparecem como novas tecnologias de subjetivação e objetivação da vida humana.

4.4 Limpeza e Cidadania

Limpeza e cidadania é a última série analisada por nós. Esta série está composta por quatro textos verbo-visuais. No primeiro (Figura 10), a prefeitura faz uso do meme “você não”, que viralizou na internet no ano de 2017, em especial nas redes sociais. O gênero meme é uma linguagem da internet e é constituído, geralmente, por uma materialidade verbal e não verbal. Costuma produzir, principalmente, efeitos de humor e ironia.

O meme “você não”, por exemplo, consiste, no geral, na apresentação de uma série de imagens que representam fotos de diferentes artistas, séries, filmes ou comportamento

considerados positivos, que as pessoas tenham algum apreço. No centro da imagem, por outro lado, apresenta-se a imagem do negativo, isso é, do filme, da série, do artista ou do comportamento desagradável.

Figura 10 – Separação da população por meio do meme “você não”.



Fonte: *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís¹⁹

A prefeitura, ao utilizar este meme, mostra uma sequência de imagens com pessoas jogando o lixo no lixo, separando-o de acordo com a resolução do CONAMA. Cada imagem da sequência está acompanhada de uma palavra que, ao serem lidas de acordo com a ordem das imagens, formam o enunciado “*as pessoas educadas ajudam (você não) a manter a cidade mais limpa*”. O *você não* se refere à imagem situada no centro: um homem jogando lixo na rua, de modo inapropriado – um anti-herói. Na legenda, a prefeitura informa: “*manter a cidade limpa é dever de todos. Faça a sua parte. Lugar de lixo é na lixeira e não na rua*”. Neste meme, em específico, a prefeitura não pretende gerar o efeito de ironia, muito menos de humor, pelo contrário, pretende mostrar o que é não é ser um “cidadão limpeza” e revelar a existência do “cidadão sujeira”, mostrar que este tipo de cidadão está inserido na sociedade. Pretende, sobretudo, desqualificá-lo.

Assim, a partir do enunciado formado entre o visual e o linguístico, a prefeitura volta a separar duas categorias: o cidadão educado do cidadão mal educado, forma que será retomada

¹⁹ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/BV-s6VbAo41/>>. Acesso em 02 de maio de 2020.

no ano seguinte, 2018, a partir do enunciado “*cidadão limpeza, cidade beleza*”. O “*cidadão limpeza*” é, portanto, acima de tudo um cidadão educado, pois mantém a cidade limpa e faz a sua parte, conforme veremos na Figura 11.

Ao publicar essa campanha (Figura 10), a prefeitura expõe o “*cidadão sujeira*” no *instagram*, rede social aberta, colocando no centro da imagem um morador jogando lixo em local inapropriado, dando a ver aquilo que está fora da ordem do discurso da limpeza e da cidadania. Agindo assim, a prefeitura faz aparecer, nos entremeios das práticas divisoras, o cidadão sujeira, aquele que vai na contramão das políticas de limpeza, saúde, sustentabilidade.

Como “*máquinas de fazer ver e de fazer falar*” (DELEUZE, 1990, p. 155), o *instagram* apresenta a imagem real de um morador descartando o lixo de forma irregular na rua, e lança sobre os moradores um regime de visibilidade e enunciabilidade. O morador é visto sem ser visto, mas para além disso, a prefeitura nos instiga a falar sobre o sujeito cidadão sujeira e a defini-lo como um cidadão mal educado, um “*cidadão sujeira*”.

Vários portais de notícias, como o *Imirante.com*, mantido pelo Grupo Mirante, afiliado à Rede Globo; e programas locais, como o Balanço Geral, da TV Cidade, afiliada à RecordTV, levados pelos discursos higienistas e pelos discursos sobre a sustentabilidade, produziram inúmeras reportagens mostrando moradores descartando lixo de modo irregular. Nelas, esses moradores eram apresentados como indivíduos mal-educados e, portanto, responsáveis pela sujeira e desorganização na cidade.

Dito isso, partimos para a análise da Figura 11. Por meio dela, a prefeitura apresenta algumas dicas de como se tornar um “*cidadão limpeza*”.

Figura 11 – Dicas de como se tornar um “*cidadão limpeza*”.



Fonte: *Instagram* oficial prefeitura de São Luís²⁰

²⁰ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BtZbuNDF6D0/>>. Acesso em 02 de maio de 2020.

Essa campanha propõe moldar a conduta dos moradores, no sentido de inseri-los em uma nova ordem: a do “cidadão limpeza”. A campanha “*Cidadão limpeza, cidade beleza*” consiste na personificação da ideia do que seria um “cidadão limpeza”.

Esta ideia é corporificada por meio do trabalho de um ator que, além de ir ao encontro dos moradores que circulam em alguns pontos da cidade, frequenta os terminais de integração do transporte público da cidade para conversar com os moradores que por ali transitam. Além disso, participa de eventos relacionados ao tema da limpeza e da sustentabilidade e realiza diversos trabalhos voltados para a educação ambiental, com destaque para as escolas da rede pública municipal.

Foucault nos dá suporte para analisar as formas como a prefeitura municipal de São Luís opera o governo dos corpos, por meio de uma governamentalidade que aponta, por exemplo, modos de ser um “cidadão limpeza”.

A Figura 11 é predominantemente verbal. Está acompanhada apenas da imagem que representa o ator que projeta o “cidadão limpeza” e possui como pano de fundo a imagem de um ecoponto. A prefeitura personificou a noção do que seria um “cidadão limpeza” por meio do personagem “cidadão limpeza”. Este, por sua vez, funciona como uma extensão do poder governamental, já que oferece palestras nas escolas, conscientiza a população nas ruas da cidade, terminais de integração do transporte público da capital.

É importante destacar que o enunciado “*cidadão limpeza, cidade beleza*” tem circulado em diferentes materialidades, como em comerciais de televisão, cestos de lixo instalados nos principais pontos turísticos da cidade de São Luís, em caminhões responsáveis pela coleta do lixo, em chaveiros, configurando-se uma metonímia do cotidiano, operacionalizando o senso de responsabilidade de um cidadão que se quer atuante: o “cidadão limpeza”.

A Figura 11, publicada no Instagram da prefeitura de São Luís no mês de fevereiro do ano de 2019, apresenta quatro dicas para que um morador seja um “cidadão limpeza”. Na legenda, localizada à direita da imagem, a prefeitura faz uma provocação ao morador: “confere aí se você merece o título de Cidadão Limpeza”. Por meio dela, a prefeitura apresenta à população quatro dicas de como se tornar um “cidadão limpeza”.

A dica número 1. *Acondicionar o lixo de modo correto e colocá-lo na porta apenas no dia da coleta*, não explica qual é o “modo correto” de acondicionar o lixo, mas informa que ele deve ser colocado na porta apenas no dia da coleta, o que evitará sua exposição a animais que costumeiramente reviram o lixo, a enxurradas e, como resultado, evitará muitos transtornos e manterá a cidade limpa.

A dica número 2. *Separar o lixo em casa (papel, vidro, plástico e orgânico)* faz alusão à coleta seletiva do lixo, em outras palavras, demonstra que para ser um “cidadão limpeza”, o morador precisa separar o lixo antes de colocá-lo na porta ou levá-lo até o ecoponto mais próximo, fazendo referência à dica número 3. *Levar resíduos volumosos para o Ecoponto mais próximo*. É curioso perceber que a prefeitura, em nenhum momento, faz a distinção entre lixo e resíduos sólidos nas imagens até aqui analisadas. Parece-nos que é justamente por isso que a dica número 3 se refira ao termo “resíduos volumosos”, o que evita, por exemplo, que o morador leve até o ecoponto mais próximo lixo orgânico.

Para Ruffino e Santos (2009), o termo “lixo” está relacionado à aversão, pois é composto de elementos inúteis, malcheirosos e prejudiciais à saúde humana, devendo ser mantido em locais afastados. O “resíduo”, por outro lado, está relacionado a materiais que não apresentam utilidade direta, mas se descartados adequadamente, podem ser reaproveitados e até reciclados.

Assim, por meio da segunda e da terceira dica, verificamos que ser um “cidadão limpeza” significa fazer a separação do lixo dos resíduos sólidos e saber descartá-los de acordo com as normas ambientais. Portanto, ser um “cidadão limpeza” é ser um cidadão “verde”, é preocupar-se com o destino final do lixo e dos resíduos sólidos. É ser sustentável.

A dica número 4. *Informar sobre pontos de descarte ligando para o número 0800 098 1636* “exige” que o morador, além de seguir as dicas anteriores, informe ao poder municipal quais são os locais de descarte do lixo. Há outras imagens, publicadas também no *Instagram* oficial da prefeitura, que solicitam que o morador denuncie os moradores que descartam lixo/resíduos sólidos em lugares inapropriados (Figura 12). Inclusive, a prefeitura está desenvolvendo, segundo matéria publicada no site oficial, um aplicativo exclusivo para denúncias de descarte irregular do lixo²¹. Portanto, ser um “cidadão limpeza” é, ainda, ser um cidadão que exerce vigilância sobre o outro. Em outras palavras, para ser um “cidadão limpeza”, o morador, além de fazer a sua parte, precisa fazer com que os que estão no seu entorno também se tornem “cidadãos limpeza”.

Diante das dicas apresentadas, ser um “cidadão limpeza” corresponde a ter atitudes positivas em prol não apenas da limpeza da cidade como também ter senso colaborativo. A governamentalidade opera, assim, transferindo para o “cidadão limpeza” parte do encargo que resulta em uma “cidade beleza”, um segundo enunciado que a prefeitura põe como complemento para “cidadão limpeza”. Isso pode ser visto nas dicas, que iniciam com o verbo

²¹ Disponível em: < <http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/16751/> > Acesso em: 12 de ago. de 2020.

no infinitivo e que apelam para a sensibilidade do cidadão para acondicionar o lixo; separar o lixo em casa; levar resíduos volumosos; informar sobre pontos de descarte.

Manter uma cidade limpa não é para qualquer um. É para aquele cidadão que reconhece o trabalho iniciado pela prefeitura e só precisa dar continuidade a ele. O enunciado “cidadão limpeza” possui sua margem povoada por outros enunciados, como os que colocam que todo cidadão tem direito à vida, à saúde (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988), uma vez que a limpeza resulta em saúde e ambas dependem de iniciativas colaborativas.

A Figura 11 está acompanhada ainda de uma indagação no espaço referente à legenda, texto verbal que geralmente acompanha imagens: “*Confere aí se você merece o título de Cidadão Limpeza!*”. Por meio de uma pergunta, instiga o morador a refletir se ele se considera um cidadão que contribui com a limpeza na cidade de São Luís, caso a resposta seja negativa, é identificado pela prefeitura (e talvez por si mesmo) como um cidadão sujeira. Se o sujeito não se identifica com o que a prefeitura propõe, imediatamente é colocado em um lugar marginalizado. Assim, passa a ser compreendido e a se compreender como um cidadão responsável pela ausência de beleza, já que a cidade só pode ser bela se os moradores se tornarem cidadãos limpeza.

Todas as dicas dadas pela prefeitura de São Luís se relacionam. Ser um “cidadão limpeza”, na perspectiva deste poder, significa aplicar cada uma delas. O morador, ao segui-las, torna-se um “cidadão limpeza” e é esse o morador que o poder municipal requer. Logo, a cidade de todos passa a ser restrita aos indivíduos que seguem as dicas oferecidas pela prefeitura. Não há espaço para o “cidadão sujeira”, estes não são benquistos. Nesse sentido, a cidade não é tão compartilhada como o *slogan* da prefeitura no primeiro mandato anunciava (*cidade de todos os maranhenses*). Para ser bem-vindo, o morador precisa tornar-se um sujeito “cidadão limpeza”, portanto, ser objetivado pelos discursos mobilizados pela prefeitura e subjetivar-se.

Em seu texto *O sujeito e o Poder*, Michel Foucault discute acerca de três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeito. Nesta dissertação, destacaremos apenas dois deles, uma vez que o terceiro se refere aos trabalhos que Foucault realizou em torno da subjetivação, isto é, o modo pelo qual ser humano torna-se sujeito, em outras palavras, como os homens aprenderam a se reconhecer enquanto sujeitos. O primeiro deles

é o modo de investigação que tenta atingir o estatuto de ciência, como, por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na gramática geral, na filologia e na linguística. Ou, ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia. Ou, o terceiro exemplo, o simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia. Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de “práticas divisoras”. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos:

o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os “bons meninos”. (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Diante destas considerações acerca da objetivação dos seres humanos em sujeitos, observamos (Figuras 10 e 11) uma objetivação do morador em um “cidadão limpeza” a partir das práticas divisoras, uma vez que ele é constituído em relação ao cidadão sujeira, ao “*you are not*”, ao mal educado. A prefeitura, enquanto instituição, a partir da campanha “cidadão limpeza, cidade beleza”, promove um discurso higienista. E o indivíduo, que resiste à ação da prefeitura sobre ele, é convocado a tornar-se um “cidadão limpeza”, isso porque não pode ser excluído imediatamente, uma vez que no nosso *a priori histórico*, o imperativo da inclusão não permite (SANTOS, KLAUS, 2013).

Embora não pretendamos fazer análise dos comentários dos moradores, tomamos, a título de confirmação de uma hipótese, um comentário para exemplificar que esse saber sobre o que é ser um “cidadão limpeza” produz resposta nos moradores. Estes, por sua vez, se subjetivam, segundo uma formação discursiva da limpeza, conforme comentário de uma moradora, materializado ainda na Figura 11: *Eu sou uma cidadã limpeza c mto orgulho!!!*

Ao problematizar a subjetivação, Foucault destaca: não é a do “homem que flana”, que busca apenas o prazer fugidio da circunstância, mas o homem da modernidade, que se põe “ao trabalho”, a fim de modificar a si e aos outros (FOUCAULT, 2000, p. 343). Ao responder à pergunta proposta no Instagram da prefeitura, a moradora se reconhece como alguém que colabora e, por extensão, tenta modificar a conduta dos demais moradores em favor do trabalho de colaboração com a limpeza. Por outro lado, consideramos que esse saber sobre a limpeza só produz os efeitos desejados pela prefeitura porque está articulado aos dispositivos de poder e de controle.

Assim sendo, a prefeitura de São Luís recorre a uma biopolítica ao desenvolver formas de vigilância e ao buscar atuar como uma polícia da limpeza (FOUCAULT, 2014a), na internet e fora dela, a fim de inserir o corpo da população numa ordem da limpeza, da disciplina, pois como vimos, a biopolítica está articulada, de certo modo, ao poder disciplinar. Para tanto, oferece atendimento telefônico gratuito para que os moradores possam entrar em contato com o comitê gestor de limpeza urbana e denunciar a prática de descarte do lixo de maneira irregular sem custos, conforme demonstra a Figura 12.

Figura 12 – A prefeitura e o controle dos corpos



Fonte: *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís²²

Na legenda (Figura 12), a prefeitura informa a partir da descrição da imagem:

Todos os dias trabalhamos por uma São Luís mais limpa e contando sempre com o apoio da população. Essa cama foi descartada irregularmente no canteiro da Avenida Daniel de La Touche. Recebemos esse tipo de material em qualquer um dos 15 Ecopontos de São Luís, então não tem desculpa para tomar esse tipo de atitude, certo?! Vamos contribuir com a limpeza da cidade. Para denunciar, ligue para o Atendimento do Comitê Gestor de Limpeza Urbana: 08000981636.

Ao fazê-lo, informa ao morador que a parte que cabe à prefeitura está sendo executada, mas que conta com a colaboração e apoio dos moradores. Para evitar qualquer justificativa, por parte da população, a prefeitura utiliza os ecopontos para dissipá-la (*Recebemos esse tipo de material em qualquer um dos 15 Ecopontos de São Luís, então não tem desculpa para tomar esse tipo de atitude, certo?!*). O termo “esse tipo de atitude” se refere à falta de consciência, educação e cidadania.

Ainda na Figura 12, o enunciado, em caixa alta, “DENUNCIE ESSA PRÁTICA”, se refere, como podemos observar, ao descarte irregular. Todo e qualquer enunciado possui suas margens povoadas por uma série de outros enunciados. O enunciado “denuncie essa prática” significa na relação com outros enunciados que circulam em nossa sociedade como a prática de roubo, violência à mulher e ao idoso, maus tratos aos animais, ou seja, práticas que se encontram no rol dos crimes. Com o enunciado *denuncie essa prática*, a prefeitura insere a limpeza, ou melhor, a ausência dela, na ordem da criminalidade de modo que produz a ideia de que o descarte de modo irregular, por parte do morador, é também um crime.

²² Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/B0EAbWZFc5h/>>. Acesso em 02 de maio de 2020.

Consideramos que essa prática da prefeitura de São Luís produz respostas nos moradores, pois de acordo com matérias divulgadas por jornais locais, moradores começaram a filmar e a divulgar vídeos em que flagram vizinhos descartando lixo de modo irregular. O “cidadão sujeira” passa a ser alvo de uma série de dispositivos de vigilância e de controle.

Analisaremos o último enunciado verbo-visual pertencente a série limpeza e cidadania publicado no mês de março de 2020. Obedecendo a ordem do olhar, poderíamos ter inserido a Figura 13 na ordem *limpeza e sustentabilidade*, no entanto, optamos pela série *limpeza e cidadania*, pois consideramos que o “cidadão limpeza” é também um cidadão que se preocupa com a sustentabilidade, com o meio ambiente e com a vida do amanhã.

Figura 13 – apresentação da ação coleta seletiva.



Fonte: *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís²³

Na Figura 13, a prefeitura apresenta mais uma ação desenvolvida em prol da limpeza e da sustentabilidade, a coleta seletiva. Esta ação funciona como uma opção para quem não pode se deslocar até os ecopontos. A letra “o” da palavra coleta, conforme pode ser observado, é substituída pelo símbolo internacional da reciclagem e, por extensão, da sustentabilidade. Esta figura é composta ainda por uma menina aparentemente feliz que segura uma lixeira verde com diferentes resíduos sólidos limpos e organizados, entre eles, sacolas, garrafas de plástico, potes de vidros e jornais.

²³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B9XtrqVlnsH/>>. Acesso em 02 de maio de 2020.

Desse enunciado imagético sobre a coleta seletiva decorrem diferentes efeitos de sentidos: i) a coleta seletiva é uma atitude que pode ser realizada por todos, até por uma criança; ii) pode gerar sensações positivas, como a de responsabilidade, de participação de algo, autorrealização, materializados no sorriso da criança; iii) que a educação ambiental é importante para que tenhamos um planeta sustentável e que deve ter início na infância.

Na legenda, a prefeitura informa: “A partir do dia 16 deste mês daremos início a um novo serviço: a coleta seletiva por agendamento! Os resíduos secos poderão ser recolhidos direto no seu domicílio. Cidadão consciente, meio ambiente preservado e lixo aproveitado”.

Esse texto justifica a nossa escolha por estar inserido na série limpeza e cidadania. Em São Luís, é preciso ser um “cidadão limpeza”, isto é, um cidadão que tenha consciência ambiental, consciência sobre o que é uma cidade sustentável e que atenda a todas as dicas dadas pela prefeitura para a preservação do meio ambiente.

O “cidadão limpeza” é aquele que colabora com a prefeitura e que mantém o cuidado com o descarte do lixo “produzido” em casa, que separa o lixo e faz uso dos serviços ofertados, entre eles os ecopontos e a coletiva seletiva, passando pela função de vigiar e denunciar os “cidadãos sujeiras”.

As campanhas da prefeitura inseridas por nós em quatro séries enunciativas propõem iniciativas em prol da limpeza e da saúde, da limpeza e da sustentabilidade, da limpeza e da economia e da limpeza e da cidadania. Elas mantêm uma regularidade em torno da limpeza e procuram fabricar, discursivamente e não discursivamente, o “cidadão limpeza”. No *Instagram* e fora dele.

A maioria das campanhas assumem um discurso pedagógico – o discurso do “como fazer” o descarte dos resíduos corretamente (*dicas de como se tornar um cidadão limpeza – figura 11; arraste para o lado e fique por dentro de todas as informações da coleta seletiva – figura 13*). Elas se apoiam, principalmente, em um discurso da higiene e nos discursos sobre a sustentabilidade.

A prefeitura, por meio dessas campanhas, procura fazer com que o morador se sinta responsável pela limpeza, pela saúde, pelo meio ambiente, pela renda dos catadores e também pelo “cidadão sujeira”. O “cidadão limpeza” é construído nessas relações, atravessado, principalmente, pelo dispositivo de segurança. O dispositivo, como assinala Michel Foucault, reúne tanto o domínio do discursivo quanto do não discursivo. Ele tem a capacidade capturar, modelar, controlar, orientar e assegurar os gestos e as condutas. Nesse sentido, o “cidadão limpeza” está na relação entre os seres viventes e os dispositivos, entre eles, o de segurança.

A governamentalidade nem sempre é exercida pela força. Uma das táticas por meio da qual a prefeitura a exerce é inaugurando uma ideia – a do “cidadão limpeza”, que objetiva e subjetiva os moradores da capital maranhense a assumir atitudes sustentáveis. Esta ideia convoca os moradores da cidade de São Luís à responsabilização. Esta, por sua vez, “assinala um regime, no qual a capacidade humana singular de se responsabilizar torna-se um modo de administrar sujeitos, um processo no qual estes são refeitos e reorientados pela ordem neoliberal e através do qual sua conduta é mensurada” (BROWN, 2018, p. 39).

Contudo, consideramos que para toda forma de poder, há também diversos modos de resistências. Podemos citar, como práticas de resistência, comentários realizados por moradores nas redes sociais em que se mostram insatisfeitos em relação à ideia da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos resíduos sólidos. Além disso, percebemos que, mesmo com as placas instaladas pela prefeitura com enunciados como “não jogue lixo neste local” ou “mantenha este local limpo”, havia, abaixo delas, lixo descartado de modo irregular. Do mesmo modo, notamos, inclusive em imagens que circularam no Instagram oficial da prefeitura de São Luís, lixo descartado a poucos metros dos ecopontos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michel Foucault em sua analítica do poder nos explica que nem sempre o poder deve dizer não, ao contrário, ele deve ser exercido em sua positividade e a partir de mecanismos estratégicos. Segundo este autor, não se trata de impor uma lei aos homens, mas sim de utilizar mais táticas do que leis ou ainda utilizar as leis como táticas.

Conforme observamos em nossas análises, a prefeitura de São Luís utiliza mais táticas do que a própria lei. Por esta razão, o poder executivo municipal não informa na rede social *Instagram* que as campanhas desenvolvidas atendem a uma exigência do Governo Federal por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que data de 2010.

Antes, o poder executivo municipal mobiliza discursos que circula(ra)m nos campos médico-higienistas e no campo da sustentabilidade, emergentes de diferentes saberes, a maioria deles científicos, como os que quantificam os anos necessários para que determinado material se decomponha completamente ou os que relacionam limpeza e saúde, de forma estratégica a fim de conscientizar e modificar a conduta do morador da cidade transformando-o no que chama de “cidadão limpeza”.

Como vimos no primeiro capítulo, a partir de um arquivo sobre limpeza, verificamos que ela esteve apoiada, inicialmente, no discurso médico-higienista para significar. Relacionava-se com o tema da saúde, do bem-estar, da vida do “agora”. Na contemporaneidade, as discussões sobre a limpeza encontram suporte em outros discursos, principalmente nos discursos que circulam no campo da sustentabilidade. Essas relações complexas entre discursos acontecem no terreno da história e são possibilitadas por ela, por isso há deslocamentos, movências e (trans)formações nos sistemas de apoios.

Ainda no primeiro capítulo, orientamos as nossas discussões sobre o poder, biopoder, biopolítica e governamentalidade. Governar implica em mobilizar a população para atingir determinados fins. A prefeitura faz isso utilizando com uma de suas táticas o aplicativo *Instagram*, rede social aberta, para positivar ações em prol de limpeza e saúde, limpeza e sustentabilidade, limpeza e economia, limpeza e cidadania. A prefeitura utiliza as leis, a lei federal Nº 12,305/2010 e a lei municipal Nº 6,321/2018 como uma estratégia. Mas não utiliza a lei por si mesma e nela mesma, mas por meio de jogos com a linguagem, indagando a população, aproximando-se dela para então conduzi-la, geri-la, governá-la de modo minucioso a fim de transformar o morador em um sujeito “cidadão limpeza” à medida que instiga o morador (“*Confere aí se você merece o título de Cidadão Limpeza!*”) ou quando dá dicas de como se tornar esse “Cidadão Limpeza”.

O *Instagram* funcionou como um suporte interessante na apresentação das ações e campanhas da prefeitura de São Luís. Conforme explica Michel Foucault n'*A Arqueologia do Saber*, o suporte onde o enunciado é materializado é importante, pois, se o suporte varia, o enunciado também sofre modificações, deslocamentos. Por meio desta rede social, o poder executivo municipal aproxima-se do morador e passa as suas regras de conduta de modo bastante sutil.

A prefeitura, ao relacionar a limpeza à saúde, à sustentabilidade, à economia e à cidadania, como vimos no Capítulo III, objetiva conscientizar e responsabilizar os moradores da cidade de São Luís e requer um sujeito morador “ideal” para a cidade por meio de práticas de governamentalidade. Isto é, um morador que faça a sua parte, mas que também vigie os *cidadãos sujeira*. É importante esclarecer que essas técnicas não são executadas de qualquer forma, nem aparecem destituídas de razão, pelo contrário, respondem a uma urgência histórica colocada pela relação entre o homem e o meio ambiente, que embora antiga, nunca foi tão atual.

Desse modo, concluímos que a prefeitura busca conscientizar a população a partir da apropriação de saberes instalados nos campos da higiene e da sustentabilidade para atingir a saúde, ao mostrar ao morador que a cidade limpa, além de ficar mais bonita, promove também saúde para a população à medida que o mosquito transmissor da dengue, da Zica e da Chikungunya, por exemplo, não podem se proliferar e ao gerar uma ideia de que cuidar do planeta é preservar a vida das futuras gerações e que ao fazê-lo, o morador se sentirá autorrealizado por fazer parte de um grupo de cidadãos que preza pela limpeza, pela saúde e pelo bem-estar do homem, dos animais e da natureza em geral.

O que fica de modo bastante implícito no *Instagram* oficial da prefeitura de São Luís é que uma população sadia é também uma população que trabalha mais e que, portanto, promove o desenvolvimento econômico. Numa sociedade como a nossa, mais limpeza não pode significar apenas mais saúde, ela significa também uma série de outras coisas, como mais turismo, mais economia e mais riquezas para o município, uma vez que a própria cidade, para ser consumida turisticamente, precisa entrar numa ordem da limpeza. Isso nos leva a considerar a racionalidade neoliberal.

A lógica neoliberal perpassa as campanhas da prefeitura de São Luís que abordam o tema da limpeza quando dá dicas de como ser um “cidadão limpeza”, pois como podemos observar, a maioria delas busca gerar a ideia de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos resíduos sólidos, um dos objetivos da PNRS. Em outras palavras, a prefeitura faz a parte dela, mas é preciso que o morador, em sua relação com os resíduos, se autoadministre, seja um colaborador e se torne um “cidadão limpeza”.

Além disso, observamos que a prefeitura, ao “oferecer” os ecopontos e a coleta seletiva, cria uma ilusão de que o indivíduo que os utiliza se preocupa com o destino final do lixo e/ou resíduos sólidos, projeta a ideia de que todo o lixo depositado nesses espaços é reciclado e/ou reutilizado, quando na verdade, somente os resíduos sólidos podem passar pelo processo de reciclagem. Em outras palavras, o lixo produzido na cidade continua sendo enviado para aterros sanitários.

A prefeitura, em todas as campanhas e ações apresentadas ao longo desta dissertação, procura construir um cidadão que seja amigo da limpeza ao ponto em que ele mesmo se veja e se sinta como um “cidadão limpeza”. A disposição espacial da cidade auxilia nesse processo, pois ela tornou-se, por si mesmo, em um espaço enunciativo, uma vez que passou a enunciar por meio da presença dos ecopontos, de lixeiras com o enunciado “*cidadão limpeza, cidade beleza*”, com o aumento do número de painéis digitais e placas espalhadas em diferentes pontos da cidade com os respectivos enunciados: “*Não jogue lixo nas ruas*”, “*Mantenha a cidade limpa*”, entre outras maneiras.

Considerar a existência de uma racionalidade neoliberal atravessando as ações da prefeitura, significa considerar também que a nossa maneira de nos relacionarmos com os resíduos sólidos está sendo afetada e tomando a forma desejada por este tipo de racionalidade política. Por outro lado, não estamos querendo dizer que ser um “cidadão limpeza” é algo negativo por ser resultado de uma prática de governo pautada nas teses neoliberais. O que procuramos é refletir sobre esse sujeito requerido pela prefeitura de São Luís, pelo Estado e por esta racionalidade política.

Entendemos que há uma relação direta entre a biopolítica e o capitalismo. Este se desenvolveu bem, a partir de técnicas biopolíticas, pois o investimento capitalista na vida humana tem por objetivo controlá-la e torná-la produtiva. É nesse sentido que os dispositivos aparecem como novas tecnologias de subjetivação e objetivação da vida humana.

Na biopolítica o outro é excluído se for para o bem da maioria. Por esta razão, a prefeitura precisa estabelecer uma separação na população de São Luís: “cidadãos limpeza” e “cidadãos sujeira”, mas não para excluí-los, pelo menos não imediatamente, mas sim para tentar inculcar no morador o desejo de tornar-se um “cidadão limpeza”.

Os primeiros, além de corresponderem às dicas da prefeitura, precisam funcionar como instrumentos de combate aos “cidadãos sujeira”, que, por sua vez, por não serem identificados ou se identificarem como tais, podem sentir o desejo de se tornarem um “cidadão limpeza”. Nesse processo, permitem ser governados pela prefeitura e, ao permitirem, entram na ordem

discursiva da limpeza, funcionando, conseqüentemente, como novos instrumentos governamentais.

Os dispositivos biopolíticos, inclusive o de segurança, tal como vimos no capítulo II deste trabalho, não agem por meio da lei, mas sim pela indução de desejo. Assim, a prefeitura, mesmo dispondo de leis federais e municipais, busca agir no sentido de fazer com que o morador sinta o desejo de se tornar em um “cidadão limpeza”. E para ser um “cidadão limpeza”, o morador precisa se enquadrar na ordem discursiva da limpeza.

Mais limpeza é mais saúde, mais sustentabilidade, mais turismo, mais economia, em termos gerais, mais segurança. E mais segurança reivindica mais controle. É por isso que a prefeitura cria mecanismos de denúncias e mecanismos disciplinares.

A arqueogenealogia de Foucault possibilita que tenhamos consciência crítica de nosso presente. Isto é, nos ajuda a pensar em quem somos nós hoje, em quem estamos nos tornando e os modos como isso ocorre.

Foucault realizou um extenso programa de pesquisa, desenvolveu diferentes conceitos e noções, abordou diferentes formas de poder e identificou uma série de dispositivos, nos resta agora, por meio de seu método, pensar também em quem seremos amanhã, em quem ou no que estamos nos tornando.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo**. Ilha de Santa Catarina, 2005.

BARACUHY, Regina. Práticas de governamentalidade e efeitos da biopolítica em festas populares: o sujeito entre normalizações e resistências. In: BARACUHY, Regina; GODOI, Edileide; NORONHA, Cecília (Orgs.). **Cartografias discursivas**. 1 ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. p. 11-23.

ARRUDA, Rafael; ARRUDA, Marcia; ARAÚJO, Antônia. A construção de sentidos em memes na perspectiva da prática social e da multimodalidade discursiva. **PERCursos Linguísticos**, [S.l.], v. 7, n. 16, p. 155–171, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/17737>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. (2001) **Resolução CONAMA nº. 275, de 25 de abril de 2001**. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Imprensa Oficial. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>>. Acesso em 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. (2010) **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Imprensa Oficial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em 28 ago. 2020.

BOAS, Crisoston. **Para ler Michel Foucault**. 2.ed. Eletrônica, 2002.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Trad. Juliane Bianchi Leão, 2018.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Tradução de Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Pulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

COSTA, Maria. O discurso higienista definindo a cidade. **Mercator**. Fortaleza, vol. 12, n. 29, p. 51-67, 2013. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/issue/view/RM29>> Acesso em 20 de jun. 2020.

COSTA-MOURA, Fernanda. Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. **Ágora**, vol. 17 n°. spe Rio de Janeiro, ago. 2014.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.

DELEUZE, G. **Conversações - 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes? Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. **Ditos e escritos II**. Trad. E. Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975/1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Vigilar e Punir: Nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019a.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Medicina Social. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. de Roberto Machado. 10.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. de Roberto Machado. 10.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019c.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. de Roberto Machado. 10.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019d.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. de Roberto Machado. 10.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019e.

GIMBO, Fernando. Para uma análise performativa do discurso: Foucault e o “materialismo do incorporal”. **Sapere aude** – Belo Horizonte, v. 9 – n. 17, p. 255-267, Jan./Jun. 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise de discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

LEITÃO, Débora; GOMES, Laura. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. In: **Revista Antropolítica**, n. 42, Niterói, p. 41-65, 2017.

MACHADO, Roberto. Cabral de Melo. A arqueologia do Saber e a constituição das ciências humanas. **Discurso**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 87-118, 1974 Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37781>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. Brasília, 2005. 328. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília.

MARTINS, Luiz Alberto Moreira; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Genealogia do biopoder. **Psicol. Soc.** [online]. 2009, vol.21, n.2, pp.157-165. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a02.pdf>>. Acesso em 16 dez. 2020.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142012000100005&script=sci_abstract&tling=pt>. Acesso em: 08 abr. 2020.

OLIVEIRA, Verônica Maria de; MOCHEL, Flávia Rebelo. Macroendofauna bêntica de substratos móveis de um manguezal sob impactos das atividades humanas no sudoeste da Ilha de São Luís, Maranhão, Brasil. **Boletim Laboratório de Hidrobiologia**. Vol. 12. São Luís: UFMA, 1999. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/278018947>>. Acesso em 27 ago. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**/Michel Pêcheux; tradução: Eni P. Orlandi. 6ª Edição, Campinas, SP. Pontes Editores, 2012.

PRATES, Ana Paula Leite; GONÇALVES, Marco Antônio; ROSA, Marcos Reis. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil**. Brasília: MMA, 2012.

RUIZ, Castor Bartolomé. Genealogia da Biopolítica: legitimações naturalistas e filosofia crítica. **Revista do instituto Humanitas Unisinos – IHU Online**. nº 386, 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4308>. Acesso em: 07 jul. 2020.

RUFFINO, Sandra. Fagionato; SANTOS, Silvia Aparecida Martins do. Resíduos sólidos. In: Orlandi, Angelina S. et al. (org). **Ensino de Ciências por Investigação**. São Carlos: Compacta, 2009, p.139-153.

SANTOS, Iolanda Montano dos; KLAUS, Viviane. O imperativo da inclusão e o sujeito empresário de si na contemporaneidade. **Pedagogía y Saberes** n. 33. Facultad de Educación, 2013, p. 31-40.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SÃO LUIS. **Lei nº 6.321, de 27 de março de 2018**. Estabelece e organiza o sistema de limpeza urbana e de gestão integrada dos resíduos sólidos no município de São Luís e dá outras providências. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/2560_lei_6.321.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos. In: SARGENTINI, V. M.; NAVARRO-BARBOSA, P. L. (Orgs). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

SARGENTINI, V. Discurso político e redes sociais. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, 10 ago. 2015.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira; DE SOUSA, Kátia Menezes de; FERNANDES JUNIOR, Antônio. A cidade em nós: discursos, objetivações e subjetivações. **Moara – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras** ISSN: 0104-0944, [S.l.], n. 43, p. 142-160, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2631>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Há em Foucault um gesto inaugural nos estudos do discurso? In: **Heterotópica**, v. 1; n. 1, jan.-jun. 2019.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. **Manguezal ecossistema entre a terra e o mar**. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEYNE, Paul. **Foucault, seu pensamento, sua pessoa**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.